

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ EDUARDO FERNANDES

**FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO SOLIDÁRIO:**  
O desenvolvimento da Economia Popular Solidária nas práticas do Cieps/UFU

Uberlândia  
2020

JOSÉ EDUARDO FERNANDES

**FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO SOLIDÁRIO:**

O desenvolvimento da Economia Popular Solidária nas práticas do Cieps/UFU

Tese apresentada à Faculdade de Educação  
da Universidade Federal de Uberlândia  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade  
e Educação

Orientadora: Fabiane Santana Previtali

Uberlândia

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F363  
2020      Fernandes, José Eduardo, 1968-  
             FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO SOLIDÁRIO:  
             [recurso eletrônico] : O desenvolvimento da Economia Popular  
             Solidária nas práticas do Cieps/UFU / José Eduardo Fernandes. -  
             2020.

             Orientador: Fabiane Santana Previtali.  
             Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-  
             graduação em Educação.  
             Modo de acesso: Internet.  
             Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2577>  
             Inclui bibliografia.

             1. Educação. I. Previtali, Fabiane Santana, 1970-, (Orient.). II.  
             Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.  
             III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
             Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
             Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br


**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 04/2020/247, sigla do PPG]				
Data:	Vinte de fevereiro de dois mil e vinte	Hora de início:	[09h00]	Hora de encerramento:	[13h00]
Matrícula do Discente:	11613EDU037				
Nome do Discente:	JOSÉ EDUARDO FERNANDES				
Título do Trabalho:	"FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO SOLIDÁRIO: O desenvolvimento da Economia Popular Solidária nas práticas do Cieps/UFU."				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL A PARTIR DE 2000"				

Reuniu-se na Sala 1, bloco 5M, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Farid Eid - UFPA; Cezar Nonato Bezerra Candeias - UFAL; Carlos Alberto Lucena - UFU; Robson Luiz de França - UFU e Fabiane Santana Previtali, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Fabiane Santana Previtali, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e

achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Santana Previtali, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2020, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Luiz de França, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2020, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2020, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Farid Eid, Usuário Externo**, em 20/02/2020, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cezar Nonato Bezerra Candeias, Usuário Externo**, em 27/02/2020, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1884226** e o código CRC **B210F56E**.

Dedico este trabalho as minhas filhas  
Franciele e Karoline e filho Luiz Augusto, à  
minha camarada e companheira Cristiane.  
Carinho, gratidão e esperança.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os Educadores e Educadoras que passaram pela minha vida, desde a infância até a conclusão deste doutorado e espero que os próximos, com certeza, também façam parte das minhas melhores lembranças. Em especial, aos professores membros da minha Banca pelas sugestões de aprofundamento deste trabalho, todos são pessoas pelas quais tenho profunda admiração.

A professora Fabiane, pela paciente orientação e acompanhamento durante esses quatro anos de doutorado.

Aos companheiros, companheiras e camaradas, trabalhadores e trabalhadoras que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

Tenho uma enorme gratidão para com a Universidade Pública, *lócus* onde cresci enquanto ser social, renovei minhas esperanças numa futura sociedade solidária e justa e reforcei meu engajamento pela educação pública, gratuita de qualidade para todos.

Ao Cieps e toda a comunidade extensionista ressalto que a cooperação desse Centro foi imprescindível e fundamental para este trabalho, gratidão.

Agradeço aos camaradas de caminhada e de chegada com os quais, ao longo deste trabalho, pude trocar conhecimento. Aprendi muito mais do que poderia ter ensinado.

Nesse momento em que a Educação Pública passa por ataques destruidores, ressalto a importância da CAPES e CNPq, que viabilizaram todo o meu processo de pós-graduação. Gratidão e o mais profundo sentimento solidário para que nunca desapareçam da vida científica das futuras gerações.

“Se não houver frutos, valeu a beleza das  
flores; se não houver flores, valeu a sombra  
das folhas; se não houver folhas, valeu a  
intenção da semente...”

Henfil



## RESUMO

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) desenvolve atividades de formação e qualificação para a autogestão e para o desenvolvimento econômico e político de Organizações Produtivas Solidárias (OPS), oriundas de coletivos dos movimentos sociais e populares da classe trabalhadora. Sua trajetória de atuação está alicerçada nos princípios da Economia Popular Solidária (EPS) e nas metodologias críticas de trabalho, com o propósito de criar condições objetivas para gerar melhorias nas perspectivas de vida e trabalho solidário. Esta Tese teve como objetivo analisar as práticas, ações e resultados da formação e qualificação para o trabalho executados pelo Cieps/UFU. Como objetivos específicos, analisou-se o desenvolvimento do conceito de EPS e sua articulação com a organização da classe trabalhadora; identificou-se o Cieps e as intervenções de formação e qualificação para o trabalho, realizadas no período de 2008 até 2018; foram analisadas as contradições, os recuos e os avanços nas condições de vida e organização dos trabalhadores(as) incubados(as); e buscou-se apontar perspectivas futuras de autonomias e emancipações. Por meio da Pesquisa-Ação foi desenvolvido todo o processo estratégico de trabalho do Cieps e, a partir da orientação do método do Materialismo Histórico Dialético foi possível à crítica, as desconstruções e as sínteses de uma década de trocas e aprendizados, discussões e resultados práticos coletivos, e refletir novas práticas para os envolvidos. Os resultados apontam contradições no resistir ao modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo em que as OPS conseguem avançar na dimensão econômica, encontram dificuldades em aprofundar a cooperação e a construção do trabalho solidário. Sem conseguir dar respostas políticas para as contradições, os trabalhadores aderem às regras de mercado, o que impede avanços mais profundos no processo das transformações delineadas pela EPS em seus princípios e diretrizes. Nesse sentido, somente com uma construção crítica de sociedade, por meio de práticas que apontem para a emancipação humana, tendo o trabalho como a centralidade das relações sociais, que a EPS poderá resistir historicamente como instrumento da classe trabalhadora, contribuindo para superar as contradições do capitalismo e, portanto, ser parte de uma construção basilar para uma futura sociedade socialista, quiçá comunista.

Palavras-chave: Incubadora Popular. Formação e Qualificação. Solidariedade de Classe. Economia Popular Solidária

## RESUMEN

El Centro para la Incubación de Empresas Solidarias Populares (Cieps) de la Universidad Federal de Uberlândia (UFU) desarrolla actividades de formación y calificación para la autogestión y el desarrollo económico y político de las Organizaciones Productivas Solidarias (OPS), provenientes de colectivos y grupos populares de movimientos sociales de la clase trabajadora. Su trayectoria laboral se basa en los principios de la Economía Popular Solidaria (EPS) y metodologías de trabajo críticas, con el fin de crear condiciones objetivas para generar mejoras en las perspectivas de vida y el trabajo solidario. Esta Tesis tuvo como objetivo analizar las prácticas, acciones y resultados de la capacitación y calificación para el trabajo realizado por el Cieps/UFU. Como objetivos específicos, analizamos el desarrollo del concepto de EPS y su articulación con la organización de la clase trabajadora; se identificó a Cieps y las intervenciones de capacitación y calificación para el trabajo, llevadas a cabo de 2008 a 2018; se analizaron las contradicciones, retrocesos y avances en las condiciones de vida y organización de los trabajadores incubados; y buscó señalar las perspectivas futuras de la emancipación. A través de investigación-acción, se desarrolló todo el proceso de trabajo estratégico de Cieps y, basado en la orientación del método del Materialismo Histórico Dialéctico, fue posible criticar, deconstruir y sintetizar una década de intercambio y aprendizaje, discusiones y resultados y reflejar nuevas prácticas para los involucrados. Los resultados apuntan a contradicciones en la resistencia al modo de producción capitalista. Al mismo tiempo que las OPS pueden avanzar en la dimensión económica, les resulta difícil profundizar la cooperación y construir un trabajo solidario. Incapaces de proporcionar respuestas políticas a las contradicciones, los trabajadores se adhieren a las reglas del mercado, lo que dificulta avances más profundos en el proceso de transformaciones esbozado por EPS en sus principios y directrices. En este sentido, solo con una construcción crítica de la sociedad, a través de prácticas que apuntan a la emancipación humana, teniendo el trabajo como la centralidad de las relaciones sociales, que EPS puede resistir históricamente como un instrumento de la clase trabajadora, contribuyendo a superar las contradicciones del capitalismo y, por lo tanto, ser parte de una construcción básica para una sociedad socialista futura, quizás comunista.

**Palabras clave:** Incubadora Popular. Formación y Calificación. Solidaridad de clase. Economía Popular Solidaria.

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - Uberlândia: número de empregos formais segundo as ocupações que mais empregam 2003, 2010 a 2015 .....	63
Quadro 1 - Articulação entre formação e fases da incubação .....	74
Quadro 2 - Pressupostos para avaliação.....	79
Quadro 3 - Síntese de ações .....	101

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPF	Associação do Assentamento Paulo de Faria
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAMPRA	Associação Camponesa da Reforma Agrária
ACOPPPMAR	Associação de Coletores de Plástico, Pet, Pvc e outros Materiais Recicláveis
ARBE	Associação Recicladores Boa Esperança
ARCA	Associação de Recicladores e Catadores Autônomos
ACRU	Associação dos Catadores e Recicladores de Uberlândia
ASSOTAIAMAN	Associação de Catadores de Material Reciclável do Bairro Taiaman
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
AMU	Associação dos Mandaleiros de Uberlândia
CEPES	Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais
CIEPS	Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
COOPE	Centro de Pós-graduação de Engenharia
COOPERSAFRA	Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar, Reflorestamento e Agroecologia
COOPERCCIU	Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil
CORU	Cooperativa dos Recicladores de Uberlândia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
EPS	Economia Popular Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FORPROEX	Fórum dos Pró-Reitores de Extensão
FOL	Fórum Olívia Calábria
FREPS	Fórum Regional de Economia Popular Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INES	Incubadora de Economia Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate a Fome
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Produtiva Solidária
PAC	Projetos Alternativos Comunitários
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PET	Polietileno Tereftalat
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPA	Plano Plurianual
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONINC	Programa Nacional de Apoio a Incubadoras Populares
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDESE/MG	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do governos de Minas Gerais
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade Federal de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URFJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Hipótese .....	20
1.2 Tese .....	21
1.3 Objetivo Geral .....	21
1.4 Objetivos Específicos:.....	21
1.5 Procedimentos Metodológicos.....	22
1.6 Apanhado sobre os capítulos .....	25
2 - A EPS NA CRISE DO CAPITALISMO: emancipação ou tamponamento?.....	26
2.1 Abordagens sobre Economia Popular Solidária – gênese e convergências .....	31
2.2 Os sujeitos da Economia Solidária .....	35
2.3 As disputas no centro da EPS.....	41
2.4 A EPS na teoria e na prática.....	52
3 – O LOCUS E O OBJETO DA PESQUISA .....	59
3.1 - O território em que se localiza a sede do Cieps: Uberlândia .....	59
3.2 – A constituição do Cieps .....	65
4 – LIMITES, DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA PRÁXIS DO CIEPS .....	78
4.1 Experiência da Coleta Seletiva.....	81
4.1.1 Autogestão na Coleta Seletiva .....	83
4.1.2 Cooperação na Coleta Seletiva .....	85
4.1.3 Solidariedade na Coleta Seletiva .....	87
4.1.4 Dimensão econômica na Coleta Seletiva .....	88
4.2 Experiências dos coletivos urbanos de produção para o consumo .....	90
4.2.1 Autogestão nos coletivos urbanos .....	91
4.2.2 Cooperação nos coletivos urbanos.....	91
4.2.3 Solidariedade nos coletivos urbanos .....	92
4.2.4 Dimensão Econômica nos coletivos urbanos.....	92
4.3 Coletivos de agricultores familiares.....	93
4.3.1 Autogestão nos coletivos de agricultores familiares .....	97
4.3.2 Cooperação nos coletivos de agricultores familiares .....	97
4.3.3 Solidariedade nos coletivos de agricultores familiares .....	98
4.3.4 Dimensão Econômica nos coletivos de agricultores familiares .....	99

4.4 Impactos dos resultados da incubação na formação e qualificação para o trabalho desenvolvidas no Cieps .....	100
4.5 Um passo para a frente: experiências de comercialização sociorreferenciada .....	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	112
REFERÊNCIAS .....	121
APÊNDICE I .....	128
Memorial.....	128

## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese foi desenvolvida durante os quatro anos de doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Trata-se de uma reflexão sobre quase três décadas de atividades com movimentos de trabalhadores e trabalhadoras de vários segmentos da sociedade que defendem uma sociedade mais justa e solidária, primeiro no estado de São Paulo, depois em Pernambuco e Rio Grande do Sul e, atualmente, em Minas Gerais.

Para tanto, faz-se necessário refletir os acontecimentos políticos que perpassaram todo o processo da disputa social que é sintetizada neste texto, principalmente pelo fato de que o objeto desta tese é parte de uma construção histórica, que deve ser analisada na sua totalidade.

Nesse sentido, é fundamental mencionar que os esforços da classe trabalhadora para construir alternativas políticas ou de transformações sociais são seculares e os processos de formação que são desenvolvidos nas bases populares e proletárias de organização política são os germes para todas as iniciativas históricas até nossos dias.

A Economia Solidária (ES), como parte desse processo, é influenciada por diversas vertentes políticas históricas, está completando pouco mais de 30 anos de existência, enquanto movimento de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras em quase toda a América Latina e em outros países na Europa e no continente Africano. E, no contexto político e econômico de sua existência, foi gestada, desenvolvida, acomodada e deformada pelos interesses e decisões dos sujeitos envolvidos em sua construção teórica e prática.

No seu momento embrionário, entre as décadas de 1980/1990, as forças políticas que atuaram na construção da ES perseguiram uma lógica de pensamento bem próximo ao ideário anticapitalista, autogestionário, emancipatório e desenvolvido nas bases da educação popular. Singer (2002) afirmava que a ES precisava criar condições para que acontecesse outra economia em que o ser humano fosse a prioridade nas relações sociais de produção. Na visão do autor, isso provocaria inclusão social, diminuindo, com o tempo, as consequências perversas da economia de mercado sobre os trabalhadores e trabalhadoras, criando possibilidades de empoderamentos até chegarmos a uma sociedade mais justa.



Ao longo dos anos a ES foi “flexibilizando” suas diretrizes. Enquanto movimento, passou a assumir uma condição de Política Pública, desenvolvendo um papel importante para as alternativas de trabalho e renda pretendidas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Essa condição de movimento social e político e a possibilidade de gerir uma política pública, via Governo Federal, colocou boa parte da militância dentro dos gabinetes. Por um lado, essa situação foi importante para garantir o fomento da EPS, mas, por outro, limitou o aspecto resistência anticapitalista das pautas dos movimentos (SILVA e OLIVEIRA, 2011).

A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o Brasil acelera uma tendência de crescimento e desenvolvimento econômico que estimula a classe média, cria condições favoráveis para as famílias mais carentes acessarem o consumo de bens e avança consideravelmente para reduzir a pobreza e miserabilidade. Porém, toda a iniciativa de crescimento e desenvolvimento social do governo Lula não se dá pelo movimento político, mas pelo acesso ao consumo.

Confusos com a ideia de empreendedorismo vendida por todos os cantos, dentro e fora do governo e pelo mercado, boa parte dos “empreendimentos” da EPS sucumbiu à lógica empreendedora, que ganhou amplitude social por meio dos instrumentos de propagação midiática capitalistas com apelos sociais, ambientais e associativos, que geram comoção e adesão por conveniência.

Em 2013 aconteceu um fenômeno social que ganhou as ruas das capitais e de uma quantidade considerável de cidades deste país. Esse movimento foi o gatilho para uma série de interpretações políticas, econômicas e sociais que até a presente data ainda geram muita controvérsia. Para Fernandes (2019, p.98), “junho de 2013 deve ser visto como uma ruptura da inércia da política promovida pela democracia representativa liberal, que não apresentou respostas para a crise e nem resolveu a despolitização alarmante em nossa sociedade”.

De fato, esse evento foi o início de um processo político responsável pelo segundo procedimento de *impeachment* da história da Nova República, sendo esse último culminado na cassação do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2016. Mal interpretado pelo governo da primeira presidenta eleita no país, o movimento de rua de 2013 evoluiu de tal forma que, além de retirar do governo uma mandatária eleita democraticamente sem que existissem provas de cometimento de crimes, colocou no

poder do país um vice-presidente representante do que há de mais rançoso na política nacional. Michel Temer fez parte da articulação política para derrubar Dilma e tomar a frente do país para implementar uma lógica de destruição das conquistas relacionadas à proteção social da classe trabalhadora.

Nessa direção, a Reforma Trabalhista e a aprovação da PEC 241/2016, intitulada “PEC da morte” pelos movimentos sociais, que se transformou na Emenda Constitucional nº 95, e o forte sentimento antipolítico fomentado pelos grupos no poder, aplainaram o caminho para democraticamente elevar a presidente, em 2018, por meio de uma eleição anacrônica, um político medíocre, irrelevante no cenário nacional dos últimos 30 anos.

Dada a enorme corrosão de suas bases sociais de sustentação, desenvolveu-se um golpe parlamentar e judicial (uma vez que setores do Judiciário vêm implementando uma legislação de exceção para poder dar respaldo jurídico ao golpe), no que é impulsionada pela mídia privada, poderosíssima, mas que não tem nenhum escrúpulo em apoiar um parlamento que é o mais desprezado da história Republicana do Brasil (ANTUNES, 2017, p.58-59).

A conjuntura política desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2010, levando em consideração a hegemonia das forças capitalistas dentro e fora do governo, foi empurrando a Política Pública voltada para a Economia Popular Solidária para sua desconstrução e desarticulação, seja por ações da própria gestão federal ou pelos movimentos sociais que participaram do desenvolvimento histórico da EPS, que não estabeleceram um entendimento objetivo do que fosse de fato a Economia Solidária na prática.

Em seu Plano Plurianual de 2016-2019, o Governo Federal apresentava a seguinte proposta para uma política de valorização do salário:

...ao fortalecerem o mercado interno de consumo estimulam os investimentos em bens de consumo, os ganhos de escala e a própria produtividade. Também neste contexto ganham em importância o reforço à economia solidária, os estímulos ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas e ainda o apoio aos agricultores familiares e à expansão da classe média rural (BRASIL, 2015, p.33).

Essa premissa foi se apropriando do que se consolidou enquanto alternativa de geração de trabalho e foi aos poucos se misturando à gestão política governamental destinada as pequenas e microempresas, que têm uma forma muito própria de vender a ideia do empreendedorismo, que visa fortalecer os indivíduos da “máquina capitalista”.

Após do *impeachment* de 2016, a estrutura que foi criada em 2003 dentro do Ministério do Trabalho, por meio da criação de uma Secretaria Especial (Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES), foi desmontada, tornando-se uma pasta

secundária no governo Temer. Já no governo eleito para o período 2019-2022, com o fim do Ministério do Trabalho, a SENAES foi relegada a um canto no Ministério da Cidadania, como um departamento da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, reduzindo a atuação da estrutura apenas aos empreendimentos urbanos. No caso das organizações rurais, a EPS desaparece no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em que é criada uma Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, sem qualquer menção ao tema.

Com toda essa desarticulação, a EPS encontra-se num grande impasse: enquadrar-se nas lógicas gerencialistas da economia de mercado ou resistir como movimento de luta por uma sociedade emancipada?

A turbulência política vivenciada pela desconstrução de todas as conquistas e avanços que diversos segmentos da classe trabalhadora alcançaram ou conquistaram nos últimos governos do país atinge diretamente a EPS, não pelo fato da redução ou esgotamento do fomento financeiro, mas porque está em curso um processo de cooptação e subsunção do conceito. Num cenário político confuso, cheio de informações falsas, denúncias vazias e ações obscurantistas a desesperança, aliada à crueldade da imposição da ideia de que o trabalhador só terá futuro se tiver espírito empreendedor, coloca em cheque a solidariedade no cotidiano das pessoas.

Assim como o Jornalista Glenn Greenwald afirmou em seu depoimento na Comissão de Direitos e Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados<sup>1</sup>, “é impossível lutar contra a corrupção com comportamento corrupto”, nessa mesma direção afirmamos que é impossível construir outro mundo, como diria um dos posicionamentos mais marcantes da EPS, “Um outro mundo é possível”, sem mudar o mundo. Assim, tem-se como contradição a ideia de construir outro mundo praticando a forma de pensar e agir da economia de mercado. A EPS não acontecerá sem rupturas, seja em pequenas ações ou em organizações mais elaboradas e profundas. O que está posto na atualidade é apenas a reprodução do modo de produção capitalista.

A EPS, enquanto estrutura de ação para o movimento social de uma forma geral, visava não somente treinar trabalhadores e trabalhadoras desempregados para uma função ou emprego, mas alicerçar uma formação política para o trabalho para se construir uma alternativa ao capitalismo. Assim, tanto movimento social quanto

---

<sup>1</sup> Audiência pública em 26/06/2019. TV Câmara. Acesso em [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=18&v=FUsn-2iogXg&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?time_continue=18&v=FUsn-2iogXg&feature=emb_title) acesso 27/06/2019.

governo federal colocaram como uma das prioridades a educação, a formação e qualificação para o trabalho.

Uma das diretrizes da SENAES apontava para o aproveitamento das Universidades Federais, fomentando uma estrutura de Incubadoras Universitárias esboçada no governo FHC. A partir da intervenção da SENAES, por meio do PRONINC (Programa Nacional de Apoio a Incubadoras Populares), capilarizaram-se a organização, a criação, a formação e qualificação para o trabalho e a gestão de recursos para os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos com sindicatos, associações, ONGs, igrejas etc., por meio dessas incubadoras.

Durante os governos de FHC, Lula e Dilma as incubadoras universitárias tiveram papel fundamental para que as ações de EPS se disseminassem e se consolidassem em todo o território nacional. O conhecimento que as Universidades Federais transferiram para e construíram com os movimentos sociais, por meio do ensino, da pesquisa e principalmente pela extensão, foram determinantes para a atual configuração das Organizações Produtivas Solidárias (OPS) que conseguiram aproveitar o momento de bonança para se estruturarem. No entanto, os rumos do país desde 2016 avançaram para uma recessão econômica acelerada.

O ataque à autonomia das Universidades Federais, bem como ao seu financiamento, tem sido a tônica do atual governo e a partir desse momento ampliam-se as dificuldades para a atuação extensionista, o que afeta diretamente as relações entre universidade, sociedade e trabalhadores e trabalhadoras que buscam na universidade caminhos para contato com o conhecimento. Tanto a EPS como as Incubadoras Populares das Universidades Federais sofreram impactos em suas trajetórias.

Diante desse quadro, as instituições públicas ou informais que militam na EPS e continuam lutando para construir uma sociedade mais justa e solidária chegam em 2019 com o desafio de continuar organizando as OPS e resistir aos avanços da retórica do empreendedorismo capitalista.

Para contribuir com essas ações de resistência, há um significativo acúmulo de experiências em várias esferas da sociedade. Dentre as incubadoras que se consolidaram a partir da abordagem da EPS e que, mesmo numa conjuntura desfavorável continuam acreditando que é possível construir uma sociedade crítica, mais justa e solidária, está o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU), organismo da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia

(UFU), situada no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a partir de quatro municípios (Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas).

Assim, analisaram-se as práticas formativas do Cieps alicerçadas nos princípios da EPS, que visam a criar condições objetivas para que trabalhadores e trabalhadoras, envolvidos com os processos de incubação e formação para o trabalho, possam ao longo do tempo perceber melhorias de vida em aspectos econômicos, políticos e sociais.

Como o posicionamento do Cieps é “Solidariedade se realiza na prática”, o problema de pesquisa sobre o qual esta tese se debruça é: em que medida a atuação do Cieps, alicerçada nos princípios da EPS, contribui para criar condições objetivas para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras que buscam a incubação? O Cieps se diferencia por estar fortemente atrelado aos princípios fundantes da EPS, apesar das dificuldades apresentadas no contexto de avanço das políticas neoliberais, com fortes incentivos para o empreendedorismo ligado ao mercado.

Para tanto, foram analisados os resultados em termos de limites, avanços e contradições enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos da coleta seletiva e agricultura familiar incubados no Cieps no período de 2008 a 2018.

## **1.1 Hipótese**

As ações realizadas pelas Incubadoras das Universidades Federais, dentre elas o Cieps/UFU, por mais que tenham sido feitas com as melhores das intenções no que diz respeito a contribuições para melhorar a condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras em condição de pobreza e desemprego, não conseguiram evoluir para a criação de condições objetivas para proporcionar emancipação aos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos.

As ações de financiamento, formação e qualificação profissional e todas as ações político/sociais desenvolvidas no âmbito da Economia Popular Solidária no Cieps serviram primordialmente para tamponar as crises do capitalismo, no que diz respeito à organização política dos trabalhadores e trabalhadoras marginalizados enquanto classe. A pobreza não desapareceu com o incentivo ao acesso ao consumo de bens duráveis e não duráveis. A cultura transformadora não pode se submeter à cultura do opressor, mas deve ter caráter fundado na construção de um novo ser humano, portanto baseado em rupturas com o modo hegemônico de sociedade imposto pelo modo de produção capitalista.

## **1.2 Tese**

A economia solidária é uma forma subjetiva e compartilhada por grupos bastante específicos na sociedade que buscam imaginar outro mundo, mas as práticas solidárias devem ser disciplinadamente objetivas, eficazes e dialéticas para contribuir, no mundo real, com os caminhos transformadores.

Somente com uma construção crítica de sociedade, por meio de práticas que apontem para a emancipação humana, tendo o trabalho como a centralidade das relações sociais, que a EPS poderá resistir historicamente como instrumento da classe trabalhadora, contribuindo para superar as contradições do capitalismo e, portanto, ser parte de uma construção basilar para uma futura sociedade socialista e quiçá comunista.

Nessa direção, o Cieps poderá contribuir para criar condições objetivas para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras que buscam a incubação.

## **1.3 Objetivo Geral**

Analisar as práticas, ações e resultados da formação e qualificação<sup>2</sup> para o trabalho, executados pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Uberlândia, que atua a partir dos princípios da Economia Popular Solidária.

## **1.4 Objetivos Específicos**

- a. Analisar o desenvolvimento do conceito de EPS e sua articulação com a organização da classe trabalhadora;
- b. Identificar o Cieps e as intervenções de formação e qualificação para o trabalho realizadas no período de 2008 até 2018;
- c. Analisar as contradições, os recuos e os avanços nas condições de vida e organização dos trabalhadores e trabalhadoras incubados, e apontar perspectivas futuras de emancipação.

---

<sup>2</sup> Escolheu-se trabalhar nessa tese o termo “formação e qualificação”, tendo em vista a necessidade de superar as deficiências técnicas, conforme Marx e Engels (2011, p.59): “...é evidente que tudo isto exige o pleno desenvolvimento das forças produtivas como condição da produção: é preciso que as condições de produção determinadas deixem de aparecer como obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas”.

## 1.5 Procedimentos Metodológicos

O trabalho não surge do nada. É fruto da capacidade do ser humano de observar e problematizar suas práticas, fazer abstrações e transformá-las em ações práticas novamente, repensar os resultados e fazer de novo e melhorado, ou diferente (GASPARIN, 2012, p.34). O trabalho não acontece aqui ou ali, está presente em tudo, em todos. Formar para o trabalho é tarefa humana, necessária e, sobretudo uma ação política deliberada. E formar é trabalhar.

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na imaginação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não quer dizer que ele opera apenas uma alteração de forma do elemento natural, ele efetiva no elemento natural, ao mesmo tempo, seu propósito, que fornece a lei de seu modo de agir e ao qual ele tem de subordinar a sua vontade (LUKÁCS, 2012, p. 286).

O mundo do futuro depende do que fazemos hoje, portanto formar o humano para o trabalho deve ter forma e conteúdo, amplitude e profundidade de humanos e não de máquinas. O desenvolvimento humano para o trabalho é a contradição da onilateralidade e da formação do homem completo (MANACORDA, 2010, p.20), então, a fração não pode justificar o todo, mas temos que alcançar a totalidade superando a fragmentação, ponto a ponto, humano por humano.

Desse modo, tomamos como base para a construção deste trabalho o materialismo histórico dialético, que considera que, para realizar a análise dinâmica do presente, é imprescindível analisar o desenvolvimento histórico do ser social, de forma que não haja separação entre sua prática, teorias e concretudes, respeitando a totalidade de sua existência, possibilitando condições objetivas para agir no mundo em que vivemos com efetividade (PAULO NETTO, 2011).

Estão presentes neste trabalho a discussão sobre a formação e a qualificação emancipatória para o Trabalho, a Economia Popular Solidária e a formação humana emancipatória pretendida pelas Incubadoras Solidárias das Universidades, as contradições do capital, a alienação, o processo integrado de cooptação e subsunção, o combate à pobreza, a geração de renda e a solidariedade de classe.

Além da análise das forças que atuam na resistência anticapitalista, seguimos como fio condutor as contradições com que esse movimento convive desde a configuração da EPS enquanto política pública do início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003.

A Economia Popular Solidária, assim categorizada por França Filho e Laville (2004) é entendida aqui numa articulação do movimento popular em que, requer como

pré-requisito uma característica de acordo como Antunes (2009) que define os trabalhadores e trabalhadoras que vivem de seu próprio trabalho para definir com objetividade a diferença entre o empreendedor que se autoproclama como solidário por meio de retórica e explora a força de trabalho de terceiros, ou ainda faz o atravessamento da produção de terceiros.

Antunes (2019) afirma que é fundamental para que os trabalhadores e trabalhadoras vítimas das promessas dos capitalistas criem laços de solidariedade para sobreviverem às crises, e complementa da seguinte forma;

Somente através de fortes ações coletivas é que serão capazes de se contrapor ao sistema de metabolismo social do capital, profundamente adverso ao trabalho, aos seus direitos e às suas conquistas. O maior desafio no momento é impedir que as fraturas *objetivas* obliterem as possibilidades de ação subjetiva, dificultando ou até mesmo impedindo sua ação enquanto classe trabalhadora em sua totalidade (ANTUNES, 2018, p.61).

Portanto, necessariamente os trabalhadores e trabalhadoras devem se organizar em coletivos, por meio de entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras, agentes governamentais e entidades de apoio como as universidades públicas. O Cieps entende que os princípios da EPS em relação ao processo cooperativista e associativo que se apresenta à sociedade brasileira como alternativa para superar a economia de mercado e resistir ao modo de produção capitalista e suas consequências, é ponto de partida. O individualismo, a concorrência alienada e desumana entre as pessoas, o lucro expropriado por meio da exploração de um ser humano por outro, a desigualdade, o machismo da nossa sociedade, que é patriarcal, a pobreza, entre tantas outras mazelas criadas pelo modo de produção capitalista, são alvos prioritários dos enfrentamentos e resistências dos grupos que militam nesse campo sociopolítico.

Para tanto, este trabalho refletirá o processo das ações de formação e qualificação para o trabalho realizado pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps), a partir de sua sede em Uberlândia (MG). A estratégia metodológica da incubação é baseada na Pesquisa-Ação, que possibilita uma interação entre pesquisadores e movimentos na perspectiva de construção conjunta e coletiva de entendimentos e conhecimentos a partir do próprio movimento de formação para o trabalho. Segundo Barbier (2007, p.59), a “Pesquisa-Ação torna-se a ciência da práxis exercida pelos técnicos no âmago de seu local de investimento”, assim é possível transformar os processos em libertadores, pois impõe a cada indivíduo se responsabilizar pela sua própria emancipação.



Essa ideia corrobora com as formulações e desdobramentos na práxis dos educadores e trabalhadores e trabalhadoras, num movimento de confrontar as contradições e orientar as reflexões e ações de forma dialética e continua para transformar realidades (MARX, 2013).

Dado que esta tese analisará uma única incubadora, escolhida pela vivência do pesquisador como formador extensionista no Cieps desde 2010, este trabalho se caracteriza como um estudo de caso. Yin (2010) afirma que o objetivo do pesquisador que utiliza esse procedimento é expandir e generalizar teorias (generalização analítica), e não enumerar frequências (generalização estatística). A expansão e generalização de teorias poderão ser úteis para entender os desafios a enfrentar quanto à questão do desenvolvimento de estratégias de formação política diante das mutações no mundo do trabalho.

O centro do problema é como estudar a realidade para transformá-la. Alguns métodos e procedimentos de pesquisa falam de uma neutralidade do pesquisador e da pesquisadora, desconsiderando que toda pesquisa social é feita por homens e mulheres que elaboram suas interpretações a partir do lugar que ocupam na sociedade e numa perspectiva de classe. Não há neutralidade nas ciências (MEDEIROS e SILVA, 2018, p109).

Uma das características da pesquisa é a possibilidade de exercer a subjetividade quando definimos nossos desafios e os fatos de acordo com as nossas construções, alicerçadas no conhecimento acumulado até então, o que aponta para uma compreensão de que a materialidade condiciona a vida em sociedade (ALVES, 2010). Analisar a realidade é o papel do pesquisador, já que a aparência não necessariamente significa a essência. No exercício de desenvolver, sintetizar e negar o mundo para transformá-lo, o pesquisador deve buscar construir um novo olhar sobre sua realidade e construir sínteses das sínteses.

Assim, é de fundamental importância analisar esse movimento que acontece na relação entre as Organizações Produtivas Solidárias (OPS) com os processos formativos desenvolvidos pelas universidades, em especial a UFU, via Cieps, levando em consideração que a grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos na incubação não são egressos das universidades públicas ou privadas, mas fruto de persistência de pesquisadores que se aventuram na árdua tarefa de realizar pesquisa extensionista na academia.

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios

para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora (MÉSZÁROS, 2008, p.76).

Nessa direção, enquanto pesquisadores extensionistas e militantes da Economia Solidária, entendemos ser de extrema importância para o desenvolvimento de condições objetivas transformadoras que, em todos os momentos e ações, o horizonte das transformações deve ser alimentado com o espírito solidário e socialista. Sabedores de que a transformação social não acontecerá de forma abrupta, a persistência crítica nas relações sociais retroalimenta o futuro.

### **1.6 Apanhado sobre os capítulos**

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 2, a seguir, será refletido o conceito de Economia Solidária, suas origens, limites e contradições. Na sequência, o papel das Incubadoras será discutido, evidenciando o processo de cooptação do movimento que leva a sua subsunção à lógica do capital. Traremos para a discussão referencial teórico que aborda de forma crítica o mundo do trabalho a partir das elaborações do materialismo histórico dialético, as contribuições dos pensadores marxistas sobre e para classe trabalhadora, buscando as construções relacionadas à educação, trabalho, política e organização da sociedade.

No capítulo 3 serão apresentados o lócus e o objeto da pesquisa, indicando os fatores relevantes à configuração das forças sociais que atuam junto aos trabalhadores e trabalhadoras incubados no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps).

Os resultados das ações de educação para o trabalho desenvolvidas pela incubadora estão apresentados no Capítulo 4, refletindo sobre em qual medida contribuem para a consolidação das Organizações Produtivas Solidárias (OPS) incubadas.

Por fim, nas Considerações Finais, serão refletidos os desafios e como as incubadoras podem apoiar a luta da classe trabalhadora nesses tempos que vivemos neste período pós-golpe de 2016.

## **2 - A EPS NA CRISE DO CAPITALISMO: emancipação ou tamponamento?**

O movimento político/econômico denominado de Economia Solidária se articulou entre as décadas de 1980 e 1990, período em que as forças produtivas brasileiras foram parcialmente desmobilizadas por meio de falências e incorporações, promovidas pelas corporações capitalistas nacionais e internacionais (SINGER e SOUZA, 2000). Esses arranjos do capitalismo afetaram a classe trabalhadora de diversas formas, promovendo desemprego, diminuição da renda e precarização do trabalho e das condições de vida. Trabalhadores e trabalhadoras excluídos pela lógica individualista da acumulação de capital vivenciaram a multiplicação das dificuldades para superar a fome, a miséria e o desamparo.

Ao final da década de 1970 o “milagre econômico”, caracterizado como marca de governo dos militares, já estava perdendo sua capacidade de convencimento. A inflação descontrolada não propiciava condições para a economia se recuperar. Dívidas com bancos internacionais e a queda na produção interna provocavam uma forte pressão sobre a classe trabalhadora. A situação de instabilidade econômica entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 teve na política uma forte pressão social, provocada pela organização da sociedade civil que começou a tomar as ruas. Trabalhadores e trabalhadoras pararam as fábricas, com greves que abrangeram muitas categorias profissionais. Dentre tantas reivindicações, o que os movimentos sociais da época tinham em comum era a luta pela redemocratização do país, pelo fim da ditadura civil/militar e por eleições diretas para presidente (MATTOSO, 1999).

É nesse ambiente de uma conjuntura política e econômica bastante desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras que pesquisadores das Universidades e formadores populares, militantes políticos, além dos movimentos sociais como sindicatos e Organizações não Governamentais (ONG), buscaram desenvolver mecanismos políticos e econômicos teóricos para dar perspectiva e condições viáveis de vida para os seres humanos vitimados pela ganância do modo de produção capitalista. Uma dessas alternativas foi incentivar a cooperação entre trabalhadores e trabalhadoras por meio de uma lógica econômica que fizesse oposição ao modo de produção capitalista e desenvolvesse o “espírito” solidário de classe entre os trabalhadores e trabalhadoras (SOLTEC, 2017).

As elites primitivas, que se transformaram no passar do tempo em corporações hegemônicas capitalistas, destinam muito esforço político, econômico e bélico para controlar as consequências das crises cíclicas que começaram a acontecer desde que alguns seres humanos fizeram a opção de acumular riquezas para seu próprio bem (MARX, 2017). A forma de controle é a provocação de conflitos econômicos e sociais que desembocam no aprofundamento das perversidades contra os trabalhadores e trabalhadoras.

A partir dos anos 1950, pós Segunda Guerra Mundial, a inserção de novas tecnologias para produção em larga escala trouxe resultados perversos para os trabalhadores e trabalhadoras em todos os cantos do planeta onde o capitalismo se desenvolve. A cada nova fase de expansão aumenta de forma significativa a precarização e a eliminação dos postos de trabalho. Níveis alarmantes de desemprego dão o tom de como os países periféricos ao capitalismo serão configurados. Na década de 1970, momento histórico em que o modelo de produção fordista começou a se desdobrar e dividir espaço na forma de pensar, executar e distribuir a produção com a toyotismo teve-se a nova configuração à acumulação de capital com uma exploração da força de trabalho mais intensa e sutil (ANTUNES, 2009).

As décadas de 1970 a 1990 foram marcadas pelas transformações no mundo do trabalho nos países centrais do capitalismo, que por sua vez impuseram condições sociais, econômicas e políticas aos países periféricos em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Harvey (2016) menciona afirma que:

...a inovação tecnológica era uma arma crucial na luta de classes, e muitas inovações foram adotadas pelo capital com o objetivo único de impedir as greves. Foi assim, certamente que surgiu a crença fetichista do capital de que a solução para obter uma lucratividade sempre crescente era a constante inovação tecnológica voltada para o disciplinamento e o desempoderamento dos trabalhadores e trabalhadoras (HARVEY, 2016, p 103).

A ascensão ao poder de Margaret Thatcher como primeira ministra do Reino Unido em 1979 foi uma dessas reações do capitalismo para combater a organização da classe trabalhadora. Thatcher, desde o início da década de 1970, foi uma feroz opositora à política do *bem estar social* e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras (LESSA, 2013). A pressão sobre aqueles que ainda conseguiam permanecer com suas atividades laborais tanto na cidade quanto no campo foi aumentando e a precarização se alastrou por todos os ramos de atividades.

O Estado de Bem-Estar Social não acabou com a luta de classes, mas circunscreveu-a aos limites de um compromisso que implicou na aceitação,

por parte da classe trabalhadora, em sua fração mais hegemônica, o operariado–massa, de um conjunto de transformações na organização do trabalho, tais como: a separação entre concepção e execução do trabalho, a divisão das tarefas, o controle dos tempos e movimentos pela gerência, a fixação em um posto de trabalho, a subsunção à técnica, em troca da garantia de seus interesses de classe mais imediatos, relativos à sua seguridade social (PREVITALI e FAGIANI, 2018, p. 81).

Quando esse movimento de destruição e ruptura com as políticas de *bem estar social*, somadas as novas exigências das corporações capitalistas para a acumulação de capital, chegaram aos países periféricos, o preço que os trabalhadores e trabalhadoras tiveram que pagar foi ainda maior do que a dos europeus<sup>3</sup>.

Uma nova crise do sistema capitalista trouxe, por consequências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 85 foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras em toda a Europa (Defourny, 2001). Por outro lado, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo (LECHAT, 2002, p. 6).

Sem muitas condições políticas ou econômicas para combater ou mesmo impedir a interferência do capital externo, os países latino-americanos sucumbem à imposição das políticas neoliberais globalizantes do Consenso de Washington e às armadilhas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Somente na década de 1990 foram eliminados aproximadamente 3,3 milhões de postos de trabalho em nosso país pela reestruturação produtiva das grandes corporações (MATTOSO, 1999), que, mais uma vez, escolheram sacrificar os trabalhadores e trabalhadoras para que pudessem sobreviver à crise.

O capital continua sendo uma forma econômica–social competitiva que se dedica à produção generalizada de mercadorias que conduz à destruição da sociabilidade humana e dos recursos naturais. A tendência ao decréscimo nas taxas de lucro e a necessidade de explorar mais o trabalho impelem o capital à globalização. A globalização neoliberal implica na precarização das condições de emprego, bem como na fragmentação da classe trabalhadora, contribuindo fortemente para o esfacelamento da organização política dos trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que se torna fundamental a construção coletiva de novas práticas de resistência (PREVITALI e FAGIANI, 2018, p. 93).

---

<sup>3</sup> Embora seja significativo entender essa passagem referente às transformações no mundo do trabalho e político que se desenvolveram entre as décadas de 1970 a 1990 para compreendermos como o processo de desemprego chegou ao nosso país e sua relação com a Economia Solidária, não é foco deste trabalho aprofundar a descrição do período. Para mais informações, ver ANTUNES (2009) e LESSA (2013).

Marx (1985) desenvolve o conceito de cooperação no modo de produção capitalista. Muitos trabalhadores e trabalhadoras podem cooperar para produzir um carro sem sequer se conhecerem. Os capitalistas não são capitalistas somente porque mandam em suas fábricas, mas sim porque têm condições de determinar quem, quando, quanto e como utilizarão a força de trabalho necessária para acumular mais capital.

Do outro lado, os trabalhadores e trabalhadoras só podem negociar aquilo que possuem, ou seja, sua força de trabalho. Quando não há o interesse de comprar força de trabalho por intenção dos capitalistas, os trabalhadores e trabalhadoras são induzidos à competição para sobreviver, deformando as relações que construíram no passado.

Mas uma das características humanas fundamentais é a cooperação. Essa força pode aglutinar seres humanos a resistirem a todas as adversidades físicas e psíquicas para construir sociedades. Quando essa força é colocada de forma social e produtiva, conseguimos avançar em espaço e uma grande escala de produção, proporcionando também um fortalecimento organizativo de quem coopera (MARX, 1985). Essa organização que vem da produção pode, coordenadamente e com o tempo, tornar-se política e os patrões, por sua vez, tentam impedir que essa percepção aconteça no chão das plantas produtivas.

As forças hegemônicas promovem uma grande pressão para impedir essa percepção. Para tanto, é imprescindível analisar a divisão do trabalho como importante fator que impõe ao trabalhador a fragmentação de sua própria existência. A partir dela, deprecia-se o ser social, transformado em mercadoria, e precarizam-se ao máximo suas condições de vida. Superar essas condições para encontrar meios de resistência em coletivos é um esforço que só pode ser encontrado em grupos de trabalhadores e trabalhadoras que tenham alcançado algum nível de construção de consciência, mesmo que seja pela fome.

O movimento de resistência ao avanço do capital sobre a “alma” dos trabalhadores e trabalhadoras acontece desde os primeiros passos do desenvolvimento histórico do capitalismo como sistema de sociedade, e desde o início, com maior ou menos intensidade, há ciclos de resistência e recrudescimento em relação à organização da classe trabalhadora.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores e trabalhadoras. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo

caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política (MARX e ENGELS 2010, p. 48).

No Brasil, nesse período entre 1980 a 1990, aconteceu uma forte reorganização dos trabalhadores e trabalhadoras em quase todas as regiões industrializadas e também no campo. Nas cidades, o novo sindicalismo se consolidou nas direções dos grandes sindicatos e na criação da Central Única dos Trabalhadores, e a luta pela terra ganha uma representatividade sólida com a organização do Movimento dos Trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. Outras organizações sociais, religiosas ou por afinidades, foram estimuladas e também contribuíram para que a correlação de forças entre capital e trabalho tivesse uma reacomodação, porém esse processo foi mediado por um Estado burguês. Dentre os principais interesses dos trabalhadores e trabalhadoras estavam as necessidades de continuar gerando renda, de se livrar da condição de miserabilidade, de melhorar de vida e ter acesso a questões básicas como saúde, moradia e educação.

Grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras que perderam seus empregos nesse período não foi reabsorvida nas funções criadas pelas novas tecnologias, pois não tinham qualificação necessária ou condições para tentar se "requalificar" para atender as exigências laborais que começaram a ser exigidas pelas corporações produtivas, e também ainda não estavam preparadas para aderir a um movimento empreendedor<sup>4</sup> (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Foi nesse contexto que grupos de trabalhadores e trabalhadoras, alguns expulsos do mercado formal de trabalho, e grupos que nunca foram incluídos, como os camponeses sem terra e os catadores de materiais recicláveis, buscaram formas de organização coletiva, aproveitando as habilidades que desenvolveram ao longo da vida (como também os artesãos e produtores de arte popular), para criar postos de trabalho para si e renda para o sustento digno de suas famílias (BETANHO et. al, 2017). Essa organização coletiva foi promovida por entidades da classe trabalhadora, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou ligada às pastorais da igreja católica, como a Cáritas.

Foi a partir do Fórum Social Mundial de 2001, em Porto Alegre, que a Economia Solidária começou a tomar corpo. Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a abordagem inaugura um movimento social de trabalhadores e trabalhadoras, rurais e urbanos, que fundam Organizações Produtivas Solidárias (OPS), em que ao mesmo tempo os trabalhadores e

---

<sup>4</sup> Embora a ideia do empreendedorismo tenha sua formulação nos primórdios do capitalismo como uma estratégia para deslocar a sua responsabilidade da geração de emprego por meio da produção de produtos ou serviços, esse movimento durante as décadas de 1970 a 1990 ainda era incipiente e não estava capilarizado no imaginário da sociedade. Impactava à época com maior densidade a classe média com conhecimento laboral como advogados, médicos e profissionais liberais.

trabalhadoras administram e produzem valor. Os trabalhadores e trabalhadoras que se envolvem na criação das OPS, em sua gestão e na produção de valor para a sociedade, em primeiro lugar, criam postos de trabalho para si próprios e depois buscam a geração de excedentes. Nessa perspectiva, os princípios da EPS e as características das OPS constituem-se um caminho para questionar o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-viver dos trabalhadores e trabalhadoras e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade (BETANHO et al, 2017, p. 78-79).

Neste capítulo, refletiremos sobre o conceito de Economia Popular Solidária e como o mesmo se desdobra em políticas e ações para criar condições objetivas para que trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do mercado de trabalho se organizem e cooperem entre si, como sujeitos sociais que participam dessa construção de resistência ao capitalismo e o papel dos grupos de pressão no debate da temática.

## **2.1 Abordagens sobre Economia Popular Solidária – gênese e convergências**

A construção de entendimentos sobre EPS é um esforço em que as Incubadoras Solidárias, entre outras configurações formais e informais, atuam junto a diversos tipos de organizações de trabalhadores e trabalhadoras, promovendo seu fortalecimento e consolidação. Durante os últimos 30 anos de experiências, essa abordagem tem sido construída, desconstruída e ressignificada.

Lechat (2002, 2004), resgatando a gênese do conceito, afirma que a primeira citação se dá em 1993, como "economias de solidariedade", cunhada por Luis Razeto Migliaro. Em texto em que se refere à sua construção do conceito,

Lo que sostenemos es (...) que la solidaridad se introduzca en la economía misma, y que opere y actúe en las diversas fases del ciclo económico, o sea, en la producción, circulación, consumo y acumulación. Ello implica producir con solidaridad, distribuir con solidaridad, consumir con solidaridad, acumular y desarrollar con solidaridad. Y que se introduzca y comparezca también en la teoría económica, superando una ausencia muy notoria en una disciplina en la cual el concepto de solidaridad pareciera no encajar apropiadamente.

Hace un tiempo escuché decir a un connotado economista al que se le preguntó por la economía de solidaridad, que es necesario que exista tanta solidaridad como sea posible, siempre que no interfiera en los procesos y estructuras económicas que podrían verse afectadas en sus propios equilibrios. Nuestra idea de la economía de solidaridad es exactamente lo contrario: que la solidaridad sea tanta que llegue a transformar desde dentro y estructuralmente a la economía, generando nuevos y verdaderos equilibrios (MIGLIARO, 1993).

De acordo com Lechat (2004), nesse mesmo período três intelectuais brasileiros se ocuparam, por caminhos diferenciados, de desenvolver o conceito sem, no entanto, segundo a autora, comunicar-se entre si: Paul Singer, Marcos Arruda e Inácio Gaiger.



Segundo a autora, no período de 1992 a 1997, Gaiger assessorou a Cáritas na avaliação dos resultados dos Projetos Alternativos Comunitários (PAC). Nesse processo, identificou organizações às quais chamou inspirado no trabalho de Razeto, de "empreendimentos econômicos solidários", denominação que utilizou em 1995 em sua intervenção no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Em 1996, Paul Singer publicou artigo na folha de São Paulo com o título "Economia solidária contra o desemprego", em que sintetizava uma plataforma de governo de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo. Nesse texto, Singer afirmava que o desemprego, principal patologia social, a seu ver, não seria corretamente debelado a partir do empreendedorismo típico, dado que a maioria desses "empreendedores" fracassa, não somente por falta de conhecimentos, mas por conta competição com empresas grandes, já conhecidas pelos consumidores. Em sua opinião, para solucionar o problema do desemprego é necessário uma "estratégia microeconômica" (aspas do autor) para

...inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre os seus integrantes. A primeira manifestação de solidariedade deve ser a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor. Cada empresário da economia solidária gastará a receita de suas vendas efetuadas dentro do setor comprando de outras empresas pertencentes ao mesmo. Desse modo, os novos pequenos empresários contarão com um mercado protegido, formado por eles próprios, que lhes possibilitará ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessitam. É claro que a economia solidária terá que ser bastante ampla para comportar grande diversidade de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, de modo que cada integrante possa satisfazer muitas de suas necessidades dentro dela. Mais do que isso, é vital que dentro da economia solidária haja competição entre empresas para que todas sejam estimuladas a oferecer produtos mais em conta e de melhor qualidade (SINGER, 1996).

Nesse mesmo período, Marcos Arruda, em conferência sobre Globalização e Cidadania (1996), organizada pela ONU, afirma que o empoderamento dos trabalhadores e trabalhadoras deveria passar pelo abandono da posição apenas "reivindicativa e delegatória" (palavras do autor), para uma postura pró-ativa de ocupação dos espaços econômicos, por meio da apropriação dos bens de produção, mas, sobretudo pela construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, com vistas a "transubstanciar a economia do Capital numa economia cooperativa e solidária" (ARRUDA, 2000).

Nessa direção foi criada pela CUT, em 1999, juntamente com a Unitrabalho, DIEESE, FASE e outras organizações, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS),

buscando novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento (ADS, 2019), e apoiando a formação de organizações coletivas de trabalhadores e trabalhadoras a partir do entendimento que acumulavam sobre o que seria economia solidária.

Toda essa movimentação entre academia e trabalhadores e trabalhadoras culminou em 2003, quando foi aprovada a Carta de Princípios da Economia Solidária durante a III Plenária Nacional da Economia Solidária. Nesse documento, afirma-se a convergência do entendimento de Economia Solidária sobre os seguintes pontos:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

**O valor central da economia solidária é o trabalho**, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o **ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica**, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A Economia Solidária busca a **unidade entre produção e reprodução**, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores e trabalhadoras do acesso aos seus benefícios.

A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a **solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial**.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da **qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema**.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta **alternativa viável** para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FBES, 2003, grifos nossos).

Se o texto aponta convergências em sentido amplo e não especifica exatamente o que vem a ser Economia Solidária, por outro lado é objetivo em afirmar o que NÃO é Economia Solidária:

1. A economia solidária **não está orientada para mitigar os problemas sociais** gerados pela globalização neoliberal.
2. A Economia solidária **rejeita as velhas práticas** da competição e da maximização da lucratividade individual.
3. A economia solidária **rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza** às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

4. A economia solidária **confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autorregular-se** para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
5. A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
6. A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e trabalhadoras e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
7. A economia solidária **nega a competição** nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
8. A economia solidária **busca reverter a lógica da espiral capitalista** em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
9. A economia solidária **contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação** que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
10. **A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor** que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma a **emergência de novo ator social de trabalhadores e trabalhadoras como sujeito histórico** (FBES, 2003, grifos nossos).

Os consensos sobre Economia Solidária, debatidos e construídos nos encontros promovidos pelas organizações da classe trabalhadora, militância e pesquisadores extensionistas, apontam para uma lógica que tem como centro das convergências o movimento cooperativista. De certa forma Singer (2002), quando vai buscar fundamentos para sua formulação de Economia Solidária (a que acaba prevalecendo), encontra o princípio em Owen no “cooperativismo revolucionário” e depois em uma série de organizações cooperativistas que apontavam para a ideia de autogestão e o socialismo.

Durante a II Conferência Nacional de Economia Solidária foram definidos, de forma mais concisa, os princípios norteadores desse “modelo de desenvolvimento” (expressão do autor):

a Economia Solidária organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática e popular, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a:

gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade (IPEA, 2010, p. 20).

Em 2015, a SENAES resumiu os princípios básicos da Economia Solidária a quatro:

**Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;

**Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

**Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;

**Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2019).

Singer e Machado (2000) viam na organização da classe trabalhadora os elementos para a articulação da Economia Solidária como alternativa econômica para a nova sociedade desejada. Porém, essa nova sociedade depende de algumas imbricações sociais e políticas que necessariamente superem as formas atuais de relacionamento e direcionem o desenvolvimento para a construção da emancipação humana. Os sujeitos que fazem parte dessas imbricações sociais e seus interesses serão apresentados a seguir.

## 2.2 Os sujeitos da Economia Solidária

Como visto no início deste capítulo, anseios de geração de trabalho e renda para a população excluída e nunca incluída foram articulados no movimento brasileiro que foi denominado Economia Solidária a partir do Fórum Social Mundial de 2001, mas o tema vinha sendo discutido de forma atomizada desde meados dos anos 1990. Se nas décadas de 1970 até o final da década de 1990 vivemos um período de crise após crise, a década de 2000 começa com uma perspectiva diferente. Mesmo que os trabalhadores e trabalhadoras ainda percebessem severamente as consequências das crises das décadas passadas, existia uma movimentação dos trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações que apontava caminhos alternativos para o programa das forças conservadoras do país.

As transformações no mundo do trabalho pressionavam principalmente “a classe que vive do trabalho” por meio das reestruturações produtivas, desemprego, uma forte onda de privatizações e uma precarização acentuada nas ações do Estado no que tange aos serviços sociais e de proteção do cidadão (ANTUNES, 2009).

O autor salienta, em outra obra mais recente, que

...se o processo de reestruturação produtiva durante os anos 1980 foi limitado e localizado em alguns setores, ele se intensificou sobretudo a partir dos anos 1990. A princípio com o governo de Collor de Mello e, na sequência, com de Fernando Henrique Cardoso, quando o neoliberalismo se desenvolveu com rapidez. O parque produtivo brasileiro, sobretudo o industrial, foi alterado, afetando diretamente a siderurgia, as telecomunicações, a energia elétrica, o setor bancário etc., áreas com forte presença estatal anterior e que passaram para o capital privado, tanto transnacional quanto nacional (ANTUNES, 2018, p.120).

Mas é importante destacar que, politicamente, desde o início de 1989, ano em que Luiz Inácio Lula da Silva disputou o segundo turno das eleições presidenciais com Fernando Collor de Mello, as forças progressistas vinham ganhando terreno organizativo, o que proporcionou viabilidade para iniciativas criativas e para avançar em diversos projetos de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, mesmo com impedimentos legais e dificuldades financeiras.

Dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, surgiram projetos que ganharam projeção nacional com capacidade de transformar o cotidiano de muitas famílias, como o Projeto Integrar, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), que procurou desenvolver nas bases trabalhadoras uma perspectiva sobre a qualificação profissional em conjunto com uma dinâmica articulada com formação formal em nível de Ensino Fundamental junto com práticas de cidadania e cooperativismo (MAIA, 1999). Outra iniciativa caríssima foi a criação do Instituto Josué de Castro (ITERRA) em Veranópolis/RS em 1995, sob a perspectiva de formar os jovens, filhos das famílias assentadas pela Reforma Agrária ligados ao Movimento dos Trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra (MST). No ITERRA desenvolve-se uma formação técnica articulada com a pedagogia da alternância em cursos como Técnico em Administração de Cooperativas, Pedagogia e outros.

Ambos os projetos citados contaram com a participação fundamental de instituições de ensino superior. No caso do Programa Integrar, das Universidades Públicas como a UFSCar, UNICAMP, UFRJ, e particulares como a PUC São Paulo. O ITERRA, após a sua organização interna, foi conseguindo adesão e estabelecer parcerias com instituições universitárias de ensino, como a Universidade Estadual do

Rio Grande do Sul (Uergs), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre muitas outras (CALDART, 2013). Portanto as universidades sempre tiveram uma aproximação com os movimentos sociais e são parte fundamental para o desenvolvimento de nossa sociedade.

Os projetos no campo da educação e os movimentos que estão em crescente organização desde a década de 1980 foram elementos fundamentais para a configuração das políticas públicas tanto nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1998-2002), como para estabelecer as diretrizes do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2003.

FHC desenvolveu em seu governo uma lógica de disputa nos setores da sociedade que se organizavam em ONGs ou sindicatos, criando alternativas assistencialistas com o objetivo de desarticular as forças progressistas e conquistar projeção e poder social sobre as mesmas (LECHAT, 2004). Nesse período foram desenvolvidas políticas públicas como a Comunidade Solidária. Criado em 1995, o programa previa a participação da sociedade civil para amenizar a fome e a miséria no país, com atuação em cinco áreas de ação: alimentação; saúde; nutrição; desenvolvimento rural; geração de emprego e renda (SUPLICY e MARGARIDO NETO, 1995). No entanto, as ações do programa eram mais focadas nas disputas políticas hegemônicas do que propriamente em seu intuito declarado, dado, por exemplo, o foco da promoção do empreendedorismo nas ações de geração de trabalho e renda. Ainda, apesar do ar participativo, como os autores salientaram, manteve-se a relação de dependência ao governo federal, que continuava a centralizar os recursos e exercer o poder de atender este ou aquele pleito, à sua discrição.

O programa acabou desmobilizando as ações do então “governo paralelo” criado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para disputar a Presidência da República. Nesse caminhar o PT constituiu, por exemplo, a Campanha Ação Cidadania, ainda no governo Itamar Franco (1993), com a participação de personalidades políticas importantes, como Herbert de Souza, o Betinho, diretor do IBASE, e Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias-RJ, entre outros. Por conta desse projeto, tinha sido criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Suplicy e Margarido Neto, 1995), desmobilizado no Comunidade Solidária e somente retomado em 2003 no primeiro governo Lula.

A capilarização prática/teórica da EPS ganhou força nos anos iniciais da década de 1990, aliando-se ao movimento social que combatia a fome e a miséria durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Foi durante os governos de FHC que surgiram as primeiras Incubadoras Solidárias (SOLTEC, 2017).

Professores e técnicos do Centro de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro criaram a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) para atender pedidos de formação de cooperativas de trabalho, com financiamento da FINEP e do Banco do Brasil e apoio da Ação pela Cidadania contra a Fome e pela Vida. A partir daí outras cinco universidades criam incubadoras solidárias (Universidade Federal do Ceará, de Juiz de Fora, Rural de Pernambuco, Universidade Estadual de São Paulo e Estadual da Bahia), e em 1998 o governo federal cria o Proninc (Programa Nacional de Apoio as Incubadoras) para transferir recursos de Finep e Banco do Brasil para apoiá-las (SOLTEC, 2017).

O conceito solidariedade, nesse período, foi usado pelos pesquisadores e extensionistas para qualificar os sistemas de cooperação autogestionária. O movimento ganha corpo no período com a participação da CUT, por meio da criação da ADS; da igreja católica, por meio da Cáritas; da Associação Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras em Empresas de Autogestão (Anteag), entre outras. As experiências acumuladas dessas organizações foram refletidas durante a realização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, em oficina acompanhada por mais de 700 pessoas, ocasião em que foi criado grupo de trabalho para garantir a sistematização das ideias e o reconhecimento do movimento de economia solidária como contribuição para um "outro mundo possível" (AMORIM e ARAÚJO, 2004). Os autores afirmam que a Conferência sobre Economia Solidária foi o segundo maior evento que aconteceu durante o II Fórum Social Mundial, em 2002, quando foi tirada a diretriz de estruturar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) estruturou-se em 2003 como "um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos sujeitos e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil" (FBES, 2003). Articulando a participação de empreendimentos da economia solidária, de entidades de apoio e fomento e ainda representantes de governos, o FBES está organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e

estaduais, envolvendo diretamente mais de três mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2017). Naquele ano, publicou-se a Carta de Princípios da Economia Solidária (FBES, 2003), documento que baliza o entendimento do conceito, consolidado na instância, já apresentada e que será alvo de reflexões mais à frente.

Durante o II FSM, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se comprometeu a garantir espaço na estrutura de seu governo para a Economia Solidária, caso fosse eleito, e em 2003 efetivamente foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como Secretaria Especial dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, sob o comando de Paul Singer, atendendo à vontade dos trabalhadores e trabalhadoras e pesquisadores envolvidos no III FSM, em 2003 (AMORIM e ARAÚJO, 2004).

A SENAES entre, 2003 e 2004, criou o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, inserido no Plano Plurianual (PPA), com o objetivo de dimensionar e dar visibilidade aos trabalhadores e trabalhadoras autogestionários, bem como promover ações de formação e facilitar o intercâmbio de experiência entre os sujeitos (AMORIM e ARAÚJO, 2004). Nesse momento de estruturação das primeiras políticas públicas, já existiam mais de 30 incubadoras, organizadas pela rede Unitrabalho e pela Rede de ITCPs (SOLTEC, 2017). Essas incubadoras hoje estão estruturadas principalmente, mas não exclusivamente, em Universidades e Institutos Federais.

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) foi retomado no governo Lula e regulamentado pelo Decreto 7.357/2010:

A finalidade do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) é o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando atingir os seguintes objetivos:

I - geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;

II - construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação;

III - articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;

IV - desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial;

V - formação de discentes universitários em economia solidária; e



VI - criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2010).

O Proninc foi retomado a partir de colaboração interinstitucional: para além de Finep e Fundação Banco do Brasil, foram adicionados ao cenário os Ministérios do Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cultura, Pesca e Aquicultura, Justiça e Turismo, bem como o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), criando o Comitê Gestor do Proninc. O programa é considerado estratégico por apoiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares. A partir de sua retomada foram apoiadas, por meio de editais, as incubadoras já existentes, e também a criação de novas incubadoras, sendo que as últimas três chamadas (2013, 2015 e 2017) foram executadas em parceria com o CNPq. Somados os recursos, foram transferidos cerca de 100 milhões para as incubadoras, no período de 2003 a 2017 (SOLTEC, 2017).

Mesmo que algumas Incubadoras Solidárias dentro das Universidades tenham sido criadas ainda no governo de FHC, ficaram restritas a uma política secundária e tímida em relação ao papel estratégico que poderiam assumir. Assim, foi a criação da SENAES que colocou as Universidades Federais de forma relevante na base de formação das Organizações Produtivas Solidárias (OPS) e no fomento de várias ações como formação, gestão e desenvolvimento político de comunidades de trabalhadores e trabalhadoras por todos os cantos do país.

Por meio de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), a COPPE/UFRJ criou em 1995, com o apoio da Finep e da Fundação Banco do Brasil (FBB), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP. A missão deste projeto era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares e de difusão desta tecnologia social para outras universidades do país. Em 1997 foi criado o PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, tendo como signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP. Em 2003, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas Incubadoras de Cooperativas e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação (FINEP, 2019).

No entanto, as finalidades do Proninc acabaram por direcionar de forma superficial as ações das Incubadoras quando se trata de formação para o trabalho que seja emancipatória. No primeiro governo Lula (2003) promove-se uma mudança de rumo bastante acentuando, não configurado como ruptura, no entanto, mas que

possibilitou uma nova face para os movimentos sociais com a criação de políticas públicas de governo voltadas para setores que antes estavam apenas latentes. Como as finalidades ficaram bastante abertas, foi possível justificar a necessidade de apropriação de conhecimento técnico em algumas áreas e formataram-se cursos extremamente adestradores sem permear questões políticas, por exemplo, com conteúdos construídos para a reprodução automática e não para a ruptura das dependências.

A SENAES foi dirigida de 2003 até o golpe de 2015 por Paul Singer e, a partir daí, perdeu status de Secretaria Especial e foi assumida por um servidor aposentado da Polícia Civil do Paraná. Durante seu período de maior protagonismo social, entre 2007 e 2015 (oito anos), manejou orçamento de aproximadamente R\$ 541 milhões para subsidiar projetos de Economia Solidária, que aliaram formação e infraestrutura para as organizações de trabalhadores e trabalhadoras (BRASIL, 2015a). Mesmo considerando a timidez desse orçamento face ao montante gerenciado pelo Sistema S - por exemplo, em 2010 foram R\$ 21 bilhões, distribuídos entre outras coisas para o Bolsa-Formação do Pronatec (BRASIL, 2015b), o mesmo suscitou disputa, trazendo para a arena da Economia Solidária entidades com diferentes visões, conforme será desenvolvido na próxima seção.

### **2.3 As disputas no centro da EPS**

Em Fernandes e Previtali (2017), foi refletido o movimento, no modelo hegemônico, de cooptar uma ideia, admitir sua importância e, no momento seguinte, utilizar táticas para subsumi-la, "torcê-la", de modo que a mesma se adapte ao contexto das ideias predominantes. Esse processo tem se dado com vários dos conceitos importantes para a classe trabalhadora.

Um exemplo é a ideia de sustentabilidade que, quando pensada pelos movimentos sociais de preservação ambiental, indicava a necessidade de parar a degradação, mudar o rumo da produção e do consumo, mesmo que houvesse "prejuízo" econômico para empresas e países. Portanto, era muito mais amplo e tinha cunho crítico e político, como se pode ver na visão de Mészáros (2007, p. 190):

Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não somente sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais.

O autor aponta para o processo de cooptação e subsunção de ideias, diariamente praticado pelo modo de produção capitalista, quando afirma, sarcasticamente, que as determinações socioeconômicas às quais o homem médio se submete são "quase naturais". A busca do sistema hegemônico é sempre por tornar natural a exploração humana, a necessidade de produzir, de crescer, de consumir. Essa ideia é reproduzida o tempo todo, e naturalizada como se não houvesse outro caminho desde sempre. Mas como não é possível ignorar os custos da degradação ambiental (afinal, é da natureza que vêm as matérias primas que são transformadas em riqueza pelo trabalho social), é necessária uma resposta. E a solução da sustentabilidade subsumida é afirmar ser possível equilibrar as demandas das dimensões econômica, social e ambiental presentes nas atividades produtivas (ELKINGTON, 1997). Como se fosse possível, por meio da comercialização de créditos de carbono, desconsiderar que os países desenvolvidos contribuem em proporção absolutamente superior para a poluição em relação ao montante de dinheiro que distribuem comprando tais falácias financeiras.

A partir desse movimento coordenado, podemos refletir a disputa pelo significado de EPS. Então precisamos inicialmente nos voltar para o conceito de solidariedade. De acordo com o dicionário Michaelis (2015 online),

sf (solidário+e+dade) 1 Qualidade de solidário. 2 Estado ou condição de duas ou mais pessoas que repartem entre si igualmente as responsabilidades de uma ação, empresa ou de um negócio, respondendo todas por uma e cada uma por todas. 3 Mutualidade de interesses e deveres. 4 Laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas dependentes umas das outras. 5 Dir Compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas pelas outras e cada uma delas por todas. 6 Social Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora. S. ativa, Dir: solidariedade em que cada um dos credores da mesma obrigação pode exigir do devedor não somente a sua parte da dívida, mas também a dos demais. S. orgânica, Fisiol: relação necessária que se estabelece entre um ato da economia e outro diferente que se produz em ponto muito afastado. S. passiva, Dir: aquela em que cada um dos devedores de um mesmo título responde pela soma total da dívida. S. social: consistência interna de um agregado social; coesão social.

A Ação pela Cidadania contra a miséria e pela Vida já tinha por base, em 1993, o valor da solidariedade (AÇÃO DA CIDADANIA, 2019), "noção chave que podia agrupar ideologias tão diversas como o humanismo cristão, o ideal iluminista da fraternidade e até a ética marxista" (LECHAT, 2004, p. 122), exatamente por conta da sua amplitude. Mas de que solidariedade se falava e de que solidariedade se fala na Economia Solidária?

Herweg Westphal (2008), analisando os diferentes sentidos do termo solidariedade, identifica sua concepção como amor altruísta ao próximo, irmandade e fraternidade. Na doutrina social cristã, a solidariedade está relacionada aos dois primeiros significados, à vida comunitária e à prática da caridade. Em relação à fraternidade, com seu uso como bandeira de luta na Revolução Francesa na busca de uma sociedade de cidadãos igualitários, essa concepção passou a ter um significado político. Citando Brunkhorst, a autora reflete que o conceito evoluiu de fraternidade para solidariedade quando se estabeleceu o modelo de sistema social do solidarismo. Já na concepção marxista, parte-se da premissa da conexão social entre os trabalhadores e trabalhadoras que partilham as experiências da exploração e da subordinação, sendo que a solidariedade se coloca como ponto de inflexão na luta coletiva para a superação das relações capitalistas de exploração. Assim, os trabalhadores e trabalhadoras são solidários também em relação à classe, posto que colocam exigências à política em relação à adoção da solidariedade como princípio de Estado (HERWEG WESTPHAL, 2008).

Lechat (2004) afirma que o projeto da Economia Solidária foi e é impulsionado em boa parte por intelectuais cristãos, com a doutrina social da igreja católica se colocando como "solução intermediária frente ao desgaste das ideologias neoliberal e comunista" (Idem, p. 55). Aponta que Razeto é orgânico à Academia de Humanismo Cristão de Santiago de Chile, enquanto que no Brasil tem-se a Cáritas e uma série de instituições confessionais católicas como Unisinos, PUCs e UCs representadas por seus pesquisadores na publicação sobre a temática.

Diferentes posicionamentos políticos, econômicos e culturais criaram entendimentos diferenciados da abrangência do conceito de EPS e seu desdobramento em organizações produtivas. Organismos como a Cáritas incluem as organizações do Terceiro Setor como parte da EPS, enquanto que os grupos ligados aos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras fazem estreita ligação com a geração de trabalho e renda, excluindo as organizações do terceiro setor do campo da EPS.

A Carta de Princípios da EPS (FBES, 2003) definiu a abordagem de forma política, situando-a na como oposição ao modo de produção capitalista, assim, corroborou com a linha de disputa marxista, no entanto, deixou aberta a questão do entendimento iluminista da fraternidade, posto que menciona "práticas fundadas em

colaboração solidária", ao mesmo tempo em que aponta a linha do humanismo cristão, apontando a EPS como solução para o problema da exclusão social.

Herweg Westphal (2008) afirma que o termo solidariedade tem sido apropriado na EPS tanto no sentido adjetivo (economia "solidária") quanto substantivo (no cooperativismo autogestionário), com predominância do primeiro sentido, o que denota, de acordo com a autora, que a ideia da solidariedade não é o centro do conceito, mas seu complemento. Refletindo os crescentes processos de individualização e diferenciação da sociedade moderna (Idem, p. 8), entende que

Além da dimensão cognitiva, do esclarecimento, a compreensão da ideia de solidariedade demanda reflexão acerca de suas finalidades, seu sentido ético-político. Estas são a questão e a tarefa colocadas à economia solidária, para que possa vir a ter alcance social universal e ser construtora de justiça social.

Outra fonte de disputa é sobre o formato cooperativista, que se coloca desde Owen como alternativa à empresa capitalista. No entanto, muitas perderam suas características ideológicas e filosóficas, tornando-se semelhantes às empresas capitalistas, nas quais uma característica marcante é a ideologia fortemente enraizada na relação de subalternidade. Assim, descaracterizou-se o sentido pleno da organização cooperativista, passando a prevalecer o domínio de pessoas ou determinados grupos no interior das cooperativas (EID et al, 2001). Assim, tem-se que analisar o processo de gestão da cooperativa antes de situá-la como empreendimento capitalista ou organização produtiva solidária.

De acordo com França Filho e Laville (2004), o caráter plural da economia solidária deve ser destacado; a prosperidade do movimento não repousaria apenas no aspecto mercantil, mas necessita da ação do estado (infraestrutura, amparo legal).

Se o Estado é um ator que influiria consideravelmente na disputa do significado de EPS no campo concreto, então, quando se tem um Estado burguês, dominado pela burguesia, tem-se uma ideia panorâmica dos resultados desse embate.

Deste modo, temos que distinguir que nem tudo que é popular é solidário, da mesma forma que nem tudo que é solidário é popular. O movimento comunitário geralmente aglutina pessoas com causas parecidas e emergenciais, mas o que vai determinar o caráter solidário é o fato de como essas pessoas se organizam para resolver os problemas, como França Filho e Laville (2004) nos dão pistas. Da mesma forma, essa dinâmica determina como as políticas públicas darão tratamento para essas iniciativas populares, com liberdade e autonomia ou por meio do assistencialismo.

É importante salientar que nenhum político na história conhecida chega ao poder afirmando que é a favor da fome, que vai incentivar o desemprego, que irá promover o fim da democracia e que é a favor da guerra em detrimento da paz. Desde o período de redemocratização do nosso país, tivemos governos após governos que se basearam em discursos desenvolvimentistas, progressistas ou “democráticos”, porém, no que tange à efetividade concreta de políticas públicas com capilaridade nacional e efetivamente atendendo as camadas mais desfavorecidas, temos um ponto histórico de inflexão, que é a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e seu primeiro mandato, de 2003 a 2006.

Em seu primeiro mandato, o presidente Lula promoveu algumas políticas públicas de governo relevantes para a distribuição de renda e inserção de camadas desfavorecidas no mundo do consumo, que promoveram uma aparente e superficial melhoria generalizada das condições de vida dos brasileiros. Essa ação política governamental teve uma lógica e uma métrica. A distribuição de renda possibilitou ao país melhorar suas estatísticas internacionais, mas enquanto isso se desenvolvia também se propagava um expressivo aumento das dependências promovidas pela “ajuda” do Estado para os trabalhadores e trabalhadoras menos favorecidos por meio de programas de transferência de renda e de caráter assistencialista, no caso o Bolsa Família (ANTUNES, 2018). Para a EPS, o governo Lula teve um direcionamento que também está articulado com a sua proposta de combate à pobreza refletido em estatísticas.

Desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), durante o primeiro ano do governo Lula, em 2003, a disputa pela hegemonia no movimento de EPS foi posta. De um lado o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras constituiu uma diversidade de entidades representativas, por todo o país, para promover intervenções em empresas falidas que foram tomadas por seus funcionários, no sentido de organizá-las como organizações autogestionárias, na formação de cooperativas de produção e serviços no campo e na cidade, em associações e incubadoras nas universidades públicas. Todas elas minimamente com os objetivos de apontar e construir alternativas para superar a pobreza, gerar renda, disseminar a solidariedade de classe e construir uma proposta básica de educação popular, inclusive para o trabalho, como eixo fundamental para todas as ações de EPS no país.

Por outro, as forças políticas que defendem o modo de produção capitalista, que pertencem às elites financeiras, as instituições mantenedoras do ideário liberal e neoliberal, capitaneadas pelas Federações da Indústria dos Estados, também se

organizaram para disputar as políticas públicas desenvolvidas pela SENAES. Aos poucos, com um discurso bastante encantador, e alicerçado numa infraestrutura gigantesca e com recurso infinitamente superior às estruturas dos trabalhadores e trabalhadoras, introduziram a discussão do empreendedorismo como retórica fundamental na disputa pelo conceito de solidariedade e prioritariamente pela manutenção da liderança no movimento da educação profissionalizante no país.

Como movimento de classe, a EPS representou o esforço dos trabalhadores e trabalhadoras organizados, realizando uma articulação para juntar uma infinidade de interesses atomizados, criando cooperativas e associações que pudessem se relacionar e praticar ações solidárias em contraponto ao movimento da economia de mercado, que tem como objetivo central o lucro e a manutenção do pensamento hegemônico capitalista. Ao mesmo tempo em que esse esforço era feito o capital, representado por sua estrutura social como o Sistema S, aliado à indústria do conteúdo, como a Fundação Roberto Marinho, entre outras instituições, formava o inconsciente coletivo da absoluta maioria da classe trabalhadora. A série de vídeos “Cooperar, bom negócio” (CANAL FUTURA, 2011), produzido em parceria entre Canal Futura e SEBRAE, mostra a ótica da cooperação a partir da lógica instrumental e utilitarista. A série de materiais do SEBRAE “Empreendimentos Coletivos: cooperar para competir” reunida em 2019 é ainda mais evidente em demonstrar a cooperação pela lógica utilitarista. No folheto “Cultura da Cooperação” (CARDOSO, 2014, p. 9), vão para além e desconstróem o conceito de solidariedade:

É importante também diferenciar cooperação de solidariedade, pois são conceitos que se confundem. Solidariedade não pressupõe, necessariamente, um trabalho conjunto, não pressupõe nem mesmo conhecer as pessoas envolvidas na ação solidária, pois se trata de uma atitude de ajuda, geralmente em momentos de grandes dificuldades ou de fragilidade.

Assim, ao mesmo tempo em que os sindicatos, por exemplo, fundavam instrumentos de organização para criar condições objetivas para a formação de consciência sobre a solidariedade, o SEBRAE se apropriava da ideia de solidariedade e transformava em posicionamento de comunicação, relacionando a vontade de crescer inculcada na cultura social, principalmente por meio da vivência na escola e pelos programas de televisão, à ideia de ser um empreendedor, ser um vencedor, merecedor de um lugar privilegiado na sociedade de perdedores. É possível, nos nossos dias, encontrar “revolucionários” dedicados à resistência ao capital que, nas horas de

intervalo de um curso de produção orgânica realizado pelo SENAR, discutirem os rumos dos últimos capítulos da novela das dez.

A criação de Organizações Produtivas Solidárias (OPS), espalhadas por todas as regiões do país, deu formato para um movimento ao qual, trabalhadores e trabalhadoras desempregados e ou excluídos do processo produtivo, organizados em coletivos dos movimentos sociais aderiram para buscar outra forma de sobrevivência, mas a construção teórica não deixou tão explícito o quanto isso seria complexo.

Embora as bases da Economia Solidária tenham se fundado no movimento cooperativista associativo e autogestionário, escolheu-se à época denominar as organizações como “empreendimentos”, o que induziu com o tempo essas organizações a se assemelharem com a construção liberal que Schumpeter (1997)<sup>5</sup> qualificou de empreendedorismo, criando uma contradição permanente para a EPS quando se diz um movimento anticapitalista, mas que age assemelhadamente, quando não da mesma forma, que uma organização explicitamente capitalista no que tange ao ato de empreender.

O projeto de lei 4685/2012, que está tramitando no Senado ainda no ano de 2019, que visa a instituir a Política Nacional de Economia Solidária também adota a denominação “empreendimentos econômicos solidários”, ressaltando que o texto foi proposto por partidos ditos “progressistas”.

A lógica também está carregada de gerencialismo no sentido de competição de mercado. Não faz parte do bojo teórico da EPS e nem de sua construção a ideia de “profissionalização”, mas se “encosta” na economia de mercado quando as práticas se aproximam das relações necessárias à distribuição das diversas formas de produção. É muito comum encontrarmos Associações ou Cooperativas organizadas como se fossem empresas capitalistas, com gerentes e colaboradores (NEWMAN e CLARKE, 2012).

Diante da contradição, em função das vivências da equipe de pesquisadores e extensionistas do Cieps, entendeu-se necessário desenvolver um posicionamento que expressasse oposição à lógica do empreendedorismo do capital e chamar as organizações resultantes dessa outra construção por denominação outra que não a de empreendimento. No empreendedorismo de mercado, as relações sociais e técnicas de

---

<sup>5</sup> "...na vida econômica, deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui, o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que no momento isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação". (SCHUMPETER, 1997, p. 5).



produção preconizam a divisão entre funções e tarefas, existindo uma clara separação entre a força de trabalho e a propriedade/subordinação dos meios com vista à produção de bens materiais. Na lógica que se pretende construir a partir dos princípios da Economia Solidária, entende-se que a principal força produtiva é o próprio ser humano, que pode se organizar para produzir socialmente de outro modo que não seja subordinando sua força de trabalho aos interesses da acumulação. Por meio de afinidades políticas, ideológicas e sociais, os trabalhadores e trabalhadoras devem subordinar os meios de produção aos seus interesses comuns enquanto classe, que tudo produz (portanto, a qual tudo pertence, como atribuído a Marx). Para tanto, devem mobilizar-se em iniciativas produtivas, solidárias nas emancipações e não nos investimentos ou lucro. Por isso utilizamos a expressão Organizações Produtivas Solidárias (OPS) e não empreendimentos econômicos solidários (EES), como usual de vários autores e pela própria SENAES.

Outra grande influência na construção teórica da EPS vem de setores religiosos, que disputam os princípios da EPS de forma ontológica religiosa: de um lado insinuam a organização para lutar por outra sociedade que tenha como ponto de partida a libertação das almas contra o capitalismo, mas por outro lado, a mesma construção incentiva à naturalização da caridade, da participação e aceitação das regras da economia de mercado alicerçadas principalmente no mérito.

Por milênios, portanto, na sociedade dividida em classes pela divisão do trabalho, entre formação das classes dominantes e a preparação profissional dos produtores pertencentes às classes subalternas (sem falar dos camponeses, aos quais a divisão fundamental entre cidade e campo nem sequer permite a elaboração de um processo educativo normatizado qualquer, mas só puro e simples crescer ao lado dos adultos), existiu um hiato profundo, uma separação absoluta, não apenas no sentido de que as duas organizações não tinham qualquer ponto de contato entre si, mas também no sentido de que não compartilhavam princípios, conteúdos e métodos entre as duas diferentes formações (MANACARODA, 2010, p.130).

Nesse sentido não se constroem possibilidades de rupturas, sejam sociais ou econômicas, mas se sugere a paz entre as pessoas e a naturalização das condições. Nesse sentido, fazem uma opção contrária a uma visão crítica científico-filosófica e econômica da sociedade. As instituições religiosas apelam para as necessidades subjetivas e metafísicas das mesmas pessoas que desejam transformações, mas que sucumbem à possibilidade de libertação e salvação de suas almas (LUKÁCS, 2012).

Por outra via, a EPS sofre uma grande pressão em seu desenvolvimento econômico por setores religiosos mais específicos, como o neopentecostalismo, que

descamba de vez para o empreendedorismo simplesmente financeiro e que tem como princípio fundamental a Teologia da Prosperidade<sup>6</sup>. Em alguns pontos as intervenções religiosas se agrupam e se assemelham para promover a união das pessoas em torno de soluções para as necessidades de sobrevivência básica ou desgraças coletivas, mas esse segmento prega de forma bastante clara o acúmulo de capital acima de tudo e a lógica da meritocracia acima de todos. Essa orientação aponta para a economia de mercado de forma mais contundente, enquanto outros setores, como da igreja católica, apelam para a libertação da opressão, autonomia para conquistar melhorias materiais de consumo e a paz interior como recompensa divina. A transformação social concreta para outra forma de organização social que se oponha ao capitalismo fica restrita ao discurso e intenções que se desmancham no ar e no tempo.

De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca? devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores (ENGELS, 1999, p.87).

Para as forças mantenedoras do ideário liberal capitalista e seus “gurus” que se alojaram nas redes sociais via internet, a luta de classes não passa de uma referência acadêmica que ficou perdida na militância de intelectuais e lideranças populares que não conseguiram se enquadrar no maravilhoso mundo da tecnologia moderna. Propriedade privada, lucro, tecnologia, mercado, democracia e liberdade se tornaram mantras. Mas mantras ressignificados, quando de interesse das organizações capitalistas que atuam nas áreas da produção cultural e da educação.

Na produção cultural, podemos encontrar desenhos animados que tratam do cotidiano de uma família convencional desde a pré-história (Os Flintstones, criada por

---

6 De acordo com Souza (2011), a Teologia da Prosperidade tem como essência a ideia básica de que Jesus Cristo já redimiu a humanidade, de modo que todo seguidor tem o legítimo direito à riqueza, saúde e sucesso nesta vida, aqui e agora. Se tal êxito não ocorre é porque a pessoa supostamente está em falta com Deus e entregue às ações demoníacas. Para reverter essa situação o adepto deve fazer doações materiais, financeiras, contribuindo concretamente com a igreja, portanto, com o trabalho de evangelização por ela executado. Quanto maiores são as ofertas, mais "direito" tem o adepto da igreja de "exigir" de Deus o cumprimento de sua parte do acordo, ou "contrato de fê". O apelo por doações se sustenta nessa peculiar interpretação do adágio franciscano "é dando que se recebe". Com base em tal crença e através de testemunhos de pessoas supostamente bem-sucedidas, são realizados eventos e campanhas - chamados “descarregos”, correntes e desafios - em que os fiéis são praticamente constrangidos a contribuir com a causa apresentada pela igreja, seja ela a construção de um templo, ou aquisição de uma rádio, uma televisão, ou o que for. Para detalhes ver SOUZA, André Ricardo. **O empreendedorismo neopentecostal no Brasil**. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 13, n. 15, p. 13-34, Jul./Dic. 2011.

William Hanna e Joseph Barbera) até o futuro (Os Jetons, também Hannah-Barbera), com hábitos de consumo e de trabalho semelhantes aos nossos dias. É possível ver um pai de família ser explorado e assediado moralmente pelo patrão, uma dona de casa recatada/reprimida e dedicada/obrigada a cuidar do lar, da pequena prole e dos “*pets*” que todo núcleo familiar moderno tem.

Nessa direção Sabat (2004), analisando a cultura da mídia nas escolas reflete, por exemplo, que a Disney, por meio de suas histórias e recursos audiovisuais, ensina as crianças sobre como se comportar em sociedade. Nesse mundo criado para entretenimento televisivo não há greves, não há conflitos de interesses, não há espancamentos de trabalhadores e trabalhadoras nas periferias, não há ricos nem pobres, não há “ideologia” (de esquerda, pelo menos). Assim como nas escolas em que nossos jovens são doutrinados na ideia de que os conflitos devem ser evitados a qualquer custo e que o mais importante é desenvolver valores do bem viver, aceitando o destino como uma forma natural de existirmos.

Singer (2002, p.21) afirma que as pessoas

...são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e a temer os "superiores" desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira. As crianças são espontaneamente inquietas, curiosas, desejosas de participar em todos os jogos e brincadeiras. A escola reprime esses impulsos e as obriga a obedecer a horários, a ficar quietas e imóveis durante a aula, a decorar coisas que nada lhes dizem e a renunciar a satisfazer boa parte de sua curiosidade. E tudo isso sob a ameaça de reprimendas e castigos, o pior dos quais é não ser aprovado. As imposições e repressões da família patriarcal vão na mesma direção.

O que se pretende frisar aqui é a grande diferença entre o desejo de querer transformar a sociedade que vem da classe trabalhadora organizada e as barreiras que as instituições do capital colocam para evitar que o processo de construção de consciência de classe anticapitalista se consolide. Há um entendimento entre os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas discussões da EPS de que é necessário romper com a cultura hegemônica e não fortalecê-la, que é o que acontece quando o lado com menor capacidade de articulação faz parcerias e alianças com o lado com mais poder financeiro e de articulação, mas disputam a mesma coisa. Mesmo com as melhores das intenções, uma hora acaba-se falando a língua do mais forte, mesmo sem perceber.

A grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em organizações produtivas solidárias não conseguiu ainda superar as condições fisiológicas. A

construção diária de vida está organizada para resolver o imediato, já que eles não têm a sua razão diária de sobrevivência garantida. Então a porta fica aberta para o poder de negociação e convencimento entrar e impor uma lógica contínua de dependência dessa situação.

A questão que se coloca, é: como será possível fazer rupturas utilizando a cultura do explorador/dominador? Dados do PRONINC (SOLTEC, 2017) apontam o quanto a ideologia capitalista está inserida na construção da EPS no país. Cerca de 46,9% das Incubadoras existentes têm parceria com o Sistema S e estão desenvolvendo formação técnica para os trabalhadores e trabalhadoras dentro da lógica do capital, ou seja, potencializam a força de trabalho para uso do capital.

O Estado aparece como o grande parceiro e fomentador da EPS, no entanto, como política pública, na prática, a EPS acabou se conformando como uma ação empreendedora durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e aos poucos sua capacidade de impulsionar as OPS para continuar a desenvolver cultura de resistência ao capital foi perdendo força de convencimento e caminhou de forma ligeira para as práticas gerencialistas das organizações capitalistas que defendem o empreendedorismo de mercado. Como salienta Lessa (2013, p. 208),

Postular um “compromisso” entre o capital e o trabalho como fundamento do Estado de Bem-Estar tem ainda um efeito prático não negligenciável para o horizonte reformista: serve para defender um “apoio crítico” ao Estado e suas políticas públicas. Qualquer apoio ao Estado, “crítico” ou não, significa, na luta de classes, colocar-se ao lado do capital contra o proletariado.

Os movimentos de EPS, quando estabelecem a captação de recursos dos públicos como única forma de se organizar, tornam-se reféns da conjuntura e, por conseguinte, reféns do Estado. O processo de formação e qualificação para o trabalho está colocado como prioridade. No entanto, o foco da questão profissionalizante está mais voltado ao treinamento para as pessoas fazerem as coisas “direito”. Confunde-se educação popular ou se tem pouca experiência para desenvolver um processo de práticas educativas quanto se tem como objetivo da EPS formar empreendedores.

Durante o primeiro mandato do presidente Lula, houve investimentos em ações de formação e criação de um volume significativo de organizações de trabalhadores e trabalhadoras que pretendiam ou imaginavam seguir a autogestão, de cooperativas de produção a organizações financeiras. Desde então, houve um significativo avanço na capilaridade em território nacional sobre ações de EPS, e que por sua capacidade de

aglutinar um contingente significativo de trabalhadores e trabalhadoras e por ser uma política aparentemente viável para enfrentar o desemprego e a pobreza, acabou se espalhando e consolidando uma ideia de movimento nacional. Segundo pesquisa do IPEA (2016), existiu um entre 2013 e 2009 aumento de 60,2% de novos empreendimentos.

Mas, essas organizações se comportam contrariamente ao ideário corporativo ou se transformaram em empresas disfarçadas? A pesquisa não chega a esse detalhamento, que tem haver com a práxis da EPS.

## **2.4 A EPS na teoria e na prática**

Para concluir a reflexão da disputa sobre o conceito de EPS, pode-se inferir que o entendimento do que significa solidariedade implica na sua *práxis*. Para os intelectuais cristãos e para os iluministas, solidariedade é condição moral; para o campo marxista, solidariedade é condição política, de entendimento da luta de classes e de oposição ao capital, resistir e avançar como um todo sólido: “Proletários de todos os países, unidos!” (MARX e ENGELS, 2010, p.69).

As organizações políticas/sociais dos trabalhadores e trabalhadoras como sindicatos, associações, agremiações políticas entre outros, dentro de um espectro ideológico de esquerda ou anticapitalista, tendem essencialmente a buscar criar todo um ideário de superação das mazelas que o povo enfrenta numa sociedade desigual. No desenvolver da EPS no Brasil, os sindicatos e movimentos partidários se envolveram na elaboração de propostas para apresentar à sociedade como alternativa para superar mais uma das inúmeras crises do capital e suas consequências para a classe trabalhadora. Porém, mesmo que essa organização esteja acontecendo, não há um reflexo prático disso na sociedade, pois o movimento acaba se reconhecendo muito mais como econômico do que como movimento político de resistência ao capital.

Na perspectiva econômica é possível encontrar experiências exitosas no que diz respeito a melhorias nas condições econômicas, refletindo nas vidas de trabalhadores e trabalhadoras, significando avanços na organização de cooperativas autogestionárias. Porém, o nível de dependência em relação a políticas de governos é muito evidente (BETANHO, 2008). Então, é possível que a EPS tenha acelerado o processo de apropriação de bens de consumo, mas em termos de organização política que preza pela emancipação humana, não aconteceu da mesma forma.

Harvey (2016) nos apresenta a ideia de que não é possível acontecer a emancipação humana numa sociedade que aprimora a cada dia a alienação<sup>7</sup> do ser social por meio da exploração da força de trabalho, em ambientes e condições cada vez mais precarizados. Então, se entendermos a emancipação como um processo, é necessário construir mecanismos sociais que apontem verdadeiramente para tal, e para isso, são necessárias resistência e rupturas.

Onde está então a dificuldade de avançar na EPS como movimento emancipatório?

Quando uma família de camponeses consegue ser assentada numa ação da Reforma Agrária, a primeira atitude é passar a cerca em torno de sua propriedade. Mesmo participando de uma cooperativa ou associação dos assentados, todos acabam demarcando suas propriedades como algo que a partir da legalização, uma conquista particular. Muitos acabam se convertendo para a condição de pequenos burgueses que, como diz Antunes (2009), podem constituir importantes aliados das lutas da classe trabalhadora, mas ficam à margem da organização; e, quando participam, tendem a defender as ideias da classe média ou mesmo dos burgueses. Então, há de fato melhorias de vida, mas não convergem para uma mudança do sistema. As pessoas podem até incorporar em seus discursos a ideia progressista ou até socialista de luta, mas na prática ampliam suas dependências dos recursos públicos e aprofundam cada vez mais sua relação com a economia de mercado.

Wellen (2012), tecendo sua crítica sobre economia solidária, a qual o autor denomina como “projeto”, também aponta que há dificuldades sobre os avanços das organizações produtivas solidárias quando focam somente a questão econômica. Segundo o autor,

A ideia de unificação dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de empreendimentos de “economia solidária”, transformando-os em proprietários coletivos de meios de produção privados ou, da ética e solidariedade na produção dentro do capitalismo possui horizonte de dupla face. É possível que a união dos trabalhadores e trabalhadoras derive num

---

<sup>7</sup> O verbo ‘alienar’ tem uma variedade de sentidos. Como termo jurídico, significa transferir para outrem um direito de propriedade. Alieno um pedaço de terra quando o vendo a alguém. Como relação social, refere-se a alguém (transferência, desvio) de afetos, lealdades e confiança de uma pessoa, instituição ou causa política para outra. A alienação (perda) de confiança (em pessoas ou instituições como a lei, os bancos, o sistema político) pode ser extremamente nociva para o tecido social. Como termo psicológico passivo, “alienação” significa se isolar e se distanciar de uma ligação afetiva valiosa. Ela é vivenciada e interiorizada como tristeza e pesar por uma perda indefinível, que não pode ser recuperada. Como estado psicológico ativo, significa sentir raiva e hostilidade quando se é ou se sente oprimido, desprovido ou espoliado, e extravasar essa raiva e hostilidade contra o mundo muitas vezes partindo para o ataque sem razão definida nem objetivo racional. Comportamentos alienados podem surgir, por exemplo, porque as pessoas se sentem frustradas com a falta de oportunidade de vida, ou porque sua busca de liberdade acaba em dominação (HARVEY, 2016, p.247-248).

elo de luta contra o capital, mas também é muito provável, a partir da criação de uma organização de "economia solidária", que se estejam construindo laços materiais e ideológicos de uma consciência e uma prática pequeno-burguesas (WELLEN, 2012, p.128).

Politicamente, a EPS não conseguiu até hoje criar ações práticas plenas de rupturas, pois grande parte das organizações está atrelada a políticas de governos, que por sua vez, não apresentam caráter transformador ou possível compromisso com o fim do estado burguês para outra relação de poder. Portanto estão sob a lógica do estado que organiza a sociedade para o capital, e nesse sentido compromete-se qualquer movimento que aponte para a construção no presente da emancipação humana.

No capitalismo, o campo do político é constituído como necessariamente afastado dos agentes que portam e transacionam mercadorias, seja o capital ou o trabalho assalariado. A proeminência dos vínculos sociais individualizados, com a igualdade jurídica e a liberdade contratual entre exploradores e explorados, demanda que as instituições políticas sejam formalmente distintas de todos os indivíduos ou classes. No entanto, se o Estado é um terceiro necessário em relação aos indivíduos, isso não quer dizer que seja uma entidade indiferente no seio da vida social. É justamente ao se afirmar como um poder terceiro que o Estado exerce papel decisivo na reprodução da própria dinâmica do capitalismo (MASCARO, 2013, p.59).

Para além da influência do Estado nas relações da EPS, o movimento poderia avançar no campo político na sociedade civil organizada. Para que isso seja possível, da mesma forma que nas relações produtivas se faz necessário a capacitação técnica, o processo de formação *omnilateral* é crucial para a sua longevidade. Quando grupos da EPS apontam que seu foco está na formação de empreendedores, definem que os meios podem justificar os fins, utilizando os preceitos da educação profissionalizante e todo o instrumental prático e teórico empresarial para adestrar os trabalhadores e trabalhadoras na lógica da boa gestão, fortalecendo a proposta do capital. Essa condução da formação pode ir ao encontro do que Saviani (2013) aponta como a articulação da competência técnica com os interesses da burguesia. Isto posto como avanço para EPS como movimento emancipatório, configura num equívoco, perpassa os antagonismos de ideias, mas pode ser contornada.

Cabe aos sujeitos a opção de intensificar a caminhada da EPS para os braços do capital ou romper com a educação tradicional liberal e adestradora, para adotar métodos e práticas pedagógicas alinhadas com o entendimento crítico da educação. Não é possível criar condições objetivas para rupturas inculcando a lógica hegemônica capitalista como princípio formativo, da mesma forma que não é possível dominar todo o processo produtivo abdicando da importância de dominar todos os meios produtivos e

subordiná-los a outra lógica, a dos trabalhadores e trabalhadoras como poder social (SAVIANI 2013).

Em Marx e Engels (2011), a questão da emancipação se torna clara a partir da ideia de que não se pretende destruir a escola ou retornar a períodos de menor desenvolvimento humano, mas sim seguir em frente, avançar nas questões que a humanidade desenvolveu tecnologicamente, e com isso avançar no capitalismo superando suas contradições, criando condições para as emancipações mais próximas de nossas realidades, mas que sejam alicerces para uma emancipação humana.

Quando Singer afirma que:

A economia solidária poderá de fato viabilizar uma segunda acumulação de capital, que reintegre a massa de desempregados à vida econômica, desde que ela seja criada e desenvolvida pelo poder público, com apoio dos setores organizados vitalmente interessados no combate ao desemprego (SINGER, 1996).

Há certamente uma vontade de que a classe trabalhadora consiga chegar até as emancipações provenientes de acúmulo de capital, que proporcionam melhorias imediatas de vida, porém quando a EPS é conduzida a virar proeminentemente uma política pública em detrimento de se fortalecer enquanto movimento social fortalece-se a ideia de que o desenvolvimento da EPS se dará no campo da economia.

Quando a EPS se desloca para o campo da economia de mercado, há uma “flexibilização” em termos de conceito da EPS, justamente para que os antagonismos de princípios possam coexistir. Alguns posicionamentos foram desconstruídos, como o anticapitalismo, para que essas parcerias acontecessem.

As mudanças que se verificam não se operam aleatoriamente, mas no sentido de recolocar a consciência que se emancipava de volta nos trilhos da ideologia. Não é, em absoluto, certas palavras-chaves vão substituindo, pouco a pouco, alguns dos termos centrais das formulações: ruptura revolucionária por rupturas, depois por democratização radical, depois por democratização e finalmente chegamos aos “alargamento das esferas de consenso”; socialismo por socialismo democrático, depois por democracia sem socialismo; socialização dos meios de produção por um controle social do mercado; classe trabalhadora, por trabalhadores e trabalhadoras, por povo, por cidadãos; e eis que palavras como revolução, socialismo, capitalismo, classes, vão dando lugar cada vez mais marcante para democracia, liberdade, igualdade, justiça, cidadania, desenvolvimento com distribuição de renda” (IASI, 2006, p. 435).

A naturalização dessa relação abriu brecha para que organizações da sociedade ligadas e financiadas pelas grandes corporações capitalistas se aventurassem no desenvolvimento de ações para a Economia Solidária, disputando os recursos,



cooptando as organizações e ao final obnublado a ideia de que a EPS seja um instrumento de luta de classes. Como afirma Lessa (2013, p. 212),

Como tudo na vida é contraditório – e isso é uma verdade –, as necessidades em evolução da reprodução do capital se afirmam como momento predominante no confronto entre o capital e o trabalho. Com elevadíssima frequência, a luta economicista (Lenin) dos trabalhadores e trabalhadoras e operários é respondida pelo capital com políticas públicas que aparentemente servem aos trabalhadores e trabalhadoras quando, bem pesadas as coisas, servem à ampliação da mais-valia deles expropriada. É esta aparência que possibilita, ainda hoje, que o discurso refor-mista soe como verdadeiro. Esta aparência de verdade possui alguma veracidade na medida em que, ao menos em parte, corresponde ao mundo real: a “submissão real” do trabalhador ao capital inclui o aumento da participação no mercado consumidor de uma parcela dos trabalhadores e trabalhadoras e operários. Este fato, contudo, não cancela o que vimos: o fundante deste processo é a reprodução do capital e não a vitória dos trabalhadores e trabalhadoras contra a burguesia. E, muito menos, o encontro de duas subjetividades, a do trabalho e a do capital, em um “compromisso”.

No presente temos alguns caminhos sendo traçados no campo político, como a tramitação do Projeto de Lei 137/2017, que trata da criação de uma Política Nacional de Economia Solidária. Esse PL passou nas mãos de muitos deputados e senadores para que ao final do trâmite se tenha uma Lei que dê caráter legal para um movimento que um dia nasceu querendo ser tudo, menos parte da democracia burguesa, dominada pelos capitalistas que empurram a EPS para se tornar uma parte do Estado também burguês, naturalizando seu caráter de instrumento conciliatório.

Assim, passadas mais de três décadas de discussão prática e teórica do mundo do trabalho em formas coletivas solidárias para resistir à economia de mercado, podemos afirmar, que a abordagem sobre EPS continua em construção e, sobretudo, encontra-se em disputa. No presente, há uma discussão entre os movimentos de EPS para que deixe de disputar no segmento trabalho e renda ou ainda com trabalhadores e trabalhadoras rurais para dedicar-se a discussão do desenvolvimento tecnológico. Se Harvey (2016) quando coloca a questão da inovação como um mecanismo de controle sobre a classe trabalhadora estiver correto, a EPS pode estar fadada a dar grandes passos para trás ao invés de avançar na busca da emancipação humana, deixando para um futuro incerto o fortalecimento e solidez anunciados por Marx e Engels.

Marx e Engels (2010) afirmam que mesmo que a luta acabe em derrota momentânea historicamente, a classe trabalhadora fica mais forte, mais sólida, mais poderosa.

A discussão do desemprego se faz importante porque basicamente o público que se aproxima da Economia Solidária são os trabalhadores e trabalhadoras

desempregados, impactados a vida inteira pela cultura do modo de produção capitalista. Como essas pessoas são impactadas pelo modo hegemônico de reprodução da sociedade capitalista, as opções são limitadas por uma lógica de “ganhadores e perdedores”. Essa característica irá influenciar decisivamente para a compreensão e desenvolvimento desses sujeitos em todos os espaços, sejam eles de formação ou de trabalho. O nível de alienação muitas vezes é tão brutal que por mais que as pessoas tenham a vontade de sobreviver de forma diferente daquela que lhe foi inculcada desde que nasceram praticamente, não conseguem enxergar ou aceitar a igualdade, equidade e solidariedade entre os iguais. Da mesma forma, como afirma Lucena (2004), os trabalhadores e trabalhadoras não podem ser expropriados por completo em relação ao conhecimento pelo fato do mesmo modo de produção capitalista precisar desse trabalhador adestrado minimamente para gerar valor como mercadoria, portanto, a economia solidária emperra na contradição que o trabalhador enfrenta todos os dias entre encarar qualquer coisa para conseguir a porção diária de sobrevivência e romper com tudo e construir o novo ser humano.

É necessário entender a Economia Popular Solidária como um processo histórico, sujeito às contradições do modo de produção capitalista, e deve compreender em todas as suas nuances a transformação da sociedade, pois,

...nesse universo caracterizado pela *subsunção do trabalho* ao mundo maquínico (seja pela vigência da máquina-ferramenta do século XX, seja pela máquina informacional-digital dos dias atuais), o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituídos pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade, de que são exemplo o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados (com sua enorme variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” e mais recentemente os trabalhos intermitentes (ANTUNES, 2018, p. 67).

É fundamental criar sínteses sobre esse processo de transformações no formato das funções e suas exigências, e também no resultado do trabalho ou na sua configuração da produção à entrega, pois também há uma enorme disputa pelos valores gerados por essas relações. Nesse sentido o capital se apropria da capacidade criativa dos trabalhadores e trabalhadoras para superar as dificuldades, e transforma em sua propriedade os resultados positivos, como é o exemplo da produção orgânica de alimentos. Os movimentos de EPS, quando apenas reproduzem os mecanismos de mercado, sem crítica ou síntese, reforçam o contrário do que desejam. Assim, no caso dos orgânicos, que eram resultado de um movimento de pequenos agricultores familiares que desejavam construir outra forma de ofertar alimentos mais saudáveis, se

transformaram em nicho de mercado totalmente apropriado pelos grandes produtores do agronegócio. Esse movimento de subsunção colocou os pequenos agricultores familiares novamente no fim da fila - apenas como fornecedores e não como protagonistas desse movimento.

Quando as ações que são basilares dessa práxis apontam para a naturalização das relações capitalistas, ou seja, confirmam o gerencialismo empreendedor dentro da construção pseudossolidária de classe, o resultado é o reformismo ou ainda uma absoluta aceitação da subsunção imposta pelo modo de produção capitalista. Portanto, entender e formular sínteses e propostas no campo teórico é uma tarefa fundamental para os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos na EPS. Porém a transformação não acontecerá no papel, mas sim como resultado da disciplina de uma prática transformadora contínua, dialética e fundada nos princípios da solidariedade de classe, na mesma direção que Marx afirmou em sua última tese sobre Feuerbach (MARX, 1845).

Portanto, é baseado nisso que o Cieps defende o posicionamento de que a “solidariedade se realiza na prática”, no dia a dia, nos processos, nos entendimentos e superação de pequenas e grandes dificuldades. A incubadora e o locus de atuação prática das OPS incubadas serão apresentados no capítulo a seguir.

### **3 – O LOCUS E O OBJETO DA PESQUISA**

A Economia Popular Solidária está organizada na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por meio de duas principais entidades, o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU) e o Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS). Essas duas entidades não resumem a organização de EPS na região, mas são as mais relevantes em relação a outras, governamentais ou da iniciativa privada, que em alguns momentos reivindicam esse papel de organização ou representatividade desse segmento.

Apesar de seu desenvolvimento poder ser identificado em todo o território do Triângulo e Alto Paranaíba, é o município de Uberlândia que acaba sendo um centro irradiador, principalmente por ser uma cidade com grande pujança econômica, social, cultural, referência para os movimentos populares dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, cumpre entender a dinâmica socioeconômica de Uberlândia para, na sequência, apresentar o objeto da pesquisa, o Cieps.

#### **3.1 - O território em que se localiza a sede do Cieps: Uberlândia**

Localizada a oeste do Estado de Minas Gerais, na região conhecida como Triângulo Mineiro, Uberlândia tem, segundo o IBGE (2019), uma estimativa de 691.305 mil habitantes, e está posicionada entre as cidades consideradas grandes, incluindo as capitais dos Estados. A região do Triângulo Mineiro faz divisa ao Sul com o Estado de São Paulo, ao norte com o Estado de Goiás, ao oeste com os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a leste com todo o Estado de Minas Gerais, 534 km distante da capital Belo Horizonte.

Essa região, segundo dados divulgados pelo IBGE (2019), apresenta uma configuração sócio/política/econômica de relevância em relação ao Estado de Minas Gerais. Região rica, produtora de café, cana de açúcar, soja, grandes frigoríficos, entre outros setores da economia, também é geradora de grandes contrastes sociais.

A cidade de Uberlândia, onde fica a sede do Cieps/UFU, também representa o centro mais importante de logística do país (CLEPS, 2000), cidade em que se estabeleceu desde a década de 1960 uma grande concentração de terras utilizadas para o agronegócio, grandes empresas ligadas ao setor logístico, um comércio bem estabelecido e um setor de serviços que atende todos os segmentos econômicos.

De acordo com dados do CEPES/UFU (2018), a cidade vem apresentando uma variação negativa em relação à geração de empregos formais e ao crescimento econômico desde 2016. Os números referentes ao desemprego acumulado no período de 2018 foram significativamente maiores do que o mensurado em 2017, de acordo com o Boletim do Emprego de Uberlândia/ CEPES de dezembro de 2018,

... é possível destacar que os resultados negativos dos meses de maio e junho de 2018 em Uberlândia representaram, sobretudo, o elevado número de demissões no setor agropecuário, o qual, nos casos do Brasil e do estado de Minas Gerais, apresenta histórico de contribuição para resultados bastante positivos, em função, especialmente, do cultivo de café.

Singer e Souza (2000) já alertavam para a grave crise do desemprego que assolava a classe trabalhadora nos anos 1980 e que planos após planos econômicos o desemprego se tornava a maior preocupação do brasileiro, até por uma questão óbvia, a sobrevivência.

O desemprego não é tratado com objetividade. Na realidade do dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras, essa questão é tratada como estatística justamente pelo viés que menos causa preocupação para os trabalhadores e trabalhadoras, no caso os números sobre o emprego que atendem as necessidades políticas dos governantes e indicativos para planejar a expropriação para os empresários. Para a Economia Solidária, entender o desemprego é fundamental para a construção de uma proposta para aglutinar os trabalhadores e trabalhadoras de acordo com suas demandas, interesses e particularidades políticas e sociais.

Como as estatísticas versam sobre a criação do emprego formal, a aparente pujança econômica da cidade de Uberlândia, por exemplo, não menciona que, mesmo tendo uma planta de negócios relevante, a cidade também tem o maior número de assentamentos da Reforma Agrária do estado de Minas Gerais. A concentração de terras atraiu um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras desempregados ou excluídos do mercado de trabalho. Muitas terras nessa região estavam, num passado não muito distante, nas mãos da especulação ou não cumprindo a função social da terra como preconiza a Constituição de 1988, portanto não contribuindo para uma suposta pujança econômica. Além disso, dos 14 assentamentos de Reforma Agrária conquistados pelos movimentos de luta pela terra, ainda existem ocupações rurais e urbanas, população que em 2017 era estimada em 16 mil famílias pela Comissão Pastoral da Terra (ALEIXO e VIEIRA, 2017). Essas ocupações urbanas também são formadas por trabalhadores e trabalhadoras oriundos de uma grande diversidade de

regiões, e na sua maioria absoluta de pessoas excluídas de todos os processos cidadãos e de direitos. Muitas vezes os moradores das ocupações urbanas e rurais necessitam forjar documentos de moradia para conseguirem atendimento em postos de saúde, pois o atendimento está disponível somente para que tenha um comprovante de endereço na cidade, ou seja, para o cidadão que consegue pagar aluguel, ou ter uma propriedade.

A renda per capita da cidade em 2017 foi estimada pelo IBGE em R\$ 22.926,50 para uma população de 691.305 habitantes. A pesquisa também aponta que 27,2% da população ocupada percebem menos de meio salário mínimo mensal. Isso aponta que muitas famílias na cidade viviam à margem da prosperidade anunciada e tudo indica que esse índice não apresenta tendência de mudança com o passar do tempo (IBGE, 2019).

Essa informação pode ser corroborada pelas pesquisas do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU. Em seu Boletim do Emprego de Uberlândia 2018, o CEPES apresenta dados que indicam que o emprego formal vem sofrendo queda no que diz respeito a quantidade e também apresenta sérios indícios de precariedade.

Comparando-se os resultados do mercado de trabalho celetista em Uberlândia com os obtidos em Minas Gerais e no Brasil, é notável que o município apresentou movimentação contrária ao que se verifica no estado e no país: enquanto os dois últimos aumentam seus saldos positivos de emprego no segundo quadrimestre de 2018, se comparado ao mesmo período de 2017, o município sofre uma perda expressiva de vagas de trabalho formal. [...] Deste modo, ao passo que estado e país apresentam uma trajetória de recuperação (ainda que modesta) das vagas destruídas nos anos precedentes de crise econômica mais exacerbada, o município enfrenta dificuldades no sentido de sustentar a trajetória positiva que vinha obtendo nos quatro primeiros meses do ano de 2018 (CEPES, 2018, p. 4).

Além disso, para dar mais luzes para o entendimento sobre as dificuldades econômicas e sociais das famílias que fazem parte do público que o Cieps/UFU atende, cerca de 61.678 famílias uberlandenses estão inseridas no Cadastro Único e

[...] há 12.533 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 5,33% da população total do município, e inclui 2.648 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de maio de 2017 foram transferidos R\$ 1.802.817,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 143,85 por família (BRASIL, 2017).

Esses números significam que há um abismo entre as condições sociais e econômicas subjacentes às relações de poder, de consumo e de condições de vida, que se reproduzem nas relações sociais em todas as esferas da vida.

Esse abismo está relacionado diretamente com a evolução histórica da pobreza na constituição do país enquanto colônia e, desde então, como país periférico do mundo capitalista. Caio Prado Jr. (2011) nos dá uma panorâmica das origens da cultura que se perpetua entre as forças hegemônicas atuais em relação ao seu entendimento do que seja a condição ideal de se manter a classe trabalhadora:

Vimos as condições gerais em que se constitui aquela massa popular – a expressão não é exagerada –, que vive mais ou menos à margem da ordem social: a carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, ficar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. Esta situação tem causas profundas, de que vimos a principal, mais saliente e imediata: a escravidão, que desloca os indivíduos livres da maior parte das atividades e os força para situações em que a ociosidade e o crime se tornam imposições fatais. Mas alia-se, para o mesmo efeito, outro fator que se associa aliás intimamente a ela: o sistema econômico da produção colonial (PRADO Jr. 2011, p.302-303).

A atualidade da perspectiva dada pelo autor sobre a pobreza em seu tempo assusta, pois muito se assemelha ao período atual de retrocessos impostos pelas forças hegemônicas do capital internas e externas. As opções das elites nacionais, que mantêm viva a herança colonizadora de uma sociedade patriarcal, paternalista e monárquica, apontam para a condução de mais uma crise das forças econômicas e condiciona os trabalhadores e trabalhadoras ao trabalho intermitente ou à *uberização* (ANTUNES, 2018), impondo mais um ciclo de recessão e inevitável geração de pobreza, ciclo este já identificado pelo IBGE (2019) desde o ano de 2016 em que se acentua o número de pessoas que vivem com uma renda de menos de meio salário mínimo.

Dentro do universo acadêmico que envolve a comunidade universitária, os movimentos sociais, os segmentos econômicos e o poder político, acontece a disputa por poder no que tange ao acesso à informação, formação e qualificação para o trabalho. Esse conhecimento poderia criar condições de acúmulo de riquezas para um lado e de acesso em massa às melhores rendas geradas pelo desenvolvimento para outro, mas isso não acontece justamente porque há uma cultura de manutenção da pobreza entre aqueles que detêm o poder político e econômico, empurrando a classe trabalhadora sempre para a direção da linha da miserabilidade.

No âmbito da universidade, o reflexo dessa disparidade do poder econômico e da distribuição de renda influenciam as pesquisas e a extensão. É importante ressaltar que a questão da formação e qualificação para o trabalho incide diretamente sobre a possibilidade e qualidade da empregabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras, mesmo que isso não reflita nos ganhos ou precariedades. O que o Cieps entende é que os

trabalhadores e trabalhadoras organizados em coletivos ou não, empregados ou desempregados, têm o direito ao acesso a formação e qualificação para o trabalho, independente se esse conhecimento servirá para sua recolocação no mercado de trabalho, para sua alienação ou para sua emancipação econômica momentânea.

Mesmo entre aqueles trabalhadores e trabalhadoras que conseguem acessar as instituições de formação e qualificação profissional, o emprego está longe de ser um direito conquistado pelo certificado ou diploma. A importante e fundamental informação que as instituições adeptas das lógicas de mercado não deixam explícita é que não há vagas para todos. A tabela a seguir aponta para essa perspectiva.

Tabela 1 - Uberlândia: Número de empregos formais segundo as ocupações que mais empregam - 2003, 2010 a 2015

Ocupações *	2003			2010			2015		
	Empreg.	Posição	Part.º	Empreg.	Posição	Part.º	Empreg.	Posição	Part.º
Escriturários; auxiliares e assistentes administrativos	14.226	1	12,07	21.262	1	11,60	26.193	1	12,14
Vendedores em lojas, mercados e outros	8.230	2	6,98	15.038	2	8,20	16.940	2	7,85
Operadores de telemarketing	827	29	0,70	8.575	4	4,68	10.941	3	5,07
Professores	5.545	4	4,71	6.840	8	3,73	10.895	4	5,05
Mantenedores/Conservadores de edifícios e logradouros	5.849	3	4,96	8.395	6	4,58	10.790	5	5,00
Motoristas	5.306	5	4,50	8.863	3	4,83	9.572	6	4,44
Vigilantes, Porteiros e Guardas	4.356	6	3,70	6.866	7	3,74	8.033	7	3,72
Trabalhadores na construção civil	3.426	9	2,91	8.448	5	4,61	7.578	8	3,51
Gerente Administ., Comercialização, RH e outros	3.427	8	2,91	4.905	10	2,67	6.975	9	3,23
Magarefes** e afins	2.803	11	2,38	6.532	9	3,56	5.951	10	2,76
Enfermeiros (auxl., tecn. e nível superior)	2.211	13	1,88	3.774	11	2,06	4.822	11	2,24
Caixas e Bilheteiros(exceto caixa de banco)	1.593	18	1,35	3.251	12	1,77	4.802	12	2,23
Almoxarifes e Armazenistas	1.250	22	1,06	2.405	17	1,31	3.747	13	1,74
Recepcionistas	1.747	16	1,48	2.869	15	1,56	3.551	14	1,65
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	1.811	15	1,54	2.993	13	1,63	3.439	15	1,59
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	1.568	19	1,33	2.941	14	1,60	3.217	16	1,49
Trabalhadores da agropecuária	3.272	10	2,78	2.358	19	1,29	2.905	17	1,35
Operadores de máquinas	1.933	13	1,64	2.587	16	1,41	2.822	18	1,31
Analista de Sistemas computacionais	335	62	0,28	1.092	37	0,60	2.677	19	1,24
Cozinheiros	1.634	16	1,39	2.088	20	1,14	2.596	20	1,20
<b>Total das 20 ocupações (base 2015)</b>	<b>71.349</b>		<b>60,55</b>	<b>122.082</b>		<b>66,58</b>	<b>148.446</b>		<b>68,82</b>
<b>Total de empregados</b>	<b>117.840</b>		<b>100</b>	<b>183.371</b>		<b>100</b>	<b>215.700</b>		<b>100</b>

Fonte: RAIS/ MTE/ FAT. Elaboração CEPES/ IERI/UFU.

\* Para efeito deste trabalho algumas ocupações afins foram agrupadas para facilitar a análise.

\*\* São trabalhadores e trabalhadoras que realizam abate, corte e beneficiamento de bovinos, porcos, caprinos e aves.

Pegando como exemplo a função que está classificada em primeiro lugar entre as que mais empregam, a “auxiliar de administração”, empregavam em 2015, 26.193 mil pessoas. Levando em consideração que auxiliar pode ser a pessoa que tira fotocópias, aqueles que atendem telefones, dentre uma infinidade de tarefas, a renda desses trabalhadores e trabalhadoras está classificada entre as mais baixas. Além disso, nenhum instrumento legal garante a empregabilidade ou a recolocação em outra função caso esses trabalhadores e trabalhadoras sejam demitidos.



Assim, em meio a um mundo globalizado e com maior acesso às novas tecnologias, é importante verificar se a geração de empregos está voltada para a absorção de trabalhadores e trabalhadoras mais qualificados e se as ocupações que mais empregam no mercado de trabalho exigem maiores habilidades técnicas. No caso de Uberlândia, observa-se que a maioria das ocupações que mais empregam não pode ser identificada com as ditas ocupações modernas e nem muito associadas ao avanço tecnológico (CEPES, 2017).

Ainda como referência sobre as questões que envolvem a formação e qualificação para o trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras que procuram o Cieps, vivencia-se com frequência a lógica atual que o capital usa para camuflar o problema de não conseguir cumprir a promessa de empregar todos os trabalhadores e trabalhadoras que passam por uma graduação de que neste momento histórico do desenvolvimento econômico não basta ter a qualificação, e sim, tem que ter dentro de você o “espírito empreendedor” como preconiza ANTUNES (2018, p.38):

Quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as inovações tecnológicas da indústria 4.0, enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a “gestão de pessoas” e pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores e trabalhadoras intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com direitos preservados. Para tentar “amenizar” esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será.

Os desempregados, impactados por essa lógica perversa do modo de produção capitalista, são público alvo de entidades, órgãos públicos e organizações da sociedade civil que são criadas pela estrutura do estado burguês e se desenvolvem para facilitar o adestramento dos trabalhadores e trabalhadoras por meio de uma infinidade de cursos profissionalizantes. Logo que o trabalhador desempregado é inserido nesse processo, faz-se a intermediação dessa força de trabalho de forma barata e sistematizada para os capitalistas. Organizações como o Sistema Nacional de Emprego (SINE), órgão do governo federal vinculado à pasta do Trabalho, desenvolve diversas ações de formação e encaminhamento para vagas abertas no mercado de trabalho em parceria com as empresas, organizado a partir das necessidades hegemônicas do capital no que diz respeito a sua organização e controle.

A força de trabalho que flutua entre a ocupação momentânea e o desemprego não pode ser considerada como público alvo da economia solidária em algum momento de sua vida laboral. O papel de uma Incubadora Solidária não é o de disputar ou concorrer para atender os trabalhadores e trabalhadoras desempregados. O Cieps/UFU não é uma “porta da esperança” que promete emprego ou renda para os trabalhadores e

trabalhadoras em um balcão de negócios, pretende ir para além dessa relação assistencialista que muitas entidades ou organizações acabam aceitando como uma lógica natural.

O objetivo da Incubadora, evidenciado em seus programas e projetos, é atender as pessoas que tenham a intenção de trabalhar ou já estão trabalhando em coletivos que se pretendam sustentáveis, autogestionários, solidários e cooperativos. Levando em consideração que a universidade reproduz em todas as suas instâncias o modo hegemônico de organização de nossa sociedade, o papel de uma incubadora popular é relevante como um organismo de acolhimento das demandas dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, que desejam ter acesso ao conhecimento e tecnologia desenvolvida em sua totalidade. Como esses trabalhadores e trabalhadoras estão cada vez mais sendo jogados à margem da economia, aumenta o nível de exigências práticas/teóricas de apoio.

Assim, é importante entender como se deu a criação do Cieps, objeto desta pesquisa, como apresentado na seção a seguir.

### **3.2 – A constituição do Cieps**

A Universidade Federal de Uberlândia utiliza como lema "UFU - um bem público a serviço do Brasil". Buscando espaço para a realização do lema, movimentos emancipatórios da classe trabalhadora reivindicaram junto à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (hoje PROEXC - Pró-reitoria de Extensão e Cultura), espaço e recursos para projetos de geração de trabalho e renda com a população de baixa renda da área de atuação da UFU.

Nesta perspectiva, no ano de 2001 a PROEXC, em consonância com os movimentos emancipatórios da classe trabalhadora de Uberlândia e região, promoveu a criação do Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria (FOL). Olívia Calábria foi professora e militante comunista em organizações populares de mulheres, jovens, estudantes e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras em Uberlândia. O FOL teve como objetivo proporcionar espaço para dialogar propositiva e criativamente com a comunidade, tendo em vista o levantamento e atendimento das suas demandas, contando com o apoio das ações extensionistas e científicas da universidade. As ações eram planejadas, desenvolvidas e avaliadas em parceria com sindicatos e associações de trabalhadores e trabalhadoras, centrais

sindicais, entidades não-governamentais (ONGs), organizações, movimentos ou manifestações culturais, entidades estudantis secundaristas e universitárias, prefeituras municipais e núcleos de estudos e pesquisas da UFU.

As ações do FOL deram origem à outra reivindicação, a criação de uma incubadora para organizações produtivas solidárias no âmbito da universidade. Em 2003, esse pleito foi acolhido pela PROEXC, com a designação de um grupo de trabalho para realizar o estudo da viabilidade da criação da incubadora. Os movimentos emancipatórios da classe trabalhadora participam ativamente desse estudo, via FOL.

Os movimentos e suas organizações criaram cooperativas autogestionárias nesse período, visando a evidenciar a massa crítica de trabalhadores e trabalhadoras que precisavam de assessoramento de uma incubadora solidária da UFU. Nessa direção, a Central de Movimentos Populares (CMP) criou, em 2004, a Coopercciu (Cooperativa dos trabalhadores e trabalhadoras da construção civil de Uberlândia) e, nos anos seguintes, foram criadas iniciativas no campo da coleta seletiva, artesanato e panificação, que pediram o apoio da universidade para seus projetos de geração de trabalho e renda.

Diante do quadro, em 2004 foi criada, como programa de extensão, a Incubadora de Economia Solidária (INES). Os primeiros recursos de estruturação da incubadora vieram de emendas parlamentares e da própria UFU, que reconheceu no seu Programa de Expansão 2008-2012 a importância do trabalho desenvolvido pela incubadora na linha das ações afirmativas (UFU, 2007).

A incubadora foi institucionalizada na estrutura universitária em 2008, com o nome Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps). O adjetivo "Popular", por decisão do coletivo de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos na institucionalização da incubadora, foi incorporado ao termo Economia Solidária (o usual da política pública e do movimento), dado que se entendeu importante frisar que se tratava de apoiar iniciativas produtivas fundadas por trabalhadores e trabalhadoras, que se tornam gestores e produtores de valor, contrapondo-se à lógica capitalista, negando o emprego da força de trabalho como uma mercadoria.

Aprovado no Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia em 2008, o Cieps foi vinculado como organismo da PROEXC, tendo como fundamento institucional a realização da extensão universitária em articulação indissociável com a pesquisa e o ensino, sob a perspectiva da Economia Popular Solidária, com previsão de recursos de estrutura e investimento nas atividades

de assessoramento a coletivos populares.

A criação do Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS) data também de 2008, e a parceria entre o Cieps e o Fórum Regional sempre foi estreita, visando a apoiar não somente a atuação econômica dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também sua representação na luta por políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária na área de abrangência da UFU, sendo uma das responsabilidades das OPS, no compromisso de incubação, a participação no FREPS.

Desde sua criação até os dias atuais, o Cieps atua assessorando coletivos populares que desejam organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da EPS. Historicamente, o Cieps incubava OPS dos segmentos coleta seletiva, arte-cultura popular e agricultura familiar camponesa na região de influência da UFU, a partir de unidades da incubadora nos demais *campi* da universidade - Patos de Minas, Ituiutaba e Monte Carmelo. A unidade do Cieps em Ituiutaba foi a primeira fora da sede, inaugurada em 2008, ano subsequente à inauguração do Campus do Pontal da UFU. Patos de Minas seguiu em 2013, e Monte Carmelo estruturou sua unidade do Cieps em 2017.

O segmento de trabalhadores e trabalhadoras da coleta seletiva congrega cooperativas e associações que se organizam com a finalidade de coletar, selecionar e vender materiais recicláveis. Os materiais são coletados nas ruas, empresas e residências e são levados aos galpões de triagem, aonde são separados e totalizados. Artesãos e ativistas culturais compõem o agrupamento da arte-cultura popular. São associações e grupos informais que produzem e comercializam artesanato, bijuterias, produtos culinários tradicionais e serviços, como aulas de capoeira, cuidados de beleza étnicas e apresentações culturais. O segmento da agricultura reúne cooperativas, associações e grupos informais de agricultores familiares camponeses, que produzem os hortifrutigranjeiros que são a base da cesta alimentar do trabalhador brasileiro.

Todas as OPS demandam assessoria nas dimensões relacionamento humano e princípios solidários, de forma a aprofundar o espírito de grupo. Por outro lado, apreender conceitos relacionados à gestão – pessoas, processos, finanças, mercadologia – torna-se essencial para que os grupos possam se autogerir e se distanciar do modelo capitalista de empreender. No entanto, acima de tudo isso, os trabalhadores e trabalhadoras precisam perceber, interagir e criar poder de decisão sobre o mundo em que vivem e as contradições inerentes ao processo de se organizar, produzir e realizar

trocas socialmente referenciadas em um mundo de trocas capitalistas. Todas essas etapas são acompanhadas por atividades de formação política, e todos os integrantes dos coletivos devem participar das discussões.

Tem-se a percepção dentro da organização Cieps de que não estamos revolucionando a sociedade, mas criando condições objetivas para poder contribuir com a cultura transformadora:

Com ideias revolucionárias não se pode satisfazer alguém faminto, mas pode-se inculcar nele a crença no futuro e assim a coragem e o respeito a si próprio; pode-se fazer despertar nele a energia espiritual que lhe dá superioridade interna e o torna insensível aos sofrimentos físicos mais fortes. O proletário que passa fome é, dependendo do caso, capaz da maior derrocada espiritual ou, também, do maior heroísmo revolucionário (LUXEMBURGO, 2011, p. 475).

Em relação à metodologia de incubação empregada pelo Cieps, os trabalhos são realizados por meio de uma sistemática de planejamento coletivo e de intervenção pedagógica que envolve o conhecimento e a transformação contínua das dimensões das realidades político-jurídica, psico-socioeducativa e econômico-administrativa que condicionam historicamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, levando em consideração um duplo papel: geração de trabalho e renda e construção de um modo de produção oposto ao capitalista e de melhores condições de vida. O processo é constituído em três fases: 1) pré-incubação, 2) incubação e 3) pós-incubação.

É importante destacar que o Cieps não tem um modelo de formação ou qualificação para o trabalho a ser seguido, ou mesmo para organizar o trabalho dos outros. Mas vê o trabalho como elemento central do processo, como salienta Coraggio (2003), contrapondo-se à Economia do Capital.

Como organismo da Universidade, o Cieps tem acesso a um leque de conhecimentos de áreas diferentes, mas complementares e necessariamente ressignificados. Eid (2011) reflete que uma Economia do Trabalho precisa que os conhecimentos técnicos estejam subordinados à racionalidade social, fundamentada na cooperação e nas necessidades não dos mercados, mas dos trabalhadores e trabalhadoras:

A formação efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras associados e a conquista da sustentabilidade do empreendimento, em suas diversas dimensões – econômica, social, ambiental, cultural, humanista e energética – somente serão possíveis a partir de uma metodologia de incubação específica para essas iniciativas econômicas. A metodologia de incubação deve ter a clareza da necessidade de educação unitária, que busque superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos (EID, 2000). Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas. O

conceito de interdisciplinaridade, que perpassa toda a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado na perspectiva da transdisciplinaridade. No entanto, incubação é trabalho recente como extensão universitária e como experiência transdisciplinar. Exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas (EID, 2011, s/p).

Nos processos de formação do Cieps busca-se provocar uma reflexão sobre as consequências da divisão do trabalho, que interfere e constrói dificuldades para promover emancipações. Manacorda (2010, p. 80) reflete que;

De modo análogo ao que sucede no processo econômico geral da produção da vida (que é o processo de formação do homem enquanto homem, gênero humano, humanidade), no processo específico de formação dos indivíduos e das gerações em seu crescimento fisiológico-psicológico (ou seja, na educação) a exigência inevitável, ou a tendência objetiva e, portanto, o fim, é formar uma vida da comunidade em que ciência e trabalho pertençam a todos os indivíduos.

Cada ação promovida pelos projetos do Cieps busca instigar a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras sobre as contradições vivenciadas por todos e como superar a divisão do trabalho, a ideia da propriedade privada que é fundamentada no individualismo, e da oposição entre aqueles que sabem planejar o trabalho e aqueles que apenas executam.

Assim, na fase de *Pré-incubação*, os sujeitos dos coletivos são sensibilizados a respeito das consequências de empreender, o que significa assumir riscos e aprender gestão, e dos significados do ‘empreender’ a partir dos princípios da Economia Solidária, que traz impactos na organização interna da OPS – tomada de decisão, relacionamento interpessoal, gestão de recursos etc. Nesse sentido, os sujeitos do processo são motivados a trazer para o plano concreto suas expectativas, para que sejam formuladas a Missão (objetivo da organização), a Visão (sonho dos trabalhadores e trabalhadoras) e os Valores (combinados de ação) do coletivo, e ainda neste momento são realizadas atividades de assessoria técnica que visam a analisar a viabilidade da linha de ação definida pelo grupo (viabilidade de mercado) e a configuração jurídica mais adequada. O objetivo é dar base para a criação do Plano de Sustentabilidade, foco da próxima fase do processo.

Para além da questão organizativa e estruturação propriamente dita da OPS, para todos os segmentos incubados, são feitas sensibilizações para uma das necessidades a serem trabalhadas com muito cuidado, que é a sociorreferenciação dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no processo. Essa questão é fundamental para criar o necessário relacionamento com seus públicos para fixar realmente quem, como, onde,

por que produz. Harvey (2016, p.121), analisando as contradições do capital expõe que “a principal contradição do uso que capital faz da divisão do trabalho não é a técnica, mas social e política. E resume-se a uma só palavra: alienação”.

O mercado faz uso recorrente da imagem de seus produtos como os que têm mais e a melhor “qualidade”, cobrando por isso. Um exemplo pode ser apresentado a partir dos produtos vendidos pelo grupo Pão de Açúcar com a marca Qualitá<sup>8</sup>. Por mais que a empresa faça comunicação mostrando alguns trabalhadores e trabalhadoras produzindo os produtos *in loco*, a intenção clara é de que o responsável por entregar o produto saudável e com a melhor qualidade é a empresa e não o trabalhador. Esse último, após o anúncio na televisão, com raras exceções, desaparecerá do imaginário do consumidor. Logo, a empresa fica com todo o valor gerado desse processo de produção e comercialização.

Quando o trabalhador se encarrega de fazer todo o processo, inclusive o de convencimento e relacionamento com o consumidor, busca-se uma forma crítica de entender a relação de consumo e colocar ambos os sujeitos como protagonistas dessa relação e criar referências longevas no imaginário e na realidade da vida. Harvey (2016) descreve de forma resumida as consequências imediatas e de logo prazo para os trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem sequer entender a sua própria eliminação do processo produtivo:

Os trabalhadores e trabalhadoras são privados de desafios mentais ou possibilidades criativas e tornam-se meros operadores mecânicos, apêndices das máquinas, em vez de mestres de seu próprio destino e de sua própria sorte. A perda do sentido de totalidade ou autoridade pessoal diminui a satisfação emocional. Criatividade e encanto desaparecem. Em resumo, a atividade de trabalhar para o capital se torna vazia e sem sentido. E os seres humanos não podem viver num mundo desprovido de sentido (Harvey, 2016, p. 121-122).

A socioreferenciação vai ao encontro justamente da criação e do fortalecimento do relacionamento entre humanos. O capital, pelo contrário, por ser algo desprovido de sentimento, torna o relacionamento humano uma coisa mecânica, subjetivada por meio da retórica, como afirma Wellen (2012): não se pode humanizar aquilo que não tem coração.

Aqui retomamos as contribuições de Mészáros (2007) sobre a questão do total controle que devemos ter sobre as nossas ações quando nos referimos a

---

<sup>8</sup> Ver em <https://acontecendoaqui.com.br/comunicacao/nova-campanha-da-qualita-criada-pela-betchavas-reforca-qualidade-e-mostra-origem-dos> acesso em 11 nov 2019.

sustentabilidade. Há por parte das forças hegemônicas capitalistas, em qualquer região do planeta, uma intencionalidade de confundir as pessoas no que tange a ideia de futuro melhor para todos. Há mais de um século que forças políticas/econômicas espalham a ideia de que um dia resolveremos as questões das desigualdades sociais. Essa discussão geralmente está associada a questões ambientais, logicamente ligadas às reservas econômicas de energia, que apontam para soluções mais adequadas para que tenham longevidade.

O que não explicitam é como se dará na realidade a questão da “igualdade de resultados” em relação à “igualdade de oportunidades” sugerida do Mészáros (2007), principalmente quando estamos falando de empresas capitalistas que, por sua essência, são monopolistas e vão continuar a provocar crimes ambientais como o ocorrido no Estado de Minas Gerais, nos casos de Mariana e Brumadinho entre, 2015 e 2019.

Agora podemos entender melhor duas coisas. Em primeiro lugar, como é importante que o capital vista o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro. Desse modo, ele poderá dominar os discursos ecológicos – isto é, definir a natureza segundo seus termos (em geral monetizados, com o auxílio de análises de custos e benefícios) – e tentar resolver a contradição entre o capital e natureza de acordo com seus interesses de classe. Em segundo lugar, quanto mais dominante for o motor econômico do capital nas várias transformações sociais que constituem o capitalismo mundial, maior será o domínio das regras que regem a relação metabólica do capital com a natureza nos discursos públicos, nas políticas públicas e na *tout court* (HARVEY, 2016, p.234).

No passado a ideia de crescimento cabia de forma muito conveniente para as corporações capitalistas que venderam o desenvolvimento monopolista como algo benéfico para as pessoas. Braverman (2015) afirma que há um requinte de retórica para justificar a necessidade da ganância, justamente porque o capital gera um excedente muito maior do que pode absorver; por não ter limites regionais, acabou se internacionalizando e criando conflitos mundo afora; por meio do acúmulo de riquezas, gera em todo lugar desigualdades e insegurança; e precisa cada vez mais do papel do estado gestor para garantir seu funcionamento.

No sentido mais elementar, o estado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade sistema enseja. Mas, em um sentido de outro nível, o poder do estado tem sido utilizado em toda parte pelos governos para locupletar a classe capitalista, e por grupos e indivíduos para locupletar-se a si mesmos (BRAVERMAN, 2015, p.242).

Corporações capitalistas e governos de estados vendem uma ideia de sustentabilidade que não passa de fraseologia rasteira, pois no bojo não há nenhuma



perspectiva de criação de empoderamento para os trabalhadores e trabalhadoras decidirem de fato seus destinos. Então, quando usamos no Cieps a expressão Sustentabilidade para qualificar seu processo de planejamento nos reportamos ao conceito de estar realmente no controle das decisões de produção e reprodução (MÉSZÁROS, 2007).

Assim, na fase da Incubação, as OPS concluem um Plano de Sustentabilidade, recebendo formação para indicar metas e planejar o caminho para atingi-las, refletindo sobre os recursos necessários para tanto. Também recebem assistência técnica, agora com foco na implementação do planejado, de forma a garantir que as ações “saíam do papel” e que seus resultados sejam devidamente refletidos em termos de melhorias para o ciclo seguinte de tomada de decisão e também para garantir a transparência dos resultados para o quadro de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos na ação. Nesta fase, afloram as contradições e os conflitos que são típicos da transição entre o modo de produção capitalista e a organização solidária, e esses conflitos são considerados relevantes e devidamente abordados no processo, de forma a garantir que os trabalhadores e trabalhadoras resistam e que a pretensa organização produtiva possa passar pela fase de implantação.

Essa fase é a mais difícil de todo o processo, pois nas relações interpessoais e cotidianas esbarram-se constantemente com as “verdades” inculcadas desde os primeiros dias de vida de uma pessoa, principalmente quando acessa a escola. Assim, há uma intencionalidade por parte do processo de incubação, pois

...o nível de consciência dos trabalhadores e trabalhadoras aproxima-se de uma forma elaborada à medida que eles dominam os instrumentos de elaboração do saber. Nesse sentido é que a própria expressão elaborada da consciência de classe passa pela questão do domínio do saber (SAVIANI, 2013 p.68).

Portanto, colocar sob questionamento as ideias hegemônicas de crescimento, concorrência, merecimento, e naturalização de que as coisas sempre foram assim e continuarão porque o mundo é assim, geram conflitos dolorosos, porém somente por meio do processo crítico e dialético é que os coletivos podem superar o senso comum e começarem a criar pequenos pontos de controle sobre o que fazem.

É neste contexto que parece ser emergente (re) construir o conceito de politécnica, distinto do conceito de polivalência, onde esteja implícita a ideia de multifuncionalidade, que o trabalhador possa ter compreensão do conjunto do funcionamento do empreendimento, uma visão integrada, de totalidade. Algumas pistas já podem ser visualizadas para a (re) construção do conceito. Saber fazer com competência técnica e aprender, ou ter pelo menos noção sobre os diversos processos de trabalho relacionados com conteúdos e

métodos de trabalho, na produção e na atividade administrativa, relacionando-os com os princípios e os valores da economia solidária são fundamentais para a formação da politécnica dos trabalhadores e trabalhadoras associados. Em resumo, desenvolver a igualdade de oportunidades, através da perspectiva de se implementar o rodízio nos cargos do empreendimento, de forma gradual, não impositiva, onde cada um possa passar certo período em cada função, posto de trabalho ou na direção, deve ser tratado com seriedade. Porém, isso não se coloca para um novo empreendimento. Exige-se primeiramente, a formação de uma cultura organizacional. Pode-se começar com o rodízio nos postos de trabalho da produção de um determinado produto. Em seguida, introduzir o rodízio também na produção, agora para a produção de outro produto (EID, 2011, s/p).

Finalmente, no período de Pós-incubação, as OPS consideradas maduras começam o processo de desligamento da estrutura de incubação. Aos poucos, a tomada de decisão passa de “assistida” para “acompanhada” pela equipe de incubação, isto é, estimula-se que as OPS tomem suas decisões sozinhas, sem participação da incubadora, no entanto a estrutura fica à disposição para dúvidas e questionamentos. A ideia é dar segurança para que os trabalhadores e trabalhadoras manifestem sua autonomia, colocando em prática o que aprenderam, no entanto contando com a estrutura para situações em que ainda não se sintam confortáveis. Além disso, busca-se acompanhar os processos de transparência, a fim de apoiar que os empreendimentos continuem a manifestar-se a partir dos princípios da solidariedade. Essa situação perdura até o desligamento do empreendimento, quando termina o processo de incubação. Os grupos de trabalhadores e trabalhadoras podem permanecer como parceiros ou voltar com a proposição de incubação de novos projetos, que passarão novamente por análise de viabilidade e reiniciar o ciclo de incubação.

A metodologia de incubação articula conhecimentos organizados em três processos-chave: o de Sustentabilidade; o Psico-socioeducativo; e o Jurídico (PALAFOX, 2015).

O processo de sustentabilidade tem como objetivo buscar a inserção socioeconômica das OPS, reconhecendo os mercados como espaços dinâmicos de troca que precisam ser politicamente ocupados, para além da lógica da mercadoria. Essa ocupação de mercados deve levar em consideração os princípios da Economia Solidária, assim, as OPS devem buscar equilibrar e resolver as demandas conflitantes que surgem em função das estratégias encetadas para alcançar os objetivos financeiros, sociais e ambientais que são decididas pelo grupo.

O processo Jurídico tem como objetivo levantar a configuração jurídica que as OPS possuem, avaliá-las, e verificar como aprimorar no plano jurídico os instrumentos.

Em relação aos grupos informais que procuram a incubadora, verifica-se o melhor formato jurídico para a atividade que querem desempenhar depois que amadureçam a cooperação. O processo visa a desenvolver uma visão de transparência administrativa para que a autogestão se manifeste para além do discurso, ou seja, fazendo com que as ferramentas jurídicas se tornem um meio de efetivação da economia solidária.

O processo Psico-socioeducativo tem como finalidade viabilizar a qualificação e a integração social dos membros das OPS e seus familiares diretos, bem como a unidade política entre as lideranças das diferentes organizações ligadas a áreas econômicas semelhantes. Nesse sentido, projetos de atendimento psicológico, educacional e social são formulados e implementados interdisciplinarmente a cada ano, visando fundamentalmente o acesso a direitos sociais dos membros das OPS e suas famílias, como forma de alavancar o seu crescimento e desenvolvimento social. As ações de formação e assessoria previstas para as fases do processo de incubação, articuladas a partir desses três eixos, estão sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Articulação entre formação e fases da incubação.

<b>Tipo de ação</b>	<b>Pré-incubação</b>	<b>Incubação</b>	<b>Pós-incubação</b>
Formação (técnica e política)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia solidária</li> <li>• Significado de “empreender” e trabalhar coletivamente</li> <li>• Formato jurídico da OPS</li> <li>• Princípios da agroecologia (no caso dos agricultores)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bases para o plano de sustentabilidade: planejamento estratégico e seu desdobramento em planos de ação</li> <li>• Articulação para a participação nos processos decisórios para a criação e acesso a políticas públicas</li> <li>• Produção e comercialização</li> <li>• Processos de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento do processo de tomada de decisão</li> <li>• Fortalecimento do espírito de coletividade e resolução de conflitos</li> </ul>
Assessoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação das declarações de propósito (missão, visão e valores)</li> <li>• Análise do ambiente de mercado</li> <li>• Análise da viabilidade do negócio</li> <li>• Legalização jurídica do empreendimento</li> <li>• Orientação para acesso aos direitos sociais</li> <li>• Transição agroecológica (no caso dos agricultores)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento dos processos administrativos – pessoas, finanças, processos de trabalho e de produção, marketing</li> <li>• Acompanhamento da implantação das ações dos processos administrativos</li> <li>• Acompanhamento jurídico da implantação dos processos</li> <li>• Acompanhamento da dimensão do relacionamento interno dos trabalhadores e trabalhadoras</li> <li>• Desenvolvimento e implantação de controles: avaliação de ações, demonstrações contábeis, replanejamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à prática dos controles e replanejamento</li> </ul>

Fonte: Cieps (2019).

Apesar de a pesquisa sobre o PRONINC (SOLTEC, 2017) apontar que somente 3% das incubadoras veem a promoção da formação política como objetivo primordial do seu trabalho, sendo as atividades ligadas à qualificação técnica, profissional e gerencial consideradas mais importantes por 72% das incubadoras, entendemos que separar formação técnica e política somente reforça o modo hegemônico.

Assim, a formação política no Cieps não se dá de forma separada nas fases e processos de formação na incubação, mas acontece de forma transversal em todos os encontros de formação e qualificação para a prática do trabalho. Por exemplo, as ações de qualificação em Boas Práticas de manipulação de alimentos levam em consideração todos os aspectos políticos e sociais de como produzir alimentos não somente para atender às necessidades do mercado, mas também para o cumprimento do compromisso de classe que se busca fazer entre o trabalhador do campo e da cidade.

A estrutura física e logística da incubadora, necessária ao atendimento aos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras, é mantida desde sua criação com recursos da UFU. Bolsistas são contratados com verbas da PROEXC, que também designa técnicos administrativos dedicados ao Cieps a partir de seu quadro de servidores. A UFU reconhece as atividades extensionistas dos professores que atuam nos programas, projetos e ações da incubadora nos planos de atividade docente como parte da carga horária de dedicação, e as ações são contabilizadas para os regimes de progressão docente da universidade. Em valores de hoje, são aproximadamente R\$ 350 mil por ano investidos em estrutura e bolsistas pela universidade no fomento do Cieps.

O Cieps recebeu, ao longo dos anos, verbas de emendas parlamentares, que possibilitaram ampliar seu raio de atuação. Esses recursos vieram principalmente de parlamentares vinculados a pautas dos trabalhadores e trabalhadoras, no entanto, também foram captados recursos de parlamentares da região. Ainda, o Cieps recebeu recursos de convênio/cooperação com órgãos públicos, como a SEDESE/MG e o Ministério do Desenvolvimento Social. Dessa fonte, entre 2008 e 2018 foram captados aproximadamente R\$ 1.850.000,00.

A incubadora também conquistou recursos por meio da concorrência ampla em editais de fomento, tais como PROEXT (Programa de Extensão Universitária/SeSu/MEC), PRONINC (Programa Nacional de Apoio a Incubadoras Populares), em todas as edições de 2010 até 2016 (a última). A partir de 2013, o Cieps também passou a contar com recursos advindos de editais de apoio fomentados a partir

da concertação de interesses de vários Ministérios via CNPq para a institucionalização de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica, e nesse ponto passa a atender prioritariamente, no segmento da agricultura familiar camponesa, a coletivos que desejem realizar a transição agroecológica, de forma que os agricultores melhorem suas condições de vida e trabalho com a suspensão da exposição dos trabalhadores e trabalhadoras aos agrotóxicos e adubos químicos, e possam fazer uso de tecnologias produtivas para a redução da penosidade do trabalho, desenvolvendo relacionamento direto com a sociedade do entorno. De 2008 a 2018, o Cieps recebeu cerca de R\$ 2.600.000,00 dessas fontes de fomento.

Analisando o recorte temporal circunscrito nesta tese, 2008 a 2018, o Cieps investiu R\$ 7.950.000,00 em atividades de fomento à busca da emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras utilizando, como base teórica e prática, os princípios da EPS.

É importante destacar que todo fomento recebido pelo Cieps estava ligado a obrigações no campo da formação e qualificação técnica, além de investimentos em maquinário e na própria gestão da Incubadora. A questão da formação política surgiu com o decorrer das atividades do Cieps. Os pesquisadores que estiveram envolvidos nos projetos foram construindo estratégias metodológicas para inserir a formação política em ações de formação para o trabalho e em atividades políticas dos movimentos, por solicitação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Pode-se perceber que mesmo não radicalizando o discurso, o pensamento crítico sempre esteve presente nos processos de formação e qualificação, sempre refletindo sobre o que Harvey (2016) entende como armadilhas para o processo formativo:

Qualquer estratégia dita “radical”, que tente empoderar os desempoderados no campo da reprodução social, abrindo-o para a monetarização e para forças do mercado, está indo na direção errada. Oferecer educação financeira para a população em geral significará simplesmente expô-la às práticas predatórias, enquanto tenta administrar seus investimentos como peixinhos num mar de tubarões. Oferecer serviços de microcrédito e microfinanças encoraja as pessoas a participar da economia de mercado, mas de tal modo que teriam de maximizar a energia que têm para gastar enquanto minimizam seus ganhos. Conceder títulos de propriedade de terra e imóveis com a esperança de que isso gere estabilidade social econômica para a vida das pessoas marginalizadas não evitará que a longo prazo elas sejam espoliadas e expulsas daquele espaço que já ocupam por direito consuetudinários (HARVEY, 2016, p.182-183).

Porém, os resultados alcançados muitas vezes apenas acabam reforçando o que o autor apresenta como realidades de uma sociedade configurada como capitalista. Pode-se identificar um significativo avanço na criação de condições objetivas para percepção

dos trabalhadores e trabalhadoras sobre suas próprias realidades e a intenção de novas sínteses. No entanto, não se pode esquecer que, no lado oposto aos interesses do pensamento crítico, há uma construção que se move há mais de séculos na consolidação da reprodução social do modo de produção capitalista.

O próximo capítulo apresentará os resultados do acompanhamento dessas organizações no enfrentamento das contradições do dia a dia.

#### **4 – LIMITES, DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA PRÁXIS DO CIEPS**

Temos o entendimento de que o papel do Cieps para a comunidade e para a Universidade é fundamental na efetivação do conceito de uma universidade que está aberta para toda a sociedade, sem distinção, e que garante aos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras acesso a conhecimento e meios de desenvolvimento. Esse papel que a Incubadora exerce, enquanto artéria extensionista, provoca efeitos diretos na vida das pessoas que precisam ser mensurados. Portanto, falar em resultados significa necessariamente estabelecer critérios, metas e tempos para que os objetivos sejam mensuráveis dentro de padrões ou critérios avaliativos.

Em relação às atividades e práticas formativas do Cieps, temos que adotar alguns cuidados para fazer as avaliações, pois estamos nos relacionando de forma dialética com os movimentos que fazem parte da construção de um todo, que se inicia nos princípios da economia solidária e se propõe a transformar a sociedade, portanto não se tem um fim determinado. Assim, como mensurar a expansão da consciência social de um trabalhador em um determinado período, se essa condição não está vinculada somente ao tempo, mas a uma infinidade de condições e contradições sobre as quais muitas vezes não temos governabilidade? Do ponto de vista da Pesquisa-Ação que adotamos enquanto procedimento e estratégia de pesquisa extensionista no Cieps, a avaliação é constante e coletiva, desde o período em que se planeja a ação. Teoriza-se e retroage-se sobre o problema de forma sucessiva, cabendo ao pesquisador criar seus critérios de estranhamento e envolvimento.

Lima e Costa (2010, p. 187), ao fazerem uma análise sobre os processos de avaliação de políticas públicas sobre educação com ênfase a questões de emancipação humana afirmam que “uma avaliação do ponto de vista dialético-libertadora não tem fim em si mesma, pois, problematizando as realidades se instaura um processo de substantividade democrática”. Logo, nas ações que o Cieps desenvolve a partir dos princípios da Economia Popular Solidária esse diálogo se estende para além do processo de incubação. Por isso é muito importante o acompanhamento das OPS também no período de pós-incubação, pois são nesses momentos que despertam atitudes e percepções desenvolvidas durante todo o processo de formação e qualificação para o trabalho. Não se trata de algo cartesiano e sim um movimento que se produz e se

reproduz constantemente, provocando novas possibilidades e desafios (HARVEY, 2016).

Muitas das percepções relatadas neste trabalho são frutos da participação direta do pesquisador junto aos grupos diversos de trabalho, por meio de relatórios de participação em cada evento e atividade com a intenção de registrar a memória do ocorrido e relatar os resultados percebidos.

Assim, existem muitas semelhanças entre os coletivos que o Cieps atende, pois os princípios da EPS são colocados como plataforma inicial em todas as discussões, mas cada segmento atendido tem particularidades, que devem ter condução e discussão de trabalho diferentes.

Em função do exposto, os resultados serão refletidos primeiramente em três seções, relatando a experiência dos segmentos das OPS de coleta seletiva; das organizações urbanas ligadas a atividades manuais, artesanais e culturais; e dos coletivos de agricultores familiares. O critério estabelecido para analisar os avanços, desafios e contradições enfrentados pelas OPS foi a lente dos princípios da EPS, a saber: autogestão; cooperação; solidariedade; dimensão econômica.

Esses princípios foram apresentados na seção 1.1 e foram significados na prática do Cieps em Betanho et al (2018), material de formação. Os princípios da EPS estão entendidos pelos incubados a partir dos seguintes pressupostos, conforme transcrito no quadro a seguir:

Quadro 2: Pressupostos para avaliação

Autogestão	Para entender autogestão, é importante primeiro entender o que significa gestão. Gerir algo significa, na prática, delimitar objetivos e planejar como atingi-los, organizando recursos (pessoas, processos, dinheiro, equipamentos, relacionamentos etc.) para poder alcançá-los. Nas organizações capitalistas, quem define o que vai ser feito, como será feito, como os recursos serão obtidos e alocados são os patrões, e os chefes são os empregados que garantem que as ordens dos patrões sejam cumpridas à risca. Os trabalhadores e trabalhadoras, nas empresas capitalistas, devem obedecer e executar as ordens. Na EPS queremos desconstruir a cultura da opressão que está enraizada nas figuras do patrão e dos chefes. Numa organização autogestionária não deve existir a ordem de cima para baixo e sim a discussão do coletivo e a tomada de decisão levando em consideração a opinião de todos. Para que isso seja viável, não deve haver conhecimento nem função privados, todos devem aprender um pouco de tudo, participar ativamente e todos devem ser líderes.
------------	--

(continua)



Quadro 2: Pressupostos para avaliação (continuação)

Cooperação	Cooperar significa agir em conjunto para atingir um objetivo comum. A cooperação se dá de diversos modos na economia. Por exemplo, no agronegócio, que faz parte da organização da economia de mercado, o agricultor coopera com o dono da fábrica de leite entregando o produto para beneficiamento e os trabalhadores e trabalhadoras da área de processamento, do transporte, do administrativo etc. cooperam com o padrão para fazer chegar os produtos nos mercados. Mas desse modo a cooperação só beneficia o capitalista, que explora o agricultor, pagando menos do que seu produto vale, ao mesmo tempo que explora os trabalhadores e trabalhadoras da fábrica para poder lucrar no final. Se organizamos a cooperação a partir da EPS, usando o exemplo anterior, o agricultor produz o leite e os trabalhadores e trabalhadoras da área de processamento, do transporte, do administrativo etc. fazem parte da mesma organização, que pertence a todos eles. Ao invés de ter um patrão controlando e orientando os processos e as informações, são os próprios trabalhadores e trabalhadoras, de forma coletiva, que escolhem os rumos que querem seguir. O objetivo é cooperar para que as trabalhadoras e trabalhadores e trabalhadoras tenham o pleno e total controle das decisões, ações, funções e planejamento do trabalho. Na construção socialista, coletiva e solidária, a exploração do trabalho é eliminada, dando lugar a processos verdadeiramente democráticos de produção e distribuição de valor.
Solidariedade	O conceito de solidariedade nos remete à ação coletiva, no entender que somos parte de um mesmo todo, que juntos podemos resistir a quaisquer adversidades, podemos avançar para além do que conseguiríamos individualmente. As trabalhadoras e os trabalhadores devem desenvolver a percepção de cooperação, de ajuda, de fraternidade, de tolerância, de trabalho e de participação política, entre muitas outras questões que contribuem para uma consciência comum. Essa consciência comum, orientada para objetivos comuns, é a energia que pode mudar o mundo.
Dimensão Econômica	Primeiro, precisamos entender o que significa Economia. Para além de dinheiro, a ideia força por trás do conceito se volta a entender como as decisões sobre o que será produzido, em que quantidade, de que qualidade, a qual preço será distribuída essa oferta, e quem ficará com a riqueza gerada pelo trabalho social despendido nesse processo que vai da produção ao consumo. Assim, quando refletimos sobre economia, desvendamos os processos de acumulação de riquezas e podemos perceber que poucos têm muito, e muitos têm pouco. Se não concordamos com essa distribuição absolutamente desigual, podemos nos propor a agir para mudar o estado das coisas. Viver a EPS é uma decisão política, de posicionamento perante o mundo. Buscamos com nossas ações eliminar a exploração de um ser humano por outro e superar a alienação brutal que o capitalismo impõem sobre toda a classe trabalhadora. Nesse processo, deve-se passar pela dominação de todos os setores das cadeias produtivas em que as Organizações Produtivas Solidárias estejam envolvidas, buscando que a riqueza construída pelos trabalhadores e trabalhadoras seja apropriada por eles próprios, ao invés de concentrada nas mãos de poucas pessoas. Portanto, a EPS não é um passatempo para desempregados, no horizonte os trabalhadores e trabalhadoras pretendem ir para além da esfera econômica de suas ações.

Fonte: Betanho et al (2018, p. 25-28)

Na sequência, uma seção será dedicada à reflexão sobre o processo de produção e aplicação de conhecimentos nos materiais formativos do Cieps, congregando o trabalho de várias unidades acadêmicas e a participação dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto detentores do conhecimento popular; e, como fechamento, será realizada uma análise das experiências de relacionamento com a sociedade via espaços

de formação e comercialização, já resultado do acúmulo de construção e aplicação dos conhecimentos desenvolvidos nesses 10 anos relatados.

#### **4.1 Experiência da Coleta Seletiva**

Esse segmento de trabalhadores e trabalhadoras tem a particularidade de se relacionar com o lixo como objeto de trabalho, o que representa tudo aquilo que a sociedade rejeita e deseja afastar de sua convivência diária. Os materiais recicláveis são consequência do estímulo ao consumismo, que prioriza a produção e o rápido descarte para novo consumo no modo de produção capitalista.

A atribuição de um valor financeiro ao material descartado foi possível com as tecnologias de reciclagem e aproveitamento. O alumínio é o carro chefe desse processo industrial, seguido pelo plástico PET (das garrafas de refrigerante). Os demais materiais têm valor irrisório.

Esses trabalhadores e trabalhadoras, via de regra, têm origem na extrema pobreza. Antes sobreviviam por meio da coleta individual nas ruas, mas começaram se organizar em torno da ideia de formação de cooperativas e associações de coleta seletiva a partir da formação do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), em meados de 1999 (MNCR, 2011). Mas a partir da organização e consolidação das Incubadoras nas Universidades, em conjunto com os movimentos sociais, houve a dinamização dessa organização.

É possível fazer a afirmação de que só há coleta seletiva organizada na cidade de Uberlândia por conta da intervenção do Cieps a partir de meados da década de 2000. Desde os primeiros passos no sentido de organizar uma incubadora na Universidade, os pesquisadores envolvidos dedicaram uma atenção especial àqueles trabalhadores e trabalhadoras, excluídos de quase todos os processos de direitos, e vivendo a própria sorte, revirando lixeiras e vivendo em lixões.

Passaram pelo processo de incubação em Uberlândia 6 OPS de coleta seletiva, sendo uma cooperativa (Cooperativa dos Recicladores de Uberlândia - CORU) e cinco associações de trabalhadores (Associação de Coletores de Plástico, Pet, Pvc e outros Materiais Recicláveis - ACOPPMAR; Associação dos Catadores e Recicladores de Uberlândia - ACRU; Associação Recicladores Boa Esperança - ARBE; Associação de Catadores de Material Reciclável do Bairro Taiaman - ASSOTAIAMAN; e Associação de Recicladores e Catadores Autônomos - ARCA) de 2008 a 2013, sendo que 4 delas

mantiveram parceria com o Cieps após esse período. Essa parceria existe mais na esfera utilitarista e pela vontade de manter os laços históricos com a incubadora, do que motivada pelos princípios da Economia Popular Solidária.

Em linhas gerais, todas as OPS passaram pela etapa da construção de um plano de sustentabilidade e, no período de incubação, por formação e qualificação técnica e política para organizar o trabalho de forma coletiva e autogestionária. Em termos técnicos, os catadores passaram por cursos de qualificação em gestão, fluxo de caixa, organização do trabalho, controle de materiais e organização documental, com vistas a promoção da transparência. As centrais de coleta receberam apoio para reformas e aquisição de equipamentos para melhoria das condições de trabalho por meio dos diversos fomentos recebidos pela a Incubadora. Em relação à formação política, todos os grupos passaram por formação sobre direitos humanos e os trabalhadores e trabalhadoras foram assessorados para que pudessem acessá-los, bem como foram acompanhados por bolsistas e professores do curso de psicologia para o enfrentamento dos desafios da organização coletiva.

Em termos conjunturais os catadores de materiais recicláveis começam a ganhar projeção na sociedade de uma forma bem genérica a partir da pressão do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a bancada legislativa federal ligada ao meio ambiente. Com todo o acúmulo a partir da Rio-92, em 2006 o Governo Federal promulga o Decreto n. 5.940, de 25 de outubro, que prescreveu que os órgãos públicos federais estariam a partir dali obrigados a implantar a Coleta Seletiva Solidária, como a participação de organizações populares de coleta seletiva. E, em 2010, foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei 12.305, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Os dispositivos obrigam órgãos públicos a organizar a coleta com a participação dos catadores e suas organizações. Ainda, a lei 12.305/2010 estabeleceu o princípio do poluidor-pagador, que obrigou as organizações que produzem externalidades negativas no ambiente a tratá-las diretamente, ou indiretamente, a partir de parcerias com os catadores. Para o poder público, estabeleceu-se o fim dos lixões, obrigando prefeituras a resolverem a destinação correta dos resíduos até 2014. Essa data foi estendida até 2023.

No período de incubação os trabalhadores e trabalhadoras, assessorados pela equipe do Cieps, pressionaram o poder público local para a organização da coleta dos resíduos sólidos. A UFU deu exemplo e em 2011 elaborou minuta de contrato de

prestação de serviços de coleta de materiais recicláveis nos *campi* de Uberlândia e contratou, por meio de chamada pública, duas das seis OPS de coleta seletiva, as que conseguiram colocar em ordem toda a documentação necessária à participação do certame. Esse primeiro contrato durou até 2018, quando um segundo chamamento foi publicado, sendo três OPS contratadas.

A prefeitura municipal de Uberlândia também iniciou suas tratativas em 2011 e a partir desse ano a coleta residencial foi implantada. No entanto, contratou a empresa coletora de lixo para buscar nas casas os materiais recicláveis e depois transportá-los até as centrais de coleta ao invés de entregar a coleta para os catadores. Desde o início as OPS se ressentiram da distribuição desigual desses materiais nas centrais e apontaram a grande quantidade de lixo misturado aos recicláveis, situação que atribuíram à falta de campanhas de separação de materiais. De 2013 a 2016, um Fórum de discussão sobre a questão da coleta seletiva foi implantado na cidade, com a participação do Cieps, das OPS e do poder público local.

Em 2016, nos últimos momentos do mandato do prefeito da época, foi promulgada a lei 12.504, que dispõe sobre o Serviço Público de Coleta Seletiva Solidária dos Resíduos Recicláveis no Município de Uberlândia. Esse dispositivo previa que a coleta seria realizada pelos próprios catadores e de forma remunerada pelo poder público. Nessa conformação legal, o fórum de discussão sobre a coleta seletiva foi formalizado, no entanto, sem a participação do Cieps.

No entanto, o prefeito que venceu o pleito seguinte não o colocou em prática e transferiu a questão da coleta seletiva para a autarquia de saneamento do município em 2017. Assim, uma política municipal de resíduos sólidos com a participação ativa dos catadores ainda não foi efetivada, permanecendo a coleta realizada pela empresa que recolhe o lixo doméstico e todos os problemas decorrentes dessa prática.

Em termos de absorção dos princípios da EPS no segmento da coleta seletiva, tem-se:

#### **4.1.1 Autogestão na Coleta Seletiva**

Diferentemente das outras organizações de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e derivados da indústria ou da área de serviços, essas são pessoas excluídas, ou nunca incluídas, numa sociedade em que as perversidades do capitalismo são mais evidenciadas.

As dificuldades de organização são muitas. Por exemplo, guardar um recibo de compra de um pacote de parafusos faz sentido para quem já foi envolvido com a burocracia da contabilidade, mas para quem não o foi, guardar um pedaço de papel é preciosismo. Então a autogestão passa por entender de gestão, em primeiro lugar, e como assumi-la.

Do outro lado da organização do segmento de coleta seletiva está a indústria. Seu papel não começa no ponto da compra do material coletado das ruas pelos catadores, mas sim no seu chão de fábrica. A partir do momento em que a indústria coloca seus produtos nos pontos de venda, começa a gerar a imensa quantidade de materiais recicláveis espalhados por lixeiras nas ruas, lixões, terrenos abandonados, rios, oceanos. Muitas vezes comete-se o equívoco de culpar o consumidor pela poluição do meio ambiente. As pessoas têm sua parte de responsabilidade no processo, porém os consumidores não decidiram trocar as garrafas de vidro dos refrigerantes por PETs, foi uma decisão da indústria e ela deve assumir o processo da retirada de matéria prima da natureza até o seu descarte final. Isso é o que preconiza o princípio do Poluidor Pagador, instituído na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A inserção de novas tecnologias de reaproveitamento e reciclagem de alguns materiais dá ao lixo valor de mercado. A indústria, visando arrecadar todo o volume possível de materiais, impõe sua gestão ao processo.

Enquanto as Incubadoras e entidades de apoio ligadas a Economia Popular Solidária estavam preocupadas e ocupadas em atender as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos com a coleta seletiva, que vão de necessidades como o acesso a dentista ou a uma assistente social, os capitalistas começaram um movimento de “salvação ambiental” com “responsabilidade social” e “sustentabilidade”. Mas em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de a indústria se planejar para produzir somente o necessário para a reprodução humana. O que se pretendia era construir um imaginário na sociedade de que todos devem cumprir sua parte, separando os materiais e entregando de forma ordenada para os coletores, para que a indústria recebesse esses materiais limpos e separados para o processamento e comercialização, disponibilizando novas matérias primas para a roda do mercado.

Nesse movimento que os capitalistas vendem o tempo todo, consumidores, coletores de recicláveis e indústria seriam “parceiros”, sendo os dois últimos estreitamente vinculados por uma relação ganha-ganha. Mas as empresas produtoras de

produtos de consumo terceirizam aos catadores a coleta dos seus materiais, muitas vezes sem nenhum pagamento; e as empresas recicladoras adquirem os materiais necessários à transformação a preços irrisórios. O que se percebe na prática é a subsunção do trabalho dos catadores por parte da indústria, que impõe preço aos materiais (e ignora o valor do trabalho dos catadores); quantidade; e instrumentos de gestão. É comum encontrar nos galpões de reciclagem os logos das empresas poluidoras impressos nas paredes, bem como os trabalhadores e trabalhadoras relatam a realização de cursos no Sebrae e outras instituições de formação política/cultural do capital, cursos esses que foram impostos para a instituição de instrumentos de controle e gestão a partir dos pressupostos das empresas, que se colocam como “capitãs” da “parceria”.

Claramente, existe partilha bastante desigual entre ônus e bônus entre os "parceiros". Mas os catadores têm orgulho dessas “parcerias”, e postam fotos nas redes sociais ao lado dos gestores das organizações que poluem e os exploram. Como salientam Santos et al (2016), os trabalhadores e trabalhadoras estão subsumidos à lógica da economia de mercado, sendo explorados pelos atravessadores e sujeitos a interesses de empresas e agentes públicos, sem governabilidade sobre as relações das quais participam.

Em relação à tomada de decisão, as OPS acompanhadas pelo Cieps pouco desenvolveram a habilidade de dividir por igual as responsabilidades de gerir o processo. As lideranças acabam assumindo o controle e coordenando todo o processo como se fossem proprietários e não associados como os demais trabalhadores e trabalhadoras. Isso se dá por deterem mais informações e terem mais habilidade para lidar como o mercado em todos os casos e, em alguns, por imposição de certa medida de força psicológica sobre os trabalhadores e trabalhadoras mais vulneráveis. De forma geral, para além das assembleias obrigatórias, pouco se decide coletivamente. Os trabalhadores e trabalhadoras que separam os materiais alegam que não faturam enquanto se reúnem, por isso evitam as reuniões e, atualmente, até as ações de formação.

#### **4.1.2 Cooperação na Coleta Seletiva**

Os catadores, organizados em cooperativas ou associações, conseguem algum tipo de negociação mais vantajosa do que os trabalhadores e trabalhadoras avulsos, que são reféns dos comércios tradicionais, os chamados “ferros velhos”, que pagam o

quanto, quando e como querem, pois o poder de barganha dos trabalhadores e trabalhadoras catadores avulsos é nenhum. Quando organizados, podem negociar de forma mais objetiva com geradores e compradores e ainda concorrer a editais públicos de recursos a fundo perdido, principalmente pelo volume juntado de determinado material.

Quando aprofundamos na organização desses trabalhadores e trabalhadoras, a concorrência entre eles é uma questão instintiva. Nas ruas é cada um por si, não há um planejamento para alinhar necessidades e otimizar recursos para melhorar os ganhos.

Nesse sentido a formação política é a parte que faz a costura entre o desespero cotidiano para sobreviver e a vontade de superar essa condição precária. Nesse momento, pode-se derivar para a organização solidária ou uma reprodução do gerencialismo tipicamente capitalista encontrado em qualquer empreendimento.

Pela orientação do Cieps, com os princípios da EPS, foi possível aglutinar alguns trabalhadores e trabalhadoras que conseguiram criar suas próprias percepções de mundo a respeito das péssimas condições de vida e trabalho a que estavam submetidos e a orientar sua vontade de encontrar um outro *locus* para existir. Essa tendência foi ao encontro dos movimentos sociais, que também construíam um discurso apontando para uma outra organização de sociedade, mais justa e solidária. Assim, alguns coletivos tiveram guarida dentro do processo de incubação do Cieps e se consolidaram como Organizações Produtivas Solidárias. Outras se consolidaram como exploradoras da força de trabalho de terceiros, e concorrentes e atravessadores das OPS.

A intercooperação é pontual e marcada pelos interesses individuais. De acordo com Santos et al (2016), a dificuldade de relacionamento entre as OPS e as diferenças históricas entre as pessoas contam muito para que o pensamento coletivo não aconteça da melhor maneira possível.

A concorrência está impregnada na consciência e aflora sempre que um conflito não tem solução dentro das vivências. Brigas e desentendimentos são comuns. O tempo de trabalho, os ganhos de cada um geralmente são motivos de conflitos. Logo surge o “líder” que, dependendo da circunstância, da vivência e percepção de mundo, pode exercer uma liderança política ou ser um chefe, que logo se torna “dono”. Em várias das OPS de coleta seletiva, a equipe que está à frente da gestão está perpetuada no poder por quase o tempo todo de vivência que esta tese reflete. Das 6 citadas no texto, 4 delas mantêm os mesmos dirigentes nesses dez anos. Algumas características mais relevantes

desses resultados estão ligados ao comodismo da situação e ao sentimento de posse que as lideranças constituem no desenvolvimento da OPS, ou por automerrecimento ou por falta de outra pessoa se dispor a liderar.

#### **4.1.3 Solidariedade na Coleta Seletiva**

O desenvolvimento das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras ligados a coleta seletiva durante todos esses anos, a partir da implantação das políticas públicas, foi se aproximando da necessidade demandada pelo mercado em receber todo o volume do material recolhido. A necessidade de ganhos imediatos não é compatível com a pretensa adesão a um mundo mais solidário, assim, muitos grupos de coleta seletiva acabaram deixando de lado o discurso transformador social e começaram a se dedicar quase que exclusivamente a atender as exigências da indústria para o cumprimento dos contratos firmados.

Nesse sentido, não fazem diferença de se tornar “parceiras” de empresas ou organizações que abertamente defenderam posição política favorável e financiaram o golpe praticado em 2016 contra a Dilma Rousseff, que contou com o apoio em suas duas eleições do movimento de catadores em nível nacional. Segundo declarações públicas de alguns gestores, o que importa é que a entidade golpista destinou seu lixo com exclusividade para a OPS e isso gerou ganhos imediatos: “ideologia não enche a barriga de ninguém”. Contraditoriamente, “vestir a camisa” de uma entidade apoiadora do golpe de 2016 faz todo sentido para as organizações de coleta seletiva, mesmo que o discurso de solidariedade esteja presente nas falas dos catadores.

Apesar dos ganhos coletivos e de uma organização para o trabalho mais integradora internamente, em uma das OPS incubadas a diferenciação entre as condições de trabalho dos “gestores” e dos demais trabalhadores e trabalhadoras está bem nítida até mesmo nos espaços de trabalho: o escritório tem ar condicionado e móveis adequados, enquanto o espaço restante é insalubre e carece de arranjos ergonômicos básicos.

Em termos do ambiente externo, além do afastamento entre os catadores e a população, posto que o processo de coleta residencial ainda é feito pela empresa capitalista que coleta o lixo na cidade, uma das associações acabou por diferenciar dois tipos de trabalhadores e trabalhadoras catadores: os associados, que têm direito a repartição das sobras, e os avulsos, que são os catadores de rua desorganizados, dos



quais a associação compra o material coletado. Essa associação, contraditoriamente, tem assumido o papel de atravessador, que tanto abomina, junto a parte dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, os grupos manifestam a solidariedade como a instituição de laços sólidos dentro das OPS, de forma a proporcionar ganhos e resistência dos grupos frente às adversidades do ambiente, mas não conseguem manifestar solidariedade em relação à classe trabalhadora.

Nesse momento, a cooptação desenvolvida pelos meios capitalistas econômicos, sociais e culturais tem muito sucesso no processo de subsunção do movimento que teve, sublinhe-se, em sua origem, o questionamento do injusto e excludente sistema capitalista. Nesse sentido há uma percepção de adesão, “vestem a camisa” por se sentirem convidados a jantar na casa grande, mas não questionam a divisão dos lucros e resultados gerados por meio de seu trabalho que ficam com os atravessadores e com a indústria. Mesmo que impactados pelas políticas públicas criadas pelo Governo Federal entre 2003 a 2015 o que sobrou foi a alienação e o estranhamento impostos pela cooptação e subsunção.

#### **4.1.4 Dimensão econômica na Coleta Seletiva**

Esta é a dimensão em que as OPS foram mais bem sucedidas e, talvez por conta disso, as limitações e as contradições apresentadas nos tópicos anteriores tenham se manifestado com tanta evidência.

Inicialmente, as dívidas com atravessadores foram reduzidas. Muitos atravessadores funcionavam como agiotas, emprestando dinheiro a troco da entrega exclusiva de recicláveis. Empregando altas taxas de correção da moeda emprestada em materiais, a exploração se perpetuava. A organização dos coletivos levou à formação de estoques de materiais e consequentemente melhorou o poder de barganha dos trabalhadores e trabalhadoras. Em relação à comercialização de PET e vidros, os coletivos trabalham intercooperados, entregando diretamente aos recicladores, o que possibilita ganhos maiores. No entanto, continuam comercializando produtos de baixo valor agregado, o que constitui limites aos ganhos dos trabalhadores e trabalhadoras. Na opinião dos trabalhadores e trabalhadoras gestores das coletas, é melhor ganhar R\$ 0,12 o quilo do vidro ao invés de nada.

As OPS também trabalham individualmente e muitas vezes concorrem entre si para conseguir contratos de exclusividade para retirada dos materiais em empresas e

festas, estas últimas das quais os trabalhadores e trabalhadoras não são convidados a participar na diversão e sim para deixarem o ambiente limpo ao final da festa.

Várias das empresas com as quais fecham parcerias são poluidoras do meio ambiente. As envasadoras de bebidas estão à frente da fila, escondendo suas responsabilidades de poluidores atrás de parcerias em que os catadores não aparecem e as empresas fazem poses de social e ambientalmente responsáveis. Entregam equipamentos e de vez em quando recursos monetários, sem dúvida inferiores aos custos com os quais arcaíam se tivessem que assumir as atividades de recolhimento e destinação correta das externalidades que geram.

Outras organizações são “poluidoras” das relações entre os trabalhadores e trabalhadoras, pois fomentam a discórdia e promovem a exclusão social. Vários dos grupos empresariais e sociais que se dizem “apoadores” da coleta seletiva participaram ativamente do golpe de 2016 e da eleição do atual presidente, portanto os catadores estão se relacionando umbilicalmente a setores da sociedade que exploram os trabalhadores e trabalhadoras, promovem desmatamento, queimadas, liberação de venenos na produção de alimentos, desinformação nas embalagens de transgênicos, a desregulamentação da proteção do trabalho entre outras aberrações.

De qualquer modo, é inegável que as condições materiais dos catadores melhoraram, mesmo que sobre essa situação os catadores não tenham nenhuma governabilidade. Mas os trabalhadores e trabalhadoras catadores não avançaram o suficiente para que pudessem superar o viver do lixo ou no lixo.

Levando em consideração que o estranhamento atinge os trabalhadores e trabalhadoras muito além do local em que trabalham, pois as pessoas vivem em muitos espaços, num momento estão produzindo e noutro estão consumindo, e também considerando a proposta de se criar outra economia, outra sociedade, Antunes (2009, p.191) nos dá um horizonte quando afirma que “é preciso mudar a lógica da produção societal: é necessário dar valor de uso para a produção e a produção das coisas deve ter como critério o tempo disponível e não o tempo excedente”. Esse tem sido o esforço dos processos de formação e qualificação para o trabalho solidário que busca emancipações em múltiplas esferas que o Cieps persegue enquanto práxis.

#### **4.2 Experiências dos coletivos urbanos de produção para o consumo**

Reunimos nesta seção as experiências com coletivos diversificados, que guardam entre si a similaridade de se tratarem de trabalhadoras e trabalhadores que se dedicam a atividades tipicamente urbanas, ligadas ao trabalho manual, artesanal e cultural.

O Cieps, de 2008 a 2013, incubou dois coletivos de artesãs e uma iniciativa de trabalhadores e trabalhadoras da construção civil.

A Art'Con, Associação Arte e Consciência, originou-se como uma pastoral social para jovens do bairro Dom Almir, bairro periférico de Uberlândia originado de ocupação urbana, posteriormente regularizada pela prefeitura (RAMIRES e SANTOS, 2001). Em 2006 o grupo criou uma creche comunitária para atender as crianças do bairro, dada a necessidade das mulheres e a falta de vagas na rede oficial. Essa creche era sustentada por doações e, quando os recursos não se mostraram suficientes, 8 famílias criaram a Associação Art'Con, que produzia e comercializava velas votivas e artesanais para angariar fundos para a creche. A Art'Con esteve incubada entre 2008 e 2010, período em que o planejamento de sustentabilidade da OPS foi consolidado e um equipamento para a fabricação das velas foi projetado e produzido por alunos de engenharia mecânica, que refletiram esse processo em trabalho de conclusão de curso.

As atividades ligadas a artesanania demandam conhecimentos e técnicas que muitas vezes são passadas informalmente de geração a geração. Visando a disseminar esses conhecimentos e habilidades, foi criado um projeto de extensão a partir do Cieps, a partir do qual eram oferecidas oficinas de qualificação e confecção de artesanato a partir do aproveitamento de materiais recicláveis e viabilizar a comercialização dos materiais. O coletivo de trabalhadoras ficou conhecido como Sinhá Recicla. As formadoras utilizavam o espaço físico do Cieps para desenvolver todas as etapas de capacitação e confecção dos produtos artesanais, compartilhando mais de 60 técnicas de produção de artesanato, enfeites para a casa e acessórios de moda. De acordo com Betanho e Vasconcelos (2011, p.6), “as artesãs guardam a convicção e que as peças são únicas. Uma mão não é igual a outra, a arte se diferencia. Mas várias mãos que dominam uma técnica produzem mais”. De fato, essa organização coletiva trouxe a oportunidade de participar de mais espaços de distribuição como feiras e também atender a pedidos de itens.

A COOPERCUIU, Cooperativa dos trabalhadores e trabalhadoras da Construção Civil, foi formada por trabalhadores e trabalhadoras do município de Uberlândia, com o objetivo de aproveitar o ciclo de crescimento da construção civil que se configurava a partir de 2007. Foram 22 trabalhadores e trabalhadoras que buscaram organizar-se coletivamente para responsabilizar-se por obras ao invés de disputar vagas ou colocações no mercado de trabalho, de forma a possibilitar que os cooperados auferissem renda superior àquela possibilitada quando subordinavam seu trabalho. Incubada no Cieps, a COOPERCCIU buscou aprimorar a autogestão e o desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados.

Em relação aos princípios da EPS, temos:

#### **4.2.1 Autogestão nos coletivos urbanos**

COOPERCUIU, Art'Con e Sinhá Recicla avançaram no rumo da autogestão no que diz respeito à busca do estabelecimento de seus objetivos e linhas de ação. Os planejamentos foram decididos pelos trabalhadores e trabalhadoras, levando em consideração suas necessidades e sonhos. Estratégias de produção e de comercialização foram pensadas a partir do reconhecimento das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras e também dos mercados em que iriam atuar – as organizações de artesanato, principalmente por meio das feiras e grupos de apoio, e COOPERCCIU a partir das redes de relacionamento.

#### **4.2.2 Cooperação nos coletivos urbanos**

Nas três OPS analisadas pode-se perceber a busca do aprofundamento de laços entre os trabalhadores e trabalhadoras. No Sinhá Recicla, as artesãs compartilharam conhecimentos de técnicas e conseguiram estabelecer coletivos produtivos. Por exemplo, uma das técnicas mais valorizadas foi a da confecção de bonecas pretas Abayomi, feitas com nós e retalhos de tecidos. Essas bonecas foram encomendadas por circuitos fora de Uberlândia. Betanho e Vasconcelos (2011) relatam uma encomenda de Campos do Jordão, só possível de ser atendida por conta da cooperação entre as artesãs divulgadoras e aprendizes da técnica. Essa questão do repasse das técnicas e conhecimentos também aparece na COOPERCCIU. No caso da Art'Con, ressalta-se a cooperação entre as mulheres trabalhadoras que demandavam as vagas na creche, que forneciam recursos para que as matérias primas para a produção das velas pudessem ter

adquiridas e as velas vendidas, unindo grupos diferentes de trabalhadores e trabalhadoras em torno de um objetivo comum. Em relação a COOPERCCIU, desde sua criação a OPS teve enormes dificuldades por causa da lógica estabelecida no mundo do trabalho da construção, em que a cultura é de ou atuar como empregado em construtoras e/ou trabalhadores e trabalhadoras autônomos. A prática mostrou pouca possibilidade para os sujeitos pensarem na ação cooperativa.

#### **4.2.3 Solidariedade nos coletivos urbanos**

Art'Con e Sinhá Recicla conseguiram estabelecer laços de solidariedade para além das trabalhadoras participantes dos coletivos. A expectativa do Sinhá Recicla era organizar as artesãs, formar cadeias de cooperação entre elas, e trabalhar para que o artesanato se transformasse na escolha das pessoas que, vindo a Uberlândia a trabalho ou a passeio, quisessem levar uma lembrança. Essas pessoas não somente levariam uma peça de artesanato, mas teriam resgatado materiais que, em outra condição, teriam poluído o meio ambiente (BETANHO e VASCONCELOS, 2011).

COOPERCCIU não avançou nem ao menos no estabelecimento da solidariedade interna, dado que os trabalhadores e trabalhadoras buscavam estabelecer ganhos para si. O mercado de construção civil estava muito aquecido com grande demanda de força de trabalho e a formação política não conseguiu dar conta de motivar a espera de ganhos coletivos ao invés de ganhos individuais, e a iniciativa se dissolveu em 2013.

#### **4.2.4 Dimensão Econômica nos coletivos urbanos**

Art'Con e Sinhá Recicla conseguiram, no curto prazo, estabelecer ganhos econômicos que permitiram as OPS darem continuidade às iniciativas coletivas. Sinhá Recicla conseguiu organizar grupos para ocupar pontos fixos de comercialização no município. Mas a atividade da artesanaria é encarada como complemento de renda e não como primeira renda, o que reduz o impacto na dimensão no longo prazo.

Já a COOPERCUI não conseguiu auferir ganhos econômicos que estimulassem a organização coletiva. Individualmente os pedreiros conseguiram avançar naquela época; no entanto, a partir de 2016, quando as ondas da construção recuaram, os trabalhadores e trabalhadoras não estavam organizados para coletivamente para suportar a ressaca.

Na prática a Economia Solidária, enquanto ideia, consegue conquistar os trabalhadores e trabalhadoras que perceberam que sozinhos enfrentam uma dificuldade muito grande para sobreviver. Mas a essência de suas ocupações, aliadas a inculcação de um modo de reprodução social totalmente adverso a suas intenções, gera ao longo do tempo impedimentos para se levar adiante a transformação sonhada. O idealismo que subliminarmente está inscrito na essência da EPS é brutalmente destruído pela necessidade de sobrevivência imediata. Como Marx e Engels vaticinaram (2010, p.43) “Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”.

#### **4.3 Coletivos de agricultores familiares**

No período de 2008 a 2018, tivemos uma série de iniciativas coletivas de agricultores familiares que se desenvolveram a partir da incubação do Cieps.

O primeiro coletivo a ser assessorado foi a Associação do Assentamento Paulo de Faria (AAPF), localizado no município de Prata, Triângulo Mineiro (MG), a 150Km de Uberlândia. A área, de 5.800 ha, anteriormente conhecida como Fazenda Taquara, foi ocupada em 2004 e, em função de pressão popular, foi adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para assentar 220 famílias. O agrupamento escolheu o nome de um companheiro de luta, Paulo de Faria, para o assentamento. Esse agricultor faleceu, por motivos ligados à saúde, antes de ver seu sonho realizado. A incubação foi demandada pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), procurou a Incubadora em 2007 para realizar um projeto de geração de trabalho e renda no Assentamento. O objetivo da incubação foi planejar estrategicamente a sustentabilidade do espaço, a partir de quatro núcleos produtivos, hortifrutis, de piscicultura, leite e de galinhas caipiras.

Betanho e Kamimura (2012) relatam que o coletivo conseguiu recursos para adquirir um resfriador de leite, o que melhorou as condições de comercialização do produto, mas a venda continuava sendo feita por atravessador, porque o assentamento não possuía espaço para a manipulação de alimentos nas condições exigidas. Os assentados foram estimulados a criar frangos caipiras para promover sua segurança alimentar e comercialização dos excedentes, recebendo pintinhos e reprodutores de uma espécie de frango caipira bastante valorizada na região, mas tanto a produção quanto a

comercialização era realizada individualmente pelas famílias. Em relação aos hortifrutis se dava a mesma situação de produção individual e comercialização idem, via atravessadores.

Em 2008, a equipe do Cieps procurava incorporar ao Assentamento Paulo de Faria na política de segurança alimentar do Governo Federal, em parceria com o município do Prata. Em conjunto com as lideranças do Assentamento e a Prefeitura de Prata, foi elaborado um projeto para pleitear, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate a Fome (MDS), a construção de um sistema integrado de Horta e Cozinha Comunitária. Infelizmente o projeto não foi concretizado. Maldonado e Pereira (2008) relatam que o MDS exigia contrapartidas financeiras e que nem prefeitura e nem agricultores tiveram condições de arcar com ela e o projeto foi abortado.

Em 2010 chegou à incubadora a Associação dos Mandaleiros de Uberlândia, criada em 2008 por agricultores familiares da zona rural do município, que desejavam trabalhar com alimentos orgânicos a partir da tecnologia social das Mandalas (FERNANDES, 2015). A princípio, concentravam 46 famílias, a maioria assentada por programas de Reforma Agrária, e uma minoria pequenos agricultores familiares proprietários de terras. Os agricultores buscavam apoio para desenvolver um plano de sustentabilidade que os habilitasse a buscar verbas junto ao Banco do Brasil em seu programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). O sonho declarado da associação era agregar valor à produção de hortifrutis orgânicos com o processamento mínimo. O coletivo tinha uma promessa, por parte da Prefeitura Municipal de Uberlândia, da cessão de uma loja no mercado municipal para a comercialização e sonhavam com um canal online para aprofundar a venda dos produtos. Em Fernandes (2015) é relatado o processo de acompanhamento da AMU em sua primeira fase. O primeiro trabalho da incubadora foi organizar em 2011 a oferta uma cesta de produtos orgânicos, formada por itens dos agricultores participantes, com o objetivo de fomentar a cooperação entre eles e a organização da produção. No entanto, os trabalhadores e trabalhadoras não conseguiram se articular como esperado e em 2012 a esperada loja no mercado municipal, ao invés de uni-los e motivá-los, acabou por desfazer a associação. Após a experiência, apenas 8 famílias permaneceram no firme propósito de produzir alimentos orgânicos e de forma coletiva.

É importante destacar aqui a relação que foi criada em torno do Box no Mercado Municipal. O que foi estimulado pela Prefeitura nesse momento, foi nada mais do que o

fetichismo que alguns trabalhadores e trabalhadoras tinham em passar da condição de serem agricultores para se tornarem comerciantes na cidade e atravessadores da produção que estavam organizando, no caso os alimentos orgânicos, e que aos poucos se consolidava uma tendência de mercado para um segmento bastante atrativo, o de oferta de alimentos. De um lado a Prefeitura incentivou a produção, ou seja, o principal para consolidar a oferta, mas na outra ponta, na comercialização e na gestão do que deveria ser uma loja, simplesmente ignorou a necessidade de investimentos. A assessoria técnica disponibilizada era apenas para a produção. Essas dificuldades acabaram por levar os trabalhadores e trabalhadoras a conflitos de muitas ordens pessoais e de produção que implodiu a proposta.

Essa experiência da incubação de agricultores orgânicos trouxe dois aprendizados ao Cieps: primeiro, a necessidade de promover a transição de uma agricultura convencional para a agricultura de base agroecológica, dada a necessidade de rupturas como modelo de produção vigente. Por isso o Cieps passa a adotar o conceito de Agroecologia, definido pela Associação Brasileira de Agroecologia (2019) como um enfoque multidimensional e transdisciplinar que se propõe a estudar os processos de desenvolvimento a partir da perspectiva ecológica e sociocultural. Adotando o agroecossistema como unidade de análise, busca apoiar a transição dos modelos convencionais para estilos sustentáveis de agricultura e desenvolvimento rural. Assim, Agroecologia é, ao mesmo tempo, um enfoque científico, teórico, prático e metodológico; e Movimento Social, posto que sua ação prática e política tem o condão de influenciar e transformar, com o coletivo, a visão da sociedade sobre os processos de produção e a relação dos mesmos com desgaste e/ou a preservação da natureza e da saúde. Essa abordagem se coaduna com os princípios da EPS, como vêm sendo trabalhados no Cieps.

O segundo aprendizado está relacionado à necessidade de buscar ativamente o desenvolvimento dos laços de cooperação entre os agricultores já a partir da produção coletiva e não somente na comercialização, superando a individualização dos lotes nos assentamentos e a solidariedade “para dentro” das OPS (laços sólidos) para se avançar na solidariedade de classe e que, os fundamentos de sustentabilidade defendidos por Mészáros (2007) são fundamentais para compor o processo teórico das ações da Incubadora.



Em 2013, o Cieps apoiou a criação de outro coletivo de agricultores, formado com o propósito de produzir hortifrutis e comercializá-los preferencialmente a partir dos programas públicos de aquisição de alimentos. A Acampra (Associação Camponesa da Reforma Agrária) nasceu incubada, formada por agricultores de dois assentamentos de reforma agrária limítrofes entre si, e com o compromisso dos agricultores de fazer a transição agroecológica assim que as condições fossem favoráveis. Os agricultores passaram a produzir e comercializar via Programa de Aquisição de Alimentos e Merenda escolar do município de Uberlândia desde 2013, no entanto, o compromisso da transição agroecológica não foi considerado viável pelos agricultores, e a associação se desligou da incubadora em 2015.

O ano de 2014 iniciou com a conquista de recursos para institucionalizar um Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) no Cieps. Uma concertação entre os Ministérios da Educação, Pesca e Aquicultura, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Ciência e Tecnologia possibilitou a dotação de recursos para o desenvolvimento de ações extensionistas, indissociáveis do ensino e da pesquisa, para fomentar o desenvolvimento de tecnologias sociais e produtivas para amparar a transição agroecológica dos agricultores e o relacionamento com os mercados.

Nesse momento, os agricultores ligados a AMU se motivaram a retomar o processo e apoiaram a expansão da ideia da agroecologia junto a outros agricultores, funcionando, junto ao conjunto de bolsistas do Cieps, como os primeiros formadores agroecológicos da incubadora. Além disso, destaca-se que a AMU foi registrada no Ministério da Agricultura como Organização de Controle Social (OCS), que é uma certificação de produção orgânica voltada a comercialização direta, a primeira conquistada e formalizada no Triângulo Mineiro. A associação voltou a crescer a partir desse papel, acolhendo todos os agricultores que passaram pelo processo de transição agroecológica junto ao NEA/Cieps.

Fruto desse trabalho, o Cieps incubou um novo grupo de produtores agroecológicos, a COOPERSAFRA (Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar, Reflorestamento e Agroecologia). A cooperativa nasceu a partir do assentamento Celso Lúcio, antiga fazenda Carinhosa, mas expandiu-se para os agricultores que fazem parte do coletivo que passou pela transição agroecológica junto

ao NEA/Cieps, com a proposta de agroindustrializar a produção e fomentar a participação nos editais de aquisição de alimentos e merenda escolar.

A partir desse panorama, pode-se refletir sobre a manifestação dos princípios da EPS nos coletivos de agricultores:

#### **4.3.1 Autogestão nos coletivos de agricultores familiares**

Percebe-se, diferentemente dos coletivos de coleta seletiva, que a questão da autogestão foi absorvida nas OPS de agricultores, que buscaram desenvolver suas estratégias de sustentabilidade a partir de suas dinâmicas e necessidades. No entanto, pode-se perceber que tanto AAPF quanto Acampra ainda estão presas a determinações de terceiros no que tange a comercialização por atravessadores (a primeira) e a dependência de insumos industriais (a segunda), o que compromete o alcance da sustentabilidade como entendida por Mészáros (2007) – estar no controle dos processos sociais de produção e reprodução essenciais à realização da vida pretendida pelos grupos. No entanto, como são organizações ligadas a movimentos políticos nacionais e possuem características de hierarquia disciplinar e ideológica, seguem os princípios de suas filiações, que não necessariamente apontam para a solidariedade no ambiente externo, guardando a questão da união e cooperação somente da “porteira para dentro”.

AMU e Coopersafra têm buscado fortalecer as discussões coletivas e recentemente, agosto de 2019, houve eleição na AMU, concretizando-se uma nova coordenação colegiada com membros de todos os grupos que participam da OCS AMU, o que indica avanço no que tange à democratização do processo decisório.

#### **4.3.2 Cooperação nos coletivos de agricultores familiares**

Os agricultores participantes dos coletivos incubados, majoritariamente, residem em assentamentos da reforma agrária. Se, por um lado, a vinculação a movimentos de luta pela terra trouxe a dimensão da cooperação como necessidade e prática desde a época de acampamento, por outro, quando instalam as cercas em torno dos lotes, depois de assentados, essa dinâmica cooperativa refluí significativamente e fica muitas vezes adstrita à comercialização ou iniciativas pontuais.

Nesse sentido, pode-se dizer que a formação inicial da AMU (FERNANDES, 2015), a AAPF e Acampra são exemplos dessa situação. Por conta da adoção dos princípios da agroecologia, combinados aos princípios da EPS, a formação atual da

AMU e a Coopersafra têm buscado aprofundar a cooperação para além da comercialização, organizando coletivamente a produção a partir dos lotes e estimulando os mutirões para promover os planos acordados nos grupos, dinamizando e diversificando a produção. No que tange à comercialização, os grupos têm operado em conjunto, planejando as ofertas semanalmente para não haver sobreposição (e sobras de produto e competição) e ocupando espaços junto aos consumidores, buscando aprofundar o relacionamento entre trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade por meio da cooperação e da intercooperação.

Essa é uma característica importante a ressaltar, pois os próprios agricultores defendem a ideia de que precisam efetivamente praticar o que falam, ou seja, desde o processo de produção, de forma agroecológica, até a comercialização justa e solidária devem ter a prática exatamente igual à teoria que defendem. Isso é uma percepção de todos os trabalhadores e trabalhadoras incubados deste segmento no que tange a diferença e a distância que querem ter em relação a outros produtores que se dizem “agroecológicos”, mas compram produtos na CEASA para ofertar nas feiras que participam. Essa é uma construção resultante das discussões de formação realizadas em todo o tempo de incubação dos grupos, o que representa uma grande conquista.

#### **4.3.3 Solidariedade nos coletivos de agricultores familiares**

Todos os grupos, em menor (primeira formação da AMU) ou maior grau (Coopersafra), conseguiram estabelecer laços sólidos internamente, buscando resistir às adversidades pela união. No entanto, se o conceito de solidariedade for expandido, como acreditamos no Cieps no sentido da solidariedade de classe, a situação se modifica.

Em Fernandes (2015), foi refletida a situação da primeira formação da AMU e resultados de outras associações no tempo que passaram pela incubação. De acordo com o autor,

Mesmo em associações que produzem de forma cooperada, a intenção final não é produzir para um semelhante (...) passa por esse problema quando organiza seus esforços de produção para atender a outrem e assim, não produz para si os alimentos que consomem: para atender a demanda acabam utilizando agrotóxicos e adubos químicos. Diferente a situação dos camponeses da AMU, igualmente acompanhados pela Incubadora, que produzem orgânicos e, portanto, produzem os alimentos tanto para os consumidores como os produzem para si (FERNANDES, 20115, p. 63).

Em Betanho e Fernandes (2018) reflete-se essa discussão sobre o fomento da solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. A ideia é exercitar o consumo crítico e solidário, preferindo produtos oriundos de OPS em detrimento de ofertas de empresas capitalistas. De acordo com essa abordagem, o consumo crítico e solidário está ancorado no combate à degradação ambiental, por meio da escolha por adquirir produtos agroecológicos (no caso de alimentos) e produzidos localmente; no reconhecimento do trabalho, portanto privilegiando os espaços em que podem ser cultivados relacionamentos entre produtores e consumidores; e no cultivo de relações de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras que produzem e os que adquirem os produtos no processo de troca, respeitando a diversidade cultural, histórica e de valores dos grupos.

Nessa perspectiva, AMU em sua nova configuração e Coopersafra avançaram. A experiência da Feirinha Solidária da UFU e seus desdobramentos serão apresentados na seção sobre as experiências de comercialização (4.5).

#### **4.3.4 Dimensão Econômica nos coletivos de agricultores familiares**

As OPS da agricultura são as que mais avançaram na dimensão econômica, se comparadas às congêneres de coleta seletiva e trabalhadores e trabalhadoras urbanos (artesanaria e construção civil). Diferentemente desses dois grupos, os agricultores conquistaram melhorias nas rendas monetárias (dinheiro trocado por mercadorias) e não monetárias (produção para autoconsumo).

De acordo com Muñoz Palafox (2012), apresentando à reitoria da Universidade Federal de Uberlândia os resultados de projeto Proninc (2009-2011), quando do encerramento do programa mostraram que entre 2009 e 2010, a renda média familiar da comunidade do assentamento Paulo de Faria, além dos benefícios e das melhorias sociais alcançadas, tinha sido elevada em média 25% (de R\$ 400,00 para R\$ 500,00, aproximando-se de um salário mínimo daquela época – R\$ 510,00), contribuindo desta forma, ainda que lentamente, para a sua melhoria da qualidade de vida por meio do aprimoramento dos processos produtivos relacionados com geração de trabalho e renda. Em Betanho e Kamimura (2012) relata-se que a segurança alimentar melhorou significativamente com a criação de frangos caipiras com a inserção desse item na dieta dos agricultores.

Para além dos valores que deixam de ser pagos na aquisição de alimentos, ainda compõem o rol de rendas não monetárias os gastos que deixam de ser feitos com aquisição de energia (por exemplo, a lenha para a produção de alimentos); com remédios; com água e moradia; insumos para a produção e para construção. De acordo com Gouveia e Ross (2016), analisando uma comunidade quilombola de Cananeia (SP), o levantamento e a especificação de valores monetários a esses itens que deixam de ser comprados representaram um incremento de 77% na renda dos trabalhadores e trabalhadoras daquela comunidade.

Nos demais casos, não foram contabilizados os ganhos de rendas monetárias e rendas não monetárias, no entanto, é visível a melhoria dos grupos. Os agricultores, invariavelmente, adquiriram ou trocaram carros por modelos mais novos do que tinham em princípio e melhoraram suas casas.

No que tange à produção para autoconsumo, essa análise ainda não foi feita no caso das OPS incubadas no Cieps, mas é plano para futuros trabalhos. Mas pode-se inferir, a partir do acompanhamento dos grupos incubados e pós-incubados que os ganhos maiores nesse sentido estão relacionados aos coletivos agroecológicos, por conta da segurança alimentar. Nessa direção, Ponciano (2017), analisando coletivos agroecológicos e de produção convencional, percebeu que esses últimos adquiriam praticamente todos os itens alimentares nos supermercados, enquanto que os primeiros buscavam fora das propriedades pouquíssimos itens de gêneros de alimentação. Também pode-se afirmar que os coletivos agroecológicos buscam menos insumos de fora da propriedade para produzir, o que também interfere nas rendas não monetárias.

Os coletivos agroecológicos também avançaram nas rendas monetárias por conta da comercialização direta com os consumidores, retendo para si os valores gerados pela agregação de valor. As experiências de comercialização serão tratadas na seção 4.5.

#### **4.4 Impactos dos resultados da incubação na formação e qualificação para o trabalho desenvolvidas no Cieps**

Para avançarmos na reflexão sobre a evolução as estratégias desenvolvidas pelo Cieps de formação e qualificação para o trabalho, é importante sintetizar os resultados da apropriação dos princípios da EPS pelos trabalhadores e trabalhadoras das OPS incubadas durante 2008-2018, a partir dos segmentos estudados conforme Quadro 3.

Quadro 3: Síntese das ações

Princípios da EPS	Coleta Seletiva	Trabalhadores e trabalhadoras urbanos	Agricultores
Autogestão	Apreenderam conceitos de gestão, no entanto, contaminados pela gestão capitalista. “Parceiros” empresários impõem seu planejamento às OPS	Apreenderam conceitos de gestão e autoplanejamento, no entanto, continuam presos à determinação dos mercados no que tange a preços e canais de distribuição	Apreenderam conceitos de gestão e autoplanejamento. Parte das OPS está caminhando para superar as determinações dos mercados com preços e canais de distribuição autodeterminados
Cooperação	Os grupos avançaram na cooperação dentro das OPS, mas pouco no que tange a intercooperação	Avançaram parcialmente: os coletivos de artesãos comercializam juntos, mas não cooperam na produção	Avançaram parcialmente: os coletivos comercializam juntos e os coletivos agroecológicos avançaram também na cooperação na produção
Solidariedade	Desenvolvida no sentido do <i>in solidus</i> : os coletivos resistem às adversidades, no entanto, não avançaram no que tange à solidariedade de classe	Desenvolvida no sentido do <i>in solidus</i> : os coletivos resistem às adversidades, no entanto, não avançaram no que tange à solidariedade de classe	Desenvolvida no sentido do <i>in solidus</i> : os coletivos resistem às adversidades, e os coletivos agroecológicos têm buscado avançar no que tange à solidariedade de classe
Dimensão econômica	Avançaram nas rendas monetárias	Os coletivos de artesanaria avançaram parcialmente nas rendas monetárias, dado que a atividade é complemento de renda	Avançaram nas rendas monetárias e não monetárias, neste último caso, principalmente os coletivos agroecológicos

Fonte: Elaboração própria

Para alcançar esses resultados o Cieps colocou como propósito executar um processo de formação e qualificação para o trabalho de forma intensa e contínua, bastante disciplinado e participativo. Para a construção de uma estratégia metodológica tomamos como fio condutor o trabalho, pois ele possui duas características que são centrais e fundamentais, ele é consciente e social. É consciente porque é fruto das atividades humanas por meio da projeção antecipada do que vai fazer e aonde quer chegar com suas intenções; e é Social porque precisamos uns dos outros para aprender a fazer coisas e desenvolver nossas abstrações (OTONI, 2017).

Para que seja possível desenvolvemos ações de formação que atendam as dimensões técnica, administrativa e política de forma interdisciplinar, como afirma Eid (2004), temos que perseguir de forma disciplinada os processos que apontem para a emancipação humana e se afastem de forma contundente do assistencialismo e do fraseologismo. Esse foi o caminho que o Cieps vem colocando como diretriz para suas ações de formação.

Uma das ações mais longevas até a presente data e que foi gestada por essa dinâmica de trabalho é a Feirinha Solidária da UFU, que é realizada todos os sábados no Cento de Convivência do Campus Santa Mônica desde 2015, nos campi de Monte Carmelo a partir de 2017 e desde 2018 no Campus Umuarama.

A proposta da criação da feira dentro da Universidade já era uma discussão que acontecia nas reuniões de planejamento do Cieps desde a nossa chegada à Incubadora em 2010. A coordenação que assumiu o Cieps em 2015 deu evidência ao projeto e fez todo o trâmite para que a Feirinha fosse aprovada dentro das instâncias necessárias da Universidade. Com a aprovação entusiasmada da PROEXC, a Feirinha começou a ser planejada junto com os agricultores que estavam incubados.

Esse planejamento foi longo e cansativo, foram feitas reuniões semanais antes da inauguração e durante o primeiro ano de execução do projeto. Os encontros aconteceram todas as semanas de forma obrigatória para os grupos e para as pessoas envolvidas.

Esses encontros foram organizados da seguinte forma: as reuniões aconteciam às terças-feiras no período da tarde, pois eram o dia e horário de consenso entre todos. Nas duas primeiras horas eram colocados para discussão assuntos de cunho político, com uma análise de conjuntura ou a fala de algum formador que trazia algumas provocações, baseados em alguns autores críticos, pertinentes aos assuntos que seriam discutidos na segunda parte da reunião, dedicada à organização prática de Feirinha. Na terceira parte da reunião eram definidas as ações a serem realizadas e quem era responsável por cada uma das ações.

Essa metodologia ajudou a construir um ambiente muito rico de debate sobre questões fundamentais no relacionamento entre pessoas que vinham de origens diferentes. Dentre as discussões que foram bastante marcantes, destaca-se a reflexão sobre o valor do trabalho entre homens e mulheres. Quando posto o problema de forma não intencional por um dos participantes, foi bastante assustador a fala de alguns dos

homens, afirmando de que o valor hora de trabalho deles deveria ser maior que o das mulheres. Nesse momento fizemos uma intervenção sobre o assunto que deveria ser discutido com mais cuidado para encontrarmos uma forma mais solidária de resolver a questão.

Fizemos uma fala sobre o papel preponderante das mulheres no desenvolvimento das organizações produtivas solidárias e para o avanço da EPS em todo o território nacional. Além disso, foi trazido à reflexão o quanto somos educados numa sociedade machista e sexista e que, para esse movimento solidário ter futuro, necessariamente precisaríamos discutir questões como essa pelo tempo que fosse necessário e com a profundidade que pudéssemos alcançar.

Logo, uma das companheiras tomou a palavra e fez um relato da sua vida cotidiana, com seus filhos, sua casa, suas necessidades, sua luta de igual empenho pela conquista da terra, entre tantos argumentos lógicos, que o assunto foi pacificado e os homens reconheceram suas posições.

Essa situação ficou marcada como o processo que resgataríamos em todas as discussões futuras, com participação de todos, sendo ouvidos sem tempo definido e com respeito não à maioria, mas à lógica que apontasse a forma mais solidária de resolver os conflitos.

Nem todos os problemas foram resolvidos dessa forma. Houve uma ocasião em que a coordenação da atividade teve que intervir, solicitando que pessoas se retirassem do local da reunião após reações mais primitivas. A situação estava relacionada a não aceitação, por parte de algumas pessoas, das decisões do coletivo em relação aos formatos de participação na feira e organização das ofertas. Existiam pessoas que insistiam em comportamentos individualistas e sabotadores dos demais grupos, como questionar a qualidade dos produtos de outros produtores, fornecer dados de contato para que consumidores pedissem produtos diretamente, ao invés de ir à feira e comprar de todos, e assim por diante.

O processo de discussão e debate entre todos os envolvidos criou uma cultura de identificação de problemas e proposição de soluções mais adequada aos interesses estratégicos do coletivo e não havia mais espaço para comportamentos que não coadunassem com os princípios éticos da economia solidária. Isso de certa forma foi uma grande conquista para os participantes do coletivo, pois significou empoderamento de outra lógica de relacionamento, pautada pelo respeito às diferenças e, quando há



algum tipo de controvérsia, a melhor solução é o diálogo, sem perder de vista a necessidade de praticar a solidariedade no mesmo nível que se falava sobre ela.

Para além dessa relação mais íntima de organização, foi desenvolvida uma diversidade de suportes para a sensibilização de outros grupos. Rodas de Conversas aconteceram dentro da Universidade e nos locais de trabalho dos incubados, com a participação de alunos e sociedade. A atividade mais relevante desenvolvida nesse processo foi o “Você no Campo”, em que o Cieps convida os consumidores da Feirinha Solidária da UFU para irem até um dos locais onde são produzidos os alimentos que são vendidos.

Os consumidores passam o dia, não como um passeio, mas como uma atividade formativa. Logo pela manhã é feito um café para recepcionar os consumidores da Feirinha na sede do Cieps. Os produtos ofertados são produzidos pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras que participam da organização de todo o processo. Nesse momento é feita uma primeira conversa com os participantes para explicar como será a atividade e em seguida partimos para o campo.

Chegando ao local, que é escolhido com muita antecedência pela coordenação, as pessoas são acolhidas pelos responsáveis pelo lote, que ficam encarregados de todo o processo de apresentação do espaço. Da mesma forma que fazemos nossas reuniões no Cieps, as duas primeiras horas da atividade estão destinadas à formação política, portanto são trazidos temas, assuntos e conteúdos para a provocação de discussão entre os participantes, geralmente com a mediação de um pesquisador ou bolsista.

O objetivo desses encontros é mostrar para os consumidores como os trabalhadores e trabalhadoras que produzem os alimentos vivem suas dificuldades e necessidades. Em todas as edições essas atividades são bastante empolgantes e recebem a participação expressiva das pessoas. As percepções dos consumidores desses momentos são fundamentais para desconstruir as retóricas da economia de mercado e estabelecer um primeiro contato com um relacionamento mais próximo ao solidário entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

O resultado dessa atividade é muito gratificante e pode ser inferido como bem sucedido pela frequência desses consumidores à Feirinha e pelas novas pessoas que eles trazem. Muitos se tornaram fiéis e todos os sábados estão presentes. Podemos perceber que se criaram laços de amizade entre consumidores após a atividade do Você no Campo e que ela fortaleceu a confiança dos mesmos para com os agricultores.

Outras atividades de formação e qualificação bastante disputadas pelos trabalhadores e trabalhadoras são os cursos ofertados de forma presencial e a distância. Todas as atividades desenvolvidas são gratuitas e de livre acesso para os trabalhadores e trabalhadoras que desejam e se comprometer em participar das atividades.

Durante o período de 2015 a 2018 foram realizadas, além das Rodas de Conversas, cursos de Comercialização e Mercados, Agroecologia e Economia Solidária, Seminários e Caravanas de trocas de experiências. Nesse período foram realizadas 38 ações de extensão, envolvendo 3.271 participantes.

Foram envolvidos professores, pesquisadores, extensionistas, técnicos e discentes de diferentes unidades acadêmicas da UFU, dos cursos de Administração, Gestão da Informação, Administração Pública, Educação, Jornalismo, Economia, Ciências Jurídicas, Contabilidade, Design, Ciências Sociais, Ciências da Informação, Engenharias (Produção, Agronomia, Ambiental), Biologia, Veterinária, Zootecnia, Nutrição e Biomedicina.

A produção de cartilhas e a publicação de livros e artigos foram fundamentais para o ferramental de formação e qualificação nas dimensões política e técnica. Todos esses materiais produzidos a partir de 2011 até a presente data foram coordenados, escritos, produzidos ou assessorados por este pesquisador, o que configura um total de 22 cartilhas, 12 livros e 32 artigos para congressos.

O Cieps, nesse período, foi espaço a partir do qual foram construídos 21 trabalhos de conclusão de curso, 9 dissertações de mestrado (dentre elas a deste pesquisador), 2 teses de doutoramento estão a caminho (dentre elas, esta) e ainda foram desenvolvidas três pesquisas de pós-doutoramento.

Esses números refletem o esforço da equipe da incubadora em refletir criticamente sobre seus resultados e partilhar suas experiências com a comunidade externa.

#### **4.5 Um passo para a frente: experiências de comercialização sociorreferenciada**

A construção da Feirinha Solidária da UFU, que é a experiência de comercialização sociorreferenciada mais bem sucedida da incubadora, já foi relatada na seção anterior enquanto ação que congrega no mesmo nível formação e espaço de trocas entre os trabalhadores e trabalhadoras enquanto produtores e consumidores. Nesta

seção, serão refletidas as experiências de comercialização que congregaram os trabalhadores e trabalhadoras da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Foram realizadas, no período de 2010 a 2019, sete feiras regionais, organizadas pelo Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sempre com a colaboração do Cieps. Essa feira tem por objetivo apresentar para a sociedade o que está sendo produzido em diversas áreas em que a EPS pode atuar, unindo agricultores familiares, artesãos e militantes da arte-cultura popular, coletores de recicláveis, dentre outros segmentos de trabalhadores e trabalhadoras. Durante três dias são realizadas rodas de conversas e oficinas para apresentar resultados e discutir com quem estiver presente os problemas e o dia a dia das organizações produtivas solidárias.

Sintetizando as discussões desse período, escolheu-se tratar de forma mais aprofundada a última feira, realizada nos dias 8 a 10 de maio de 2019, dentro da Universidade Federal de Uberlândia, por representar a realidade vivenciada nas outras feiras com um elemento a mais: a conjuntura política altamente desfavorável ao movimento social da classe trabalhadora.

Nessa VII Feira Regional de Economia Popular Solidária vivenciamos experiências muito ricas em relação ao desenvolvimento das relações de troca de conhecimento sobre os processos de produção, agregação de valor, comercialização, organização coletiva e desenvolvimento local, assuntos intrinsecamente ligados às discussões políticas que realizamos com os grupos incubados.

Um ciclo político se realiza no desenrolar de cada Feira, o que é muito caro para os produtores e para os integrantes das organizações de apoio, no caso a Cieps, pois há uma integração de interesses e a participação de todos os envolvidos. Tanto bolsistas e pesquisadores quanto os produtores e consumidores acabam se relacionando no espaço formativo criado pela feira e isso gera uma massa crítica que reverbera nos locais de trabalho e também na sociedade no pós feira.

As duas últimas edições da feira regional foram realizadas dentro do campus Santa Mônica da UFU ao invés de nas praças da cidade. Em 2018, a motivação para a atividade ser realizada dentro do campus foi a burocracia exigida pelo estado e pelo município para ocupar espaços. A UFU acolheu a feira com entusiasmo e os trabalhadores e trabalhadoras gostaram da experiência de ocupar a universidade. Em 2019, os movimentos buscaram unir-se para enfrentar o momento adverso e decidiram

realizar a Feira Regional juntamente com a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. Ambas as atividades aconteceram em parceria com o 9º Simpósio Internacional - O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, portanto a movimentação de trabalhadores e trabalhadoras, pesquisadores e extensionistas foi diversificada e motivadora.

O detalhe importante dessa experiência foi no desenvolvimento do planejamento da oferta que iria para a feira e como isso de fato se concretizou. Dentro da Universidade há um público diferente em relação com o qual poderíamos nos relacionar no “mundo” fora dela. A universidade é um espaço de ampla discussão, então existem mais pessoas motivadas a refletir sobre os temas, o que traz oportunidades, formativas e de reconhecimento do outro, significativas.

Além disso, levando em consideração que temos um projeto em andamento há quatro anos, a Feirinha Solidária da UFU, existia um espaço de atração dos moradores das redondezas do campus, além de professores, técnicos e alunos para comprar os produtos ali oferecidos. Nesse sentido, podemos dizer que houve um amadurecimento no comportamento tanto dos produtores solidários quanto dos consumidores, o que fecha um ciclo de relacionamento de confiança criado entre essas pessoas. Então, o público da Feira Regional em questão também contou com grande parte desses consumidores, que foram avisados com antecedência de sua realização e, portanto, compareceram para prestigiar e comprar.

Nesse sentido tinha-se uma perspectiva de levar para o evento um tanto a mais de produção para atender tanto os consumidores já cativados como também muitos outros que certamente passariam pela local. Mesmo com um planejamento da oferta que já vinha se desenvolvendo há pelo menos três semanas, o público superou as expectativas, o que provocou uma necessidade de outras tomadas de decisão.

Dentre esses produtos, especificamente o que esgotou logo foi o suco natural. Vendo a procura aumentando por uma bebida para acompanhar os quitutes, um dos produtores logo deduziu: “se não temos como fazer mais sucos, pois estamos sem estoque de polpa, posso ir a um mercado atacadista e comprar refrigerante mais barato e aproveitar a oportunidade de fazer um caixa”.

O processo, que dentro da lógica da economia de mercado estaria correta (“viu a demanda, atenda”), é altamente contraditório em relação à lógica que estava em desenvolvimento. Além de o produto ser prejudicial à saúde pelo excesso de açúcar,

sódio e conservantes, temos também a questão do reforço do processo de fetichização, compondo então, com a lógica perversa da economia de mercado. Os agricultores adeptos à agroecologia não usam e nem vendem veneno em sua produção; então não poderiam vender um produto que vai contra a luta por uma alimentação mais saudável.

A coordenação da feira, composta por trabalhadores e trabalhadoras das OPS, representantes do FREPS e do Cieps, deliberou pela suspensão da comercialização dos refrigerantes e conversou com o agricultor que tinha tomado a iniciativa. Isso provocaria certamente um prejuízo para o produtor que comprou um volume de latinhas, pensando no lucro.

O desdobramento dessa intervenção foi interessante, pois numa realidade de mercado haveria uma reclamação e uma resistência baseada na ideia da liberdade e do direito ao lucro. Na realidade que os produtores estão construindo, de forma solidária e crítica, a situação gerou uma reflexão e um aprendizado. O aborrecimento foi superado por outra ação solidária que possibilitou despertar para a necessidade de aprimorar as etapas de planejamento dos processos. Houve uma doação de polpas congeladas para fazer mais sucos por parte de outros agricultores.

Essa situação é uma clara demonstração de que o processo de inculcação da ideologia que está por trás sustentando o modo de produção capitalista é muito mais forte, organizado e arraigado em nossa sociedade do que possa aparentar numa simples ação de produção, venda e compra. Sem uma intervenção política dificilmente essa contradição seria percebida e questionada, e provavelmente seria amplificada como algo natural do processo de comercialização.

Os agricultores que participam da Feirinha Solidária da UFU já internalizaram que Solidariedade se realiza na Prática e construíram um relacionamento de confiança com os consumidores. Os produtos que comercializam são orgânicos não porque são certificados, mas porque existe um compromisso em torno dessa questão entre produtores e consumidores. Ao longo dos acompanhamentos das ações de comercialização feitas pelos pesquisadores do Cieps durante a feira do FREPS, ouvimos queixas como: “tem produtor que está vendendo batata como agroecológica, mas na verdade está comprando no Ceasa e dizendo que é produção própria”.

A preocupação dos agricultores da Feirinha era saber que o consumidor de boa fé acredita no discurso, pois quer se alimentar melhor, seja por uma questão de cuidar de uma doença ou por estar impactado com uma moda que se prolifera na economia de

mercado. O fato é que, se essa ação é naturalizada nas relações da economia do mercado capitalista, não pode acontecer numa relação solidária de consumo, que se opõe e deseja ser outra por meio da crítica e contribuir para a criação de condições objetivas para proporcionar novas consciências. A Economia Popular Solidária é, ou deveria ser o grande guarda chuva para o desenvolvimento de novas culturas, e a agroecologia tem fundamentalmente esse papel na questão ambiental.

Nesse sentido temos algumas ponderações que estão ligadas e articuladas ao processo de formação.

É muito importante salientar que os recursos gerados por meio da comercialização são fundamentais e inquestionáveis no sentido da necessidade de garantir a viabilidade econômica das OPS, mas também na EPS não podemos colocar as mercadorias acima da vida humana. Nas feiras da EPS comercializamos as produções, mas essa ação não está acima das condições dignas de trabalho, por exemplo. Então as mercadorias estão subordinadas às condições de trabalho de cada coletivo e não o contrário. Se o período da comercialização não bate com o período de desenvolvimento da jabuticaba, ao invés de produzi-la de forma artificial com conservantes e produtos químicos, dialoga-se com os consumidores que naquele período é possível saborear outras frutas da estação. Esse movimento tem sido eficaz na Feirinha Solidária da UFU, com apoio de professores e bolsistas do curso de Nutrição.

A força de trabalho não pode estar subordinada à vontade publicitária do consumo. Os agricultores não devem trabalhar até o esgotamento físico para atender a uma demanda, seja legítima ou impulsiva dos consumidores urbanos. O equilíbrio acontece quando há uma politização das relações (BETANHO, 2008) para além do processo produtivo, para que os lados envolvidos percebam cada um a sua capacidade e condição para proporcionar uma relação saudável em que todos os envolvidos sejam beneficiados.

Com a organização das OPS de forma que os trabalhadores e trabalhadoras cooperados entendam sua condição de explorados e/ou excluídos pela economia de mercado, e a partir das conquistas que a cooperação proporciona, pode-se desenvolver outras atividades nas redes produtivas, como a comercialização livre de atravessadores. O ganho se dá na qualidade de vida e na melhoria das relações, o que pode ou não significar ganhos monetários. Nesse sentido os ganhos não-monetários acabam sendo muito mais significativos do que o dinheiro.

O diferencial está na percepção de poder vivenciar uma proposta de verdadeiro empoderamento nas suas relações sociais. Poder decidir e escolher, mesmo que o resultado não seja o esperado, é uma superação significativa para quem tinha uma expectativa de futuro na servidão. Essa pequena experiência se completa quando podemos perceber que um dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas ações de formação para o trabalho desenvolvidas pelo Cieps/UFU, por iniciativa própria, resolver criar uma ação coletiva para discutir a preservação da bacia hidrográfica do Rio Douradinho.

Não estamos aqui desejando relacionar essa experiência como fim da história. Temos a convicção de que não há garantias inexoráveis de que por ser uma ideia boa sobreviverá com o tempo. O processo de cooptação e subsunção do capital sobre a classe trabalhadora ainda é muito severo e eficiente quando as corporações capitalistas necessitam desconstruir a história de desenvolvimento emancipatório, impondo a destruição e a exacerbação da exploração.

Marx (2011) nos alerta na sua contribuição sobre a Comuna de Paris que não há nada que garanta que a luta da classe trabalhadora seja transferida como herança para gerações futuras, principalmente quando a conciliação de classes e a fragilidade na organicidade dos trabalhadores e trabalhadoras estão à frente das vontades e decisões de suas lideranças. Embora a Comuna de Paris, enquanto movimento revolucionário tenha provocado rupturas no estado burguês e criado condições objetivas para que os trabalhadores e trabalhadoras tivessem uma perspectiva emancipatória de sociedade, sucumbiu à força bélica e ao fraseologismo ardiloso dos burgueses. O que faz a luta da classe trabalhadora avançar ou não com o tempo é a capacidade no presente de capilarizar de forma eficaz e contínua dos processos formativos revolucionários para as próximas gerações de forma crítica e dialética.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (MARX, 2011, p.25).

Em 2018, retornaram à Prefeitura Municipal de Uberlândia os mesmos administradores da época da proposta das Mandalas, agora com a ideia de organizar uma cadeia de produção agroecológica. Como já existe na cidade uma quantidade de produtores, organizados ou induzidos pela ação do Cieps/UFU, restou à prefeitura organizar os agricultores em torno de uma proposta de feira, ou seja, comercialização com um suporte para a profissionalização dos agricultores com foco na produtividade. Essa produtividade seria importante para duas coisas: manter a feira como premiação para os agricultores (e a administração municipal) aparecerem para a sociedade; e na outra ponta, para alimentar a cadeia agroindustrial de processamento de alimentos agroecológicos que a prefeitura se propunha a induzir.

Numa das reuniões de organização desse projeto, quando foi apresentada a proposta como um todo, um dos agricultores que faz parte de uma das associações acompanhadas pelo Cieps desde o início questionou a gestora da prefeitura se a “fábrica seria dos agricultores ou de outras pessoas”. A resposta foi um amontoado de justificativas retóricas para confirmar que era isso mesmo, a fábrica seria capitalista e adquiriria as matérias primas deles. O que é relevante aqui é que os trabalhadores e trabalhadoras conseguiram perceber a diferença entre o que é participar de uma organização produtiva solidária e ser incluído como fornecedor desconhecido de matérias primas para uma corporação com um rosto, mas sem coração, na qual desapareceriam como sujeitos.

Os agricultores recusaram a proposta da agroindústria e participaram das feiras de forma crítica em um primeiro momento, e depois a abandonaram, quando viram que existiam agricultores não agroecológicos comercializando no mesmo espaço, afirmando o serem. Os trabalhadores e trabalhadoras entenderam que acabavam por ajudar a construir essa retórica junto aos consumidores, pois muitos já os conheciam por conta da Feirinha Solidária da UFU. E, como Solidariedade se realiza na Prática, abandonaram o espaço.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Singer (2002, p.113) em uma de suas obras seminais sobre Economia Solidária, afirma que “a reinvenção da economia solidária é tão recente que se torna arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado para o futuro”. Passadas três décadas de prática da EPS, pode-se afirmar que o movimento da economia solidária resistiu ao tempo, mas não sem ser chamuscado pelos fetiches, promessas, fraseologismos e modismos da economia de mercado capitalista.

As incubadoras solidárias e os pesquisadores que trabalham a partir da lógica desenvolvida por Singer, Gaiger, Laville, entre tantos, devem se aprofundar nas análises das contradições que se apresentaram desde os primórdios e as contradições que foram surgindo e se consolidando ao longo desses últimos 30 anos. O movimento de base da EPS merece síntese para ser mais bem entendido e somente por uma ação coletiva conseguiremos criar caminhos objetivos para construir de fato outro mundo, como pretendido pelos princípios embrionários da EPS.

Com esse propósito, entendemos que a hipótese apresentada inicialmente para este trabalho, no sentido de apontar que a EPS assumiu um papel preponderante nas relações sociais envolvendo governo, capitalistas e a sociedade para que fossem criadas e desenvolvidas políticas de tamponamento das crises do emprego, confirmou-se. A reflexão desta pesquisa mostrou que houve melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas nas organizações produtivas no período analisado, mas as emancipações foram muito pontuais e não configuram avanços para toda a classe trabalhadora que foi se envolvendo e militando na EPS.

Para os coletivos que o Cieps acompanhou durante esses anos, foi possível identificar avanços significativos no que tange ao aproveitamento das condições objetivas criadas pela politização das relações de produção e comercialização e relacionamento com os públicos interessados. Identificamos também uma considerável melhoria nas condições econômicas das famílias envolvidas nos processos de incubação, porém não podemos afirmar que mesmo com esses avanços não se tratou de tamponamento da crise do emprego e renda.

Essa constatação está ligada diretamente às contradições que a EPS traz em seus discursos e práticas, em particular por ter passado de uma configuração de movimento popular que caminhou para a estruturação de política pública de governo, que submeteu

a EPS a uma lógica de incentivo ao consumo, fomentando as OPS com recursos para se estruturarem mercadologicamente, mas não politicamente. Além disso, a EPS assumiu aos poucos a lógica do empreendedorismo ditada pela economia de mercado capitalista e, em muitos casos, as OPS associaram-se ao universo de entidades e empresas capitalistas para sobreviver. Isso provocou um enorme ruído entre as entidades de apoio, no caso as incubadoras solidárias, que acabaram por naturalizar o discurso de que “se não pode vencer o capitalismo, podemos fazer concessões e com isso receber algumas migalhas e sobreviver”.

Defendemos de forma muito contundente a tese apresentada de que somente com uma construção crítica de sociedade, por meio de práticas que apontem para a emancipação humana, tendo o trabalho como a centralidade das relações sociais, que a EPS poderá resistir historicamente como instrumento da classe trabalhadora, contribuindo para superar as contradições do capitalismo e, portanto, ser parte de uma construção basilar para uma futura sociedade socialista e quiçá comunista. Num momento em que nosso país, bem como quase toda a América Latina, está em crise severa e que o fascismo ronda nossa sociedade, é de extrema importância reafirmar os princípios anticapitalistas, por mais óbvios que possam parecer. Acreditar que uma empresa capitalista pode substituir um coletivo genuinamente forjado nas bases das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, para gerir, formar e organizar as OPS, é uma ilusão a que infelizmente muitos companheiros e companheiras militantes da EPS sucumbiram.

O problema de pesquisa sobre o qual esta tese se debruçou analisou em que medida a atuação do Cieps, alicerçada nos princípios da EPS, contribuiu para criar condições objetivas para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras que buscaram a incubação. Há de fato muitas contradições entre as partes envolvidas, ou seja, a Universidade Pública, as entidades de apoio, governos municipal, estadual e federal, trabalhadores e trabalhadoras e movimentos sociais. Certamente o Cieps se diferencia entre as entidades de apoio que estão atreladas aos princípios fundantes da EPS, apesar das dificuldades apresentadas no contexto de avanço das políticas neoliberais, resistindo aos incontáveis incentivos para o empreendedorismo ligado ao mercado que legitimamente perambulam por todos os cantos da Universidade e no poder público.

Assimilamos como aprendizado importante às relações políticas e culturais que aconteceram nas atividades que o Cieps organizou no período pesquisado. Em 2011

começamos a acompanhar um coletivo de agricultores que já estavam organizados em torno da Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU). Esses trabalhadores e trabalhadoras foram organizados a partir de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Uberlândia que ofereceu aos agricultores a possibilidade de se filiar a uma tecnologia social chamada de Mandala, oferecendo vantagens e assessoria técnica para a implantação.

Esse é o processo mais longo de incubação e também o que mais proporcionou a análise de contradições em relação às vivências que se juntaram para constituir um histórico de trabalho, com as famílias que desistiram do processo e com as que permanecem trabalhando e compartilhando conhecimentos com outros grupos dentro das ações práticas de formação e qualificação do Cieps.

Essa Associação conseguiu, por meio das interações com a Incubadora, constituir uma OCS, que até a presente data tem a função não só de certificar a produção, mas também de unir os agricultores em torno de uma construção coletiva. Portanto, suscita o sentimento de pertencimento e proporciona a prática da autogestão, o que é muito significativo como exemplo de como a teoria acaba se concretizando nas práticas diárias.

A agroecologia, bem como a questão ecológica que envolve a coleta seletiva, não pode suplantiar as discussões que marcam a existência de uma sociedade de classes. É possível identificar pessoas que frequentam a Feirinha Solidária da UFU, que trata como tema central a solidariedade aliada a agroecologia, vestindo camisetas do candidato “Bolsonaro”, ou mesmo “torcendo o nariz” para questões discutidas nas barracas como pontos defendidos por setores da esquerda, como as paralisações ou posicionamentos como “não vai ter golpe, vai ter luta”, ou ainda greve da educação. Essa é a constatação mais clara e objetiva do sucesso de cooptação e subsunção da cultura capitalista sobre o pensamento mesmo dividido da esquerda e também de qualquer movimento classista de trabalhadores e trabalhadoras.

A Economia Popular Solidária, como movimento em disputa, passa exatamente por esse movimento de cooptação, em que parte de seus integrantes, muitas vezes mais ligados a questões identitárias de grupos, como segmentos ligados ao artesanato regional, não se importam se as peças que utilizam são de animais em extinção, de biomas violados ou fabricados em uma oficina que não respeita os direitos de seus trabalhadores e trabalhadoras, não fazem ligação nenhuma com questões políticas. Basta

a produção de alimentos não conter veneno, e o objetivo do movimento já é bem sucedido.

O Cieps, como parte orgânica da EPS, sofre as consequências dessa disputa com a mesma intensidade, dentro e fora da Universidade. E por esse motivo reforçamos a necessidade de continuar e aprimorar atividades que unam trabalhadores e trabalhadoras rurais com seus pares urbanos para criarem relacionamentos solidários, para além dos relacionados aos processos de produção e consumo.

Uma das questões marcantes que são levantadas no Você no Campo pelos consumidores, é o motivo em função do qual a Incubadora não faz mais propaganda das atividades da Feirinha, pois se é tão bom, todos deveriam saber, a cidade deveria saber, enfim. Essa é uma pergunta recorrente dos consumidores que ainda não internalizaram a lógica do trabalho com a Feirinha.

Acompanhando a lógica proposta pelos consumidores, ainda numa postura tradicional de mercado, quanto mais pessoas souberem que está acontecendo uma feira agroecológica; e quando tratamos de comunicação de massa, se seguirmos todas as regras de propaganda, fazendo mais e mais, consequentemente teremos um aumento da procura pela produção, aumentando os ganhos dos agricultores.

A resposta para essa inquietação é um convite à reflexão.

A comunicação da feirinha é controlada para que o aumento da demanda acompanhe o aumento da produtividade dos agricultores, estruturando sempre um passo à frente, tanto nos ganhos materiais quanto de solidariedade.

Para aumentar a oferta, o agricultor pode aumentar a área e seu tempo de trabalho na área. Portanto terá que deixar algumas atividades para trás. Dentre as coisas que serão deixadas para trás são as atividades formativas, que são periódicas e obrigatórias, mas se não tiverem tempo será a primeira coisa que os trabalhadores e trabalhadoras descartarão, numa disputa entre aprender mais ou ganhar mais.

Outra opção para aumentar a oferta é aumentar a força de trabalho empenhada na área; porém, se a força de trabalho não for encontrada dentro da família, terá que vir do ambiente externo e ser remunerada, acarretando um elemento de custeio que não existia, além de que esse trabalho acaba remunerado nos moldes da produção capitalista – desligado do valor gerado pelo trabalhador.

Caso a ampliação da área chegue ao limite do lote, é muito comum o agricultor pensar em arrendar os lotes desocupados na vizinhança, pagando por essa utilização. Ou

então ele pensa em comprar a produção do vizinho. Logo, o agricultor se vê encantado pela lógica de usar só um pouquinho de um produto químico “inofensivo” para dar conta de alguns nematoides que estão atrapalhando a evolução de algum hortifruti, deformando-o ou deixando-o com tamanho que será rejeitado pela imagem inconsciente da propaganda de um alimento suntuoso, brilhoso e enorme, como é de regra para os folhetos de publicidade. Nesse processo, a aproximação da lógica da produção capitalista tradicional parece inevitável escolha após escolha, concessão após concessão.

Nesse sentido, para os pesquisadores do Cieps e para os trabalhadores e trabalhadoras incubados, é fundamental não sucumbir à lógica de mercado, pois a solidariedade colocada em questão pelos processos de formação e qualificação para o trabalho defende a criação de condições objetivas para que ambos os grupos de trabalhadores e trabalhadoras – os da cidade, consumidores que compram os produtos, e os trabalhadores do campo, que produzem os alimentos –, construam um equilíbrio para evitar que o segundo trabalhe para suprir as vontades do primeiro e para que isso aconteça, tenha que acabar com sua saúde, seu tempo livre e fique cada vez mais pobre:

Primeiro, porque ele recebe um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico. O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador (MARX, 2010, p.81).

É fundamental que o trabalhador não se torne servo de seu objeto (MARX, 2010). O objetivo é que o trabalhador tenha ao longo de suas atividades prazer com o que faz, fique com o valor gerado de sua produção e tenha condições de tomar suas decisões.

Por isso o foco da EPS não pode sucumbir à lógica identitária, como muitos desejam (por exemplo, bastando o produto ser agroecológico todo o resto está resolvido). É imperativo que se enxergue se para uma oferta chegar perto de sua casa, no conforto de suas conveniências, o agricultor trabalhou em condições adversas. Não é justo, e por isso a oferta tem que ser planejada equilibrando e respeitando o trabalho do agricultor, o valor que o trabalhador urbano pode pagar pelos produtos, a quantidade exata para que ambos fiquem satisfeitos e respeitando o tempo e as condições ambientais. Para que isso ocorra é impossível ser apenas agroecológico, precisa ser politicamente justo, solidariamente ético e criticamente adequado à sociedade em que vivemos:

Contra essa tendência opressora, temos apenas um meio eficaz: o revolucionamento socialista dos espíritos. De fato, com ideias revolucionárias não conseguimos satisfazer os famintos. Seríamos charlatões, porém, sem merecer a confiança das massas, se quiséssemos iludir os famintos com a menor esperança, como se tivéssemos em nossos bolsos uma poção mágica contra a fome, crônica ou aguda, das massas no presente período do desenvolvimento capitalista. Seríamos igualmente curandeiros torpes e cruéis se quiséssemos seriamente convencer os proletários esfomeados de que todos os nossos projetos e reivindicações, em vista de amenizar o sofrimento dos desempregados, encontrariam algo além de um dar de ombros debochante junto às classes dominantes da exaltação imperialista. Isso seria ainda mais imperdoável dado que meio século antes, em Lancashire, havia sido explicado, com todas as palavras, que às vítimas da crise capitalista estaria reservada por Deus e pela natureza apenas uma coisa: aguardar passando fome durante “um, dois, três anos” até que o capital voltasse a necessitar de sua “maquinaria viva” (LUXEMBURGO, 2011, p. 474).

Nesse movimento de fomentar o espírito daquele que passa por necessidades, é preciso destacar que o ser humano não nasceu miserável ou faminto. Essa condição foi imposta pelo meio social em que se encontra e que isso não é natural ou obra de alguma divindade (MANACORDA, 2010). O ser humano se torna social e, portanto, o processo de formação se torna revolucionário a partir do momento em que consegue criar condições objetivas para os que o trabalhador consiga se animar a transformar sua realidade.

A economia solidária, como ferramenta para o processo de formação ou qualificação para o trabalho, apenas arranha a superfície do que seja a proposta de emancipação do trabalhador por meio da educação, formação ou qualificação para o trabalho. O processo de inculcação a partir do qual se reproduz a sociedade capitalista é complexo e profundo na totalidade da vida do ser social. Na fase adulta, os processos de formação conseguem dialogar com o imaginário do sujeito.

É perfeitamente possível imaginar uma sociedade mais crítica, justa e fraterna, mas as contradições são tantas e os obstáculos muitas vezes quase impossíveis de serem transformados ou superados. Como sempre afirmamos nos momentos de conflitos, relacionados ao sustento das famílias, não é possível parar o mundo que gira, descermos dele para resolvermos os problemas da melhor forma e subirmos novamente no mundo girando. Não é possível, temos que “fazer tudo ao mesmo tempo agora”. É nesse momento que as estruturas do capital funcionam para desestabilizar as utopias, promovendo um falso idealismo e criminalizando as ideologias por meio da inculcação de sentidos comuns. O mais comum em termos de comportamento social é o de se

associar a uma ideia revolucionária e praticar o que for mais fácil de aceitação pelo meio em que se vive.

O processo de naturalização das relações está presente em muitas das etapas ou fases do processo de formação em que a Economia Solidária é base e horizonte. Porém, quanto se entra em contato com a realidade, que exige a busca da sobrevivência imediata ao mesmo tempo em que se quer mudar o sistema, isso torna uma grande confusão na cabeça daqueles que mal conseguem planejar seu próprio trabalho, quanto mais dividir tudo isso com o coletivo.

A contribuição que o Cieps pode dar nesse processo, via formação e acompanhamento, é estimular e fomentar a discussão para que, ao longo do processo de incubação, a solidariedade para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras seja encontrada, entendida, construída e praticada.

Desde meados de 2016, a extrema pobreza voltou a ser um grande problema para o país. De acordo com o IBGE (2018), o Brasil está com aproximadamente 13,5 milhões de pessoas vivendo com menos de \$1,9 dólar por dia. Essas pessoas possivelmente estarão formando um novo exército de catadores de lixo nas ruas de nossas cidades, ou buscando um lugar para produzir seu alimento ou se fixar em termos de moradia.

Nesse cenário se faz necessário resgatar a discussão sobre o público que o Cieps pode e deve atender enquanto incubadora solidária de uma Universidade Pública. A massa de força de trabalho desempregada ou desocupada, que atualmente o IBGE (2019) apresenta como 12,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, conseguirão formular propostas de trabalho coletivo ou serão gladiadores que estarão colocando a própria vida em risco para ocupar uma função na economia de mercado? Pela lógica do empreendedorismo, com certeza estarão fomentando a disputa por cada centavo disponível na economia, submetendo-se a condições de trabalho cada vez mais precárias ou vexatórias, sem proteção social e direitos, limitados estritamente a uma porção diária de sobrevivência, o que infelizmente já se realiza na uberização de segmentos de serviços e na contratação de força de trabalho intermitente.

Além de entender como se configura a massa de trabalhadores e trabalhadoras, é fundamental manter acesa a chama da solidariedade de classe. Provavelmente a maioria desses trabalhadores e trabalhadoras não chegará ao caminho da EPS tão cedo, pois acreditam que fazem parte de uma coisa chamada mercado, e que um dia sua chance irá

chegar, e aí deixarão a condição de perdedores. Mas uma parte desses trabalhadores e trabalhadoras precarizados pode tomar consciência de sua realidade e procurar se organizar em coletivos. A lógica não está na quantidade e sim na qualidade política que esses trabalhadores e trabalhadoras poderão desenvolver e continuar a repassar como vivências para outras gerações.

É importante salientar que a EPS não pode ser alternativa ao desemprego. Esse é um problema do estado burguês, que defende os interesses dos capitalistas. Da mesma forma, as Incubadoras Solidárias devem trilhar a construção da EPS como alternativa para a autogestão do trabalho coletivo, apontando para as emancipações da classe trabalhadora. O desemprego é um fator do mundo do trabalho não controlável pelos trabalhadores, pois quem dá emprego é o capital e o estado burguês. E, nesse momento, ainda há a lógica do empreendedorismo, que nada mais é do que consolidar o proletariado com CNPJ e sem direitos.

A proposta que aponta no horizonte da EPS não é a de inclusão, porque incluir significa inserir a força de trabalho na economia que já expurgou daquele mundo os trabalhadores e as trabalhadoras que não “serviam mais”. É severa e imperativa a necessidade de construção e reconstrução crítica dos princípios. Enquanto política pública, a atuação das Incubadoras Solidárias não deve tratar de desemprego e formação técnica, mas de formação autogestionária, cooperada e solidária. Não só da porteira para dentro, mas com todos os coletivos dispostos a construir rupturas e um novo ser humano, para aí sim pensar em construir uma nova sociedade e outra economia, popular e socialista.

Mesmo os trabalhadores e trabalhadoras de hoje que estão listados em funções enquadradas pelo mercado e que ainda conseguem permanecer ocupados, se um dia perderem seus empregos e caminharem para a precarização total e consequentemente para a exclusão, se, por algum motivo, conseguirem se organizar, irão encontrar nos movimentos sociais que foram impactados pelo Cieps o acolhimento solidário de que necessitarão para superar os momentos difíceis. Mas ainda assim, ressalte-se, o objetivo não é resolver o problema do desemprego do indivíduo, e sim o encaminhamento para a cooperação.

O princípio da solidariedade foi alcançado junto com alguns grupos que estão ligados profissionalmente ou emocionalmente com a Universidade, mesmo que em



pequenas quantidades. A economia solidária, quando vista como um rito de passagem para uma sociedade mais justa, é perfeitamente viável.

## REFERÊNCIAS

- ACÇÃO DA CIDADANIA. **Nossa história**. Internet  
<http://www.acaodacidadania.com.br/nossa-historia> acesso em 11 nov 2019.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO (ADS). Institucional. Internet  
<https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/institucional> acesso em 11/nov/2019.
- ALEIXO, Caroline; VIEIRA, Fernanda V.. **Pastoral da Terra estima 16 mil famílias assentadas em Uberlândia**. G1 Triângulo Mineiro, 22/03/2017. Internet  
<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2017/03/pastoral-da-terra-estima-16-mil-familias-assentadas-em-uberlandia.html> acesso em 08 nov 2019.
- ALVES, Álvaro M. **O método materialista histórico dialético**: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.
- AMORIM, Brunu M.F.; ARAÚJO, H.E.. **Economia Solidária no Brasil**: novas formas de relação de trabalho? Nota técnica, Cadernos IPEA, mercado de trabalho n. 24, 2004. Internet [http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24i.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf) acesso em 02 abr 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. A era das contrarrevoluções e o novo estado de exceção. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização - desafios socioeconômicos, éticos e educativos**: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Quem Somos (20..). Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José E. **Consumo Crítico e Solidário**: uma reflexão sobre as relações de produção e consumo. Anais do Enanpad. Curitiba, 3 a 6/10, 2018.
- BETANHO, Cristiane; et al. **Agroecologia e Economia Popular Solidária para a Agricultura Familiar Camponesa**. v. 8, p.1-48 (Série Agroecologia). Uberlândia: UFU/PROECX/Cieps, 2018.
- BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José E.; GIAROLA, Eduardo; FELICE, Elson O. Organizações Produtivas Solidárias e as Teorias do Valor: limites e desafios para ocupar mercados. In: FERNANDES, J.E.; BETANHO, C. (orgs.) **Economia Popular Solidária - nosso Sul**: a transformação pela Solidariedade. Uberlândia: Navegando, 2017.
- BETANHO, Cristiane; KAMIMURA, Renato. Incubação em Assentamento de Reforma Agrária: limites e avanços no Assentamento Paulo de Faria (Prata-MG). **Revista Acadêmica PROCOAS-AUGM**, volumen 1, año 4. Universidad Nacional de Córdoba,

Argentina, 2012. Internet <https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/4972> acesso em 11/11/2019

BETANHO, Cristiane; VASCONCELOS, Sônia V. Do lixo a artesanaria solidária: o caso das oficinas "Sinhá Recicla". **Anais do III Congresso Nacional da Rede de ITCPs**, 30 de Março a 2 de Abril, UFRGS, RS, 2011. Internet <http://www.itcp.uneb.br/wp-content/uploads/GT2-Do-Lixo-%C3%A0-Artesania-Solid%C3%A1ria.pdf> acesso em 11nov2019.

BETANHO, Cristiane. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST**: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) -Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. p. 5. Disponível em: <http://mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 30/08/2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Economia Solidária**. Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>, Acesso em: 15/07/2019

CANAL FUTURA. **Cooperar é um bom negócio**. Série de vídeos, Internet <https://www.youtube.com/user/canalfutura/search?query=cooperar>, acesso em 07out2019.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **Cultura da Cooperação**. Série Empreendimentos Coletivos SEBRAE, 2014. Internet [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/2a7cbc8d379fd9dda9c2ad309b01e949/\\$File/5196.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2a7cbc8d379fd9dda9c2ad309b01e949/$File/5196.pdf) acesso em 06out2019.

CEPES. Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais. Boletim do Emprego de Uberlândia. Ano 7 - Nº 20 - Setembro/2018. Internet: [http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CEPES\\_OE\\_Boletim\\_do\\_Emprego\\_em\\_Uberlandia\\_2018-09.pdf](http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CEPES_OE_Boletim_do_Emprego_em_Uberlandia_2018-09.pdf) acesso em 10jun2019.

CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. **Site institucional**. Internet: <http://www.cieps.proex.ufu.br/> acesso em 12abr2019.

CLEPS, Geisa D.G.. A origem e o desenvolvimento do comércio atacadista de Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, ano 12, n.1, p.5-45, 2000.

CORAGGIO, J.L. Economia do trabalho. In: CATTANI. Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Verraz Editores, 2003.

EID, Farid (org). **Construindo uma economia solidária**. Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/CUT. Campinas: Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. In: **Educação e Sócio-Economia Solidária**. Cáceres: Unemat Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. Economia solidária, desenvolvimento organizacional e cooperativismo rural. In: LOPEZ, Jose D.G. (org) **Estrategias y acciones de desarrollo rural a través de cooperativas y emprendimientos solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil)**, Editora da Universidad de Alicante, Espanha, 2011.

EID, Farid; GALLO, Ana R.; PIMENTEL, Andréa H.B. **Desemprego, Exclusão e Desafios para o Desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil**. Revista da ABET, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-93, 2001.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford, UK: Capstone Publishing Ltd., 1997  
<https://doi.org/10.1002/tqem.3310080106>

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Fonte Digital: RocketEdition, 1999. In: html em [www.jahr.org](http://www.jahr.org) Para esta edição, incluídos Prefácios e notas. Texto final resultante do confronto com as versões em espanhol, francês e inglês, disponíveis no Marxists Internet Archive, acesso em 15/02/2019.

FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>

FERNANDES, José E.; BETANHO, Cristiane. Os desafios da Economia Solidária no pós-golpe de 2016. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.; LUCENA, Lurdes (orgs.). **A crise da democracia brasileira**. vol. 1. Uberlândia: Navegando, 2017.

FERNANDES, José E.; PREVITALI, Fabiane S. Resistência da Classe Trabalhadora: lutas e contradições no ambiente da Economia Popular Solidária. In: FERNANDES, J.E.; BETANHO, C. (orgs.) **Economia Popular Solidária - nosso Sul: a transformação pela Solidariedade**. Uberlândia: Navegando, 2017.

FERNANDES, José Eduardo. **A formação para o trabalho da agricultura familiar camponesa: os limites e desafios nos processos de resistência para a produção e comercialização na cidade de Uberlândia**. Dissertação em Educação da Faculdade de Educação, UFU. Uberlândia, 2015.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 400 p.

FINANCIADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA, FINEP. **O Proninc**. Internet <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc> acesso em 11nov2019

Folha de São Paulo. "Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro". 24/6/2002. **Folha Online** <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>, acesso em 20/5/2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. FBES. **Carta de princípios da economia Solidária**. junho de 2003, III Plenária Nacional da Economia Solidária. In: <http://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>, acesso em 04abr2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. FBES. **O que é Economia Solidária**. 2003. Internet <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria> acesso em 14jan2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. O FBES. In: <http://fbes.org.br/o-fbes/>, acesso em 04abr2018.

- FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2012.
- GOUVEIA, José M.C.; ROSS, Jurandyr L.S. Renda Per Capita não monetária: proposta metodológica aplicada à Comunidade Quilombola do Mandira. **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n.26, 2016. Internet  
<http://journals.openedition.org/confins/10689> acesso em 17nov2019.  
<https://doi.org/10.4000/confins.10689>
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HERWEG WESTPHAL, Vera. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Revista Katálysis**. 11(1), 43-52, 2008. Internet  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179613968004> acesso em 09out2019  
<https://doi.org/10.1590/S1414-49802008000100004>
- IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 435.
- IBGE - **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em sete anos**. 2018. In: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-sete-anos> acesso em 10nov2019.
- LAGOA, Maria Izabel. **O Programa Político do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras no Contexto de uma Esquerda em Crise**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2004.
- LAPORTE, Ana Luzia. **Encantar a vida com a educação popular e a economia solidária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 84 p.
- LECHAT, Nöelle M.P. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. In:  
[http://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf) acesso em 02abr2018
- \_\_\_\_\_. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidaria no Brasil**. Tese de Doutorado. Unicamp: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. In:  
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280694> acesso em 04abr2018.
- LESSA, Sergio. **Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- LIMA, Antonio Bosco; PALAFOX, Gabriel Humberto Munõz. Org. **Estado e políticas públicas em tempos de reformas**. Campinas: Editora Atena, 2010.
- LOMBARDI, José C.; LIMA, Marcos R. Prefácio - O Brasil Republicano: uma história de golpes de Estado. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.; LUCENA, Lurdes (Orgs.). **A crise da democracia brasileira**. vol. 1. Uberlândia: Navegando, 2017.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAIA, Marco Aurélio Spall. **Trabalho, educação e cidadania**: reflexões sobre o Programa Integrar. Porto Alegre: CNM/CUT, 1999.

MALDONADO, Alírio C. D.; PEREIRA, Gustavo Z. A INES e a experiência dos Sem Terra no Assentamento Paulo Faria, no município do Prata. Universidade Federal de Uberlândia, Anais do III ENESCPOP, Encontro Nacional Educação, Saúde e Cultura Populares, 2008.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MARX, Karl. **As teses sobre Feuerbach**. Internet  
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm> acesso em 2013.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**: Salário, preço e lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **1818-1883. Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino. Campinas: Navegando, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n13p17>

\_\_\_\_\_. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 09-11, 1999.

MEDEIROS, Alzira J. Siqueira; SILVA, José Nunes. Pesquisa-ação e pedagogia da autogestão: a experiência com educadoras e educadores populares em economia solidária no Nordeste. In: **Economia solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste. Olinda: MXM Gráf. e Ed., 2018.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Internet  
<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php> acesso em 18ago2018.

MIGLIARO, L. RAZETO. Que es la economia de solidaridad. In: MIGLIARO, L. RAZETO. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Cap. 1. Ediciones Vivarium:

- Santiago de Chile, 1993. In: <http://lacoperacha.org.mx/documentos/coperacha-economia-solidaria-razeto.pdf> acesso em 02abr2018.
- MNCR. Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis. **História do MNCR**. Publicado em 19/03/2011, última modificação em 01/08/2019. Internet <http://mn-cr.org.br/sobre-o-mn-cr/sua-historia> acesso em 11nov2019.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OTONI, Pedro. **Que história é essa de capitalismo**: existem outras forma de encantar a vida social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. **Avaliação socioeconômica, cultural, ambiental e agroecológica e empreendimentos populares**. Uberlândia: UFU - Cieps/Proexc, 2015.
- PERISSÉ, Camille et al. A Avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados. 2017.
- PIRES, Marília F.C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface** (Botucatu) vol.1 no.1. Botucatu, 1997. Internet <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006> acesso em 12abr2018. <https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006>
- PONCIANO, Edinalva. **Compras Públicas Sustentáveis da agricultura familiar**: um estudo multicaso dos processos de compras para a merenda escolar. Dissertação (Mestrado Profissional), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, 2017
- PREVITALI, Fabiane Santana. Estado de Bem-Estar Social, neoliberalismo e estado gestor: aproximações globais. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane S.; LUCENA, Lurdes (Orgs.). **A crise da democracia brasileira**. vol. 1. Uberlândia: Navegando, 2017.
- RAMIRES, Julio C.L; SANTOS, Márcia F. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do bairro Dom Almir e seu entorno. **Caminhos da Geografia** v. 2 n. 4, Outubro de 2001. Internet <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15284> acesso em 11nov2019.
- SABAT, Ruth. Mocinhas estranhas e monstros normais nos filmes da Disney. In: SETTON, Maria G. J. (Org). **A cultura da mídia na escola**: ensaios sobre cinema e educação. São Paulo: Annablume, 2004.
- SANTOS, Arthur H.G; BORGES, Marina M.; BETANHO, Cristiane; FERNANDES José E. Oportunidades e Desafios das Organizações Produtivas Solidárias de Coleta Seletiva de um município do Triângulo Mineiro (MG). **V Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária/ENIES**. Juazeiro do Norte, CE, 12 a 15 de outubro de 2016. Internet <https://enies2016.wixsite.com/enies/gt-05> acesso em 10out2019.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- \_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHUMPETER, A Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SEBRAE. **Empreendimentos Coletivos**: cooperar para competir. Coletânea de materiais formativos. 11 fascículos. Publicado em 15/03/2019. Internet <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/serie-empresendimentos-coletivos-cooperar-para-competir,2fa5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> acesso em 06out2019.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado - Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 86-124.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária contra o desemprego**. Publicado na seção Opinião da Folha de São Paulo em 11 de julho de 1996. In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/11/opiniao/9.html> acesso em 02abr2018

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia Socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A.R.. **A Economia Solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOLTEC Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. **Avaliação do Proninc - Relatório Final 2017**. Rio de Janeiro: UDRJ, 2017. In: <http://nides.ufrj.br/index.php/relatorio-proninc> acesso em 02abr2018.

SUPLICY, Eduardo M.; MARGARIDO NETO, Bazileu A. Programas Sociais: o programa Comunidade Solidária e o Programa de garantia de Renda Mínima. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, jun/dez 1995. Internet <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/140> acesso em 12out2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU. **Plano de Expansão da UFU para o período de 2008 a 2012 com recursos do REUNI**. Internet <http://www0.ufu.br/expansaoufu/e1.php> acesso em 20/04/2019.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.



## **APÊNDICE I**

### **Memorial**

José Eduardo Fernandes

#### **Programa de Pós-graduação em Educação Fevereiro, 2020**

Segunda-feira, às 19h do mês de julho de 1968 começou a minha história nesse mundo. Para Zuenir Ventura, esse ano nunca terminaria - mundo confuso em que nasci é verdade. Minha família morava na Rua Venezuela (coincidência), num bairro periférico da cidade de Sorocaba/SP, numa casa alugada, com três cômodos no fundo do quintal da casa principal, que pertencia a um funcionário público. Sorocaba foi conhecida como a Manchester Paulista, devido a sua configuração operária desde as primeiras ondas de surgimento das pequenas manufaturas. Foi uma das cidades mais influentes na Greve Geral de 1917. Meu pai, Celso, segundo filho mais velho de uma família grande de origem italiana. Família esta que foi expulsa de uma região pobre da Itália onde moravam e colocada num navio para um destino incerto. Celso estudou até a quarta série do ensino fundamental de sua época. Foi agricultor, metalúrgico e feirante. Minha mãe, Benedita, era filha de uma família pobre. Seu pai era sorveteiro e sua mãe benzedeira. Bene cursou até a quarta série do ensino fundamental de sua época, foi empregada doméstica e operária de uma fábrica de televisores, e voltou a ser doméstica até se aposentar.

Meu primeiro contato com a escola foi no pré-primário no bairro Barcelona, onde nasci. A única lembrança que tenho desse período foi um soco que levei no nariz de um gordinho malvado, e com o nariz sangrando fui reclamar para a "tia" e acabei de castigo, vendo o gordinho se esborrachar de rir da situação e saindo ileso. Eis minha primeira lembrança de injustiça!

Por motivo de desemprego de meus pais, mudamos para a casa de minha avó materna, que tinha disponíveis dois cômodos em seu quintal e nessa casa minha mãe mora até hoje. Fui matriculado na Escola Estadual de 1º e 2º grau Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, na região central da cidade, onde cursei até a 6ª série.

Em 1983, aos 14 anos, por vontade e imposição de minha mãe, que desejava que seu filho fosse um "torneiro mecânico", ingressei no SENAI, Escola Gaspar Ricardo

Junior, em Sorocaba, no curso de Mecânica Geral. Somente hoje consigo compreender a influência que o SENAI exerceria na minha formação e compreensão de mundo a partir do momento em que entrei como um menino assustado e saí quase um profissional. Existem sentimentos, lembranças e aprendizados bons e ruins que às vezes acho que somente quem passou por essa escola pode entender. De acordo com a opinião de um ex-diretor do SENAI sobre a sua tarefa de administrar uma escola como aquela, “...a tarefa central do administrador de Educação é capacitar os alunos certos a receber a educação certa, dos professores certos, a um custo compatível com os meios disponíveis e sob condições que permitam aos primeiros tirar de seu aprendizado o maior lucro”. Na imagem a seguir encontrei a entrevista que esse “administrador” da educação concedeu ao jornal local na época. Ao final da entrevista duas fotos, na foto à direita, minha turma durante a aula na oficina de ajustagem e eu sendo “orientado” pelo saudoso professor Rondelo.

**ESCRAVOS** Gravador, 1987 - Choro milhã de imigrantes, apenas uma minoria privilegiada possui, enquanto aproximadamente 80% dos habitantes passam necessidades.

**A vida esquecida**

A realidade da rede de ensino é, segundo o autor, o problema não é a falta de recursos, mas a falta de vontade política. A rede de ensino é, segundo o autor, o problema não é a falta de recursos, mas a falta de vontade política. A rede de ensino é, segundo o autor, o problema não é a falta de recursos, mas a falta de vontade política.

**Vacas, porcos e lama**

Na verdade, toda sorte de problemas existe: desde a falta de recursos, até a falta de vontade política. A rede de ensino é, segundo o autor, o problema não é a falta de recursos, mas a falta de vontade política.

**Comissão formada**

Após a reunião, foi formada uma comissão de trabalho para estudar o problema. A comissão é, segundo o autor, o problema não é a falta de recursos, mas a falta de vontade política.

**CRUZEIRO DO SUL 80**

**SENAI, 21 ANOS**

O aniversário terá uma cerimônia simples, 5ª feira

**SOROCABA, TERÇA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1983**

**Cláudio Gláuber**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) pensa, hoje, a fazer um aniversário. O aniversário principal do alcance dos objetivos propostos pelo instituto. O que foi a declaração de Cláudio Gláuber, que atualmente responde pela direção do SENAI. O diretor do SENAI, Cláudio Gláuber, afirmou que "já se disse que o SENAI é uma instituição que se preocupa com a educação profissional, mas não com a educação básica. Isso é uma visão equivocada. O SENAI é uma instituição que se preocupa com a educação profissional, mas não com a educação básica. Isso é uma visão equivocada.

**Protesto** Gravador, 1987 - Cerca de 100 pessoas se reuniram no centro da cidade para protestar contra a situação de insegurança pública.

**Votorantim já recebe os móveis para seu Forum**

Chego ontem em Votorantim, vindo de São Paulo, um caminhão transportando parte dos móveis que, dentro de algumas semanas, serão utilizados no Fórum Distrital de município, a ser inaugurado brevemente nas antigas instalações da "EPG" (Comandaria Militar) no bairro da Barra Funda.

**Sorocaba**

Para Cláudio, os objetivos do SENAI são os mesmos de sempre: a formação profissional. O SENAI é uma instituição que se preocupa com a educação profissional, mas não com a educação básica. Isso é uma visão equivocada.

**Na foto à esquerda**

Alunos do SENAI em uma oficina de ajustagem.

**Na foto à direita**

Cláudio Gláuber, diretor do SENAI, sendo orientado pelo professor Rondelo.

Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 23 de agosto de 1983.

Foi por meio desse acesso a uma escola profissionalizante “*deformadora*” que fui inserido oficialmente no mundo do trabalho, pois não estou relevando os anos que eu e meu irmão acordávamos de madrugada para irmos trabalhar na feira junto com meus pais.

Em 1985, o movimento estudantil começava a se reorganizar abertamente, saía da clandestinidade e retomava também o seu papel no processo de redemocratização do país. O ensino profissionalizante não fez parte das lutas nem dos secundaristas (UBES) nem da União Nacional dos Estudantes (UNE); elas tinham em suas pautas discussões políticas de cunho ideológico e outras urgências relacionadas ao reposicionamento das entidades.

Mesmo o ensino profissionalizante sendo uma realidade desde os anos Vargas (1930-45), não era foco das discussões calorosas que aconteciam sobre um projeto de país entre os estudantes, e tão pouco entre os profissionais da educação. O assunto ainda era dominado por políticos e assessores que atuavam dentro do Estado, que servia aos interesses do capital. Mesmo assim, foi entre a saída do SENAI e o início das minhas atividades na fábrica que tive o primeiro contato com o movimento estudantil em Sorocaba.

Distante dessa realidade, nas famílias da classe trabalhadora, os jovens que conseguiam entrar no mercado de trabalho pela porta do Ensino Profissionalizante de Aprendizizes tinham conseguido grande feito. Era perceptível nesse momento que um curso de Mecânica Geral no SENAI era mais que suficiente para lhes garantir uma oportunidade, pois as plantas produtivas da indústria metalúrgica estavam começando a receber novas tecnologias, e o ensino técnico profissionalizante era a alternativa possível diante da inalcançável faculdade.

O primeiro trabalho deste pesquisador, logo após concluir o SENAI (1985), foi numa fábrica que produzia peças para a indústria automobilística. Não de ponta, peças sem muita tecnologia e, portanto, a produção vinha de máquinas também sem muita precisão, como tornos mecânicos automáticos, prensas gigantes, soldas etc.

O primeiro choque de realidade que tive foi quando me colocaram numa linha de produção de tornos automáticos. Minha tarefa era apenas puxar os cavacos<sup>9</sup> para fora da máquina, de modo que não enroscassem nas ferramentas, depois trocar a barra de metal e assim passava o dia inteiro. No auge da imaturidade de um adolescente, não aceitava a

---

<sup>9</sup> pedaços de ferro que sobram do processo de usinagem.

ideia de que, formado em Mecânica Geral pelo SENAI, com qualificação para ser um ferramenteiro, estava ali ao lado de dezenas de operadores de máquinas que mal sabiam escrever o próprio nome.

Havia um senhorzinho, já com seus mais de 50 anos, que usava uns óculos "fundo de garrafas", que falava absolutamente o necessário e que, para a hora do café, trazia de casa uma caixa de isopor cheia de coxinhas para vender para a "peãozada". A coxinha era tão boa que de vez em quando alguém lá do Departamento de Pessoal, que não se misturava, vinha rapidamente pegar uma encomenda, evitando qualquer tipo de relacionamento. Aquele senhorzinho fazia isso para complementar a renda, pois ganhava o piso salarial da fábrica, mesmo exercendo uma função que lhe garantiria um ganho maior. Esse senhor foi contratado como ajudante geral, carregava barras de ferro para lá e para cá, mas foi promovido numa alta demanda por mais força de trabalho. Apesar de semianalfabeto, sabia a diferença entre o botão vermelho e o botão verde do painel de comando da máquina, o que bastava. Esse senhorzinho tinha o respeito de todos, e essa condição precária não fazia a menor diferença para nós, e aparentemente para a gerência da empresa.

No entanto, no final dessa mesma década, 1980, a condição que esse senhorzinho vivenciou de empregabilidade numa fábrica do setor automotivo não seria mais possível, pois as exigências sobre a capacitação do trabalhador, mesmo que fosse para apenas apertar um botão, havia mudado.

Até mesmo para este pesquisador: só um curso profissionalizante já não era o suficiente, pois a introdução de novas tecnologias foi rápida e obrigou a classe trabalhadora a dominar outros tipos de equipamentos e ferramentas. Da mesma forma que o senhorzinho foi demitido, também perdi meu emprego.

A busca por qualificação para o trabalho se transformou num calvário para os trabalhadores e trabalhadoras, que rapidamente foram obrigados a assumir a sua própria formação para conseguir um emprego e também todos os riscos, e a culpa, caso não conseguissem alcançar seus objetivos.

Quando o trabalhador não é o sujeito principal da sua própria história, não percebe as relações de exploração. Naturaliza as dificuldades do cotidiano e aceita docilmente a formação adestradora como um ganho. Essas contradições são difíceis de serem percebidas se não forem criadas condições objetivas para que o trabalhador

encontre um meio para entrar em contato com sua própria estruturação de consciência e construção de um ideário sobre o mundo que vive.

O desemprego crescente, o desaparecimento de postos de trabalho e o surgimento de novas profissões, aumentaram a pressão herdada historicamente pelos trabalhadores e trabalhadoras urbanos e os que ainda estavam nas áreas rurais, para que encontrassem alternativas de sobrevivência, principalmente aqueles que não tinham ao menos condição de aderir às exigências técnicas emergentes.

Nas cidades, muitos trabalhadores e trabalhadoras sucumbiram à informalidade, tornando-se camelôs ou precários na construção civil. No campo, muitos foram para a estrada a procura de um chão para ocupar, e o sonho de melhorar de vida por meio dos estudos, para ambos os segmentos, virou uma fantasia, uma esperança, uma armadilha.

No imaginário da minha família, que também pode ser de grande parte das famílias brasileiras, o fetiche da educação é o impulsionador social, e que, portanto, estar na escola era algo fundamental, não importava tanto se o que estava sendo "ensinado" na escola tinha sentido ou não. O real era que aqueles trabalhadores e trabalhadoras que fizeram apenas até a 4ª série do fundamental antigo tinham a esperança de que se seus filhos conseguissem ir para além do que eles conseguiram avançar na escola, muito provavelmente suas vidas seriam melhores.

No entanto, o acesso a uma escola, seja normal ou profissionalizante, também passou a ser um diferencial seletivo para a mobilidade social. Na época em que o pesquisador estudou no SENAI, existia uma prova para ser aceito como aluno. Nem todos conseguiam atingir os requisitos mínimos para ser um Aprendiz, que eram sintetizados em uma prova de língua portuguesa e matemática em nível de ensino fundamental.

Muitos trabalhadores e trabalhadoras estavam perdendo seus empregos e suprir as condições básicas de vida ficava cada vez mais difícil à medida que para entrar no mercado de trabalho surgiram muitas e novas barreiras.

Após a conclusão do SENAI, e que meus dias de metalúrgicos começaram, fui percebendo que o dia a dia dentro de uma fábrica não era muito atraente e logo fui me desencantando com a ideia de ser um “metalúrgico”. Existiam muitas arbitrariedades que aconteciam no chão da fábrica, que não compreendia, e isso foi me empurrando para coisas que proporcionavam mais agitação, como o movimento estudantil. Na minha cidade, no início da década, no ano de 1981, aconteceu a Noite do Beijo. Esse foi

um chamado dos estudantes da época, que revoltados contra a decisão de um juiz que determinou a proibição de beijar em praça pública. A partir dessa chamada, o movimento estudantil começou a se reorganizar na cidade. Comecei a participar de algumas reuniões na escola, quando esses estudantes da Noite do Beijo começaram a incentivar a criação de Grêmios nas escolas.

Em 1986 já estava participando ativamente desse movimento, que culminou na criação da União Regional de Estudantes Secundaristas (URES). Nessa confusão aconteceu uma greve de professores que se prolongou por vários meses e eu que estava à frente do Grêmio Estudantil. Fiz um boletim convocando os estudantes da escola para aderirem à greve. Esse boletim provocou a ira de um professor que resolveu até me processar! Até os dias atuais, nunca parei de fazer esses *fanzines* que tanto ajudam os movimentos em sua comunicação imediata. Participei da Juventude do PT que organizou o “Se Liga 16”, que foi uma campanha para incentivar a juventude para tirar o título de eleitor e votar. Ingressei de cabeça na campanha de 1988 que elegeu Luiza Erundina prefeita em São Paulo e depois em 1989 na campanha de Lula Presidente. Logo, fui demitido da fábrica novamente.

A década de 1990 não foi muito diferente das condições apresentadas na década anterior. Em 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito Presidente da República, na primeira eleição “democrática” do período pós-regime militar. Collor acelerou as importações, abriu as fronteiras alfandegárias para toda a sorte de modernização, sequestrou a poupança das pessoas e sofreu um processo de impeachment ao final de 1992. Com acusações de corrupção, acabou renunciando antes de o processo chegar ao seu fim. Foi um governo desastroso em todos os aspectos. Assumiu em seu lugar Itamar Franco, vice-presidente, com certo apoio das forças conservadoras e teve seu maior êxito na elaboração do Plano Real, que trouxe certa estabilidade ao país com a promessa de controlar a inflação e vender todo o patrimônio público para saldar a dívida externa.

Foi nesse momento que fui convidado para trabalhar no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário da cidade de Salto, como arte finalista, um ajudante para compor a equipe de comunicação do sindicato que fazia dentre as coisas da comunicação, como boletins e propaganda e também contribuía na formação.

Foi por meio dessa atividade que decidi dedicar minha à área da comunicação. A partir desse sindicato, tive a oportunidade de participar de uma experiência significativa

que foi a tentativa de construir um sindicato intercategorias das cidades de Itu, Salto e Sorocaba. Passei a década de 1990 trabalhando nessa experiência, assessorando uma grande quantidade de sindicatos de várias categorias.

Foi uma tentativa de unificação intercategorias e formar um sindicato único, com pautas como o fim do imposto sindical, fim da unicidade com liberdade e autonomia sindical, etc.

Como arte-finalista, desenvolvi outras habilidades e interesses na área de formação; fui formador de formadores; e gestor de alguns sindicatos, todos filiados a Central Única dos Trabalhadores (CUT/SP) no período de 1990 a 2010. Conheci muita gente interessante, outras nem tanto, mas foi dentro desse processo que tive o meu primeiro contato mais focado na educação com a Universidade Pública.

As taxas de desemprego não paravam de subir. Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso chegou ao pico das taxas de desemprego. O governo se vangloriava de ter controlado a inflação e por outro lado a população sofria com a falta de trabalho, renda e qualidade de vida no que tange a saúde, moradia, transporte e educação.

Por meio de políticas discutidas entre os diversos sindicatos e correntes ideológicas que interagiam nesse ambiente, que tive meus primeiros contatos com propostas de formação para trabalhadores e trabalhadoras desempregados e projetos solidários, que posteriormente se concretizariam na proposta da Economia Solidária, ainda na formação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT).

Foi nesse período que ingressei no Programa Integrar, que foi um grande esforço da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) para realizar uma ação formativa de primeiro, segundo e terceiro grau, direcionada para os trabalhadores e trabalhadoras empregados e desempregados. Essa iniciativa teve financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e organizada pela CNM com o apoio da PUC/SP, UFSCar, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Federal de São Paulo e Unicamp, entre outras instituições. Nesse projeto pude trabalhar como formador nos cursos de EJA e ser aluno do curso de Economia do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Esse curso foi fundamental na minha vida, pois foi na UNICAMP que encontrei minha verdadeira essência, que sempre esteve entrelaçada com o ato de contribuir para formar o outro e ao mesmo tempo se formado pelo outro, criando condições objetivas

para que o outro, no caso os trabalhadores e trabalhadoras, pudessem ter acesso à informação para transformarem as realidades.

Como processo legal para meu currículo foi uma tragédia, pois ao concluir 3.600 horas de aula, o Ministro da Educação, Paulo Renato, ex-reitor da Unicamp, não permitiu que o curso fosse reconhecido pela instituição e recebemos um certificado de Curso de Extensão Universitária no ano de 2000. Na sequência, a direção da CNM tentou completar o curso com reconhecimento de graduação em outra instituição pública, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Fizemos mais um ano de curso e ao final também recebemos a informação do então reitor Newton Lima Neto de que o curso também não seria reconhecido pelo fato do Ministério da Educação não reconhecer todo o processo e recebemos um certificado de Extensão em Políticas Públicas.

Curricularmente foi uma tragédia, por ter investido muito tempo para poder ter uma graduação que eu acreditava ser a ideal. Mas, como enriquecimento pessoal e político foi algo ímpar: vivi todo esse processo de formação, podendo conviver com pessoas com vivências muito ricas e hoje tenho a certeza de que nenhum curso, da melhor instituição de ensino, poderia me proporcionar tal experiência.

Conclui minha graduação tempos depois na Universidade Paulista em Araraquara, num curso tecnológico em Gestão de Marketing, na sequência participei de uma seleção na UFSCar para fazer uma especialização no curso de Gestão da Produção no Departamento de Engenharia de Produção.

Como especialista, comecei a trabalhar em algumas faculdades em Jundiaí e Cajamar como professor nos cursos na área de administração, quando em 2011 mudamos, eu e minha companheira de vida, para Uberlândia. Chegando a Uberlândia, a família aumentou rapidamente para cinco. Entrei em contato com o professor Gabriel Palafox, pessoa de quem tenho muito apreço, e que era o coordenador do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU). Em 2011 comecei a desenvolver alguns projetos de comunicação e formação junto ao Cieps e as organizações produtivas incubadas.

Em 2014 ingressei no curso de Mestrado em Educação na UFU e na sequência ingressei no curso de Doutorado em Educação, com o objetivo de poder contribuir de forma mais efetiva no processo de formação, construção e disseminação do conhecimento.



Durante toda essa vivência tenho a percepção de que a Educação é a melhor escolha, foi a decisão mais adequada à minha essência. É nesse universo do saber, da troca, do aprender e ensinar que me encontrei como ser humano, social e político. Pretendo seguir em frente contribuindo com meus pares, trabalhadores e trabalhadoras que desejam caminhar e chegar juntos numa sociedade mais fraterna, justa e solidária.